



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, CULTURAS E
ESPACIALIDADES
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA

CAMILO SILVA COSTA

SOCIABILIDADES E RELIGIOSIDADES: VIDA E MORTE NO MUNDO SOCIAL
DAS IRMANDADES LEIGAS DO ARACATI-CE NO OITOCENTOS

FORTALEZA – CEARÁ

2024

CAMILO SILVA COSTA

SOCIABILIDADES E RELIGIOSIDADES: VIDA E MORTE NO MUNDO SOCIAL DAS
IRMANDADES LEIGAS DO ARACATI-CE NO OITOCENTOS

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em História, do Programa de Pós-Graduação em História, Culturas e Espacialidades do Centro de Humanidade da Universidade Estadual do Ceará, como requisito à obtenção do título de mestre em História. Área de Concentração: História, Culturas e Espacialidades. Linha de pesquisa: Poder, Instituição e Memória.

Orientador: Prof. Dr. Marcos José Diniz Silva

FORTALEZA - CEARÁ

2024

CAMILO SILVA COSTA

SOCIABILIDADES E RELIGIOSIDADES: VIDA E MORTE NO MUNDO SOCIAL
DAS IRMANDADES LEIGAS DO ARACATI-CE NO OITOCENTOS

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em História, do Programa de Pós-Graduação em História, Culturas e Espacialidades do Centro de Humanidade da Universidade Estadual do Ceará, como requisito à obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração: História, Culturas e Espacialidades. Linha de pesquisa: Poder, Instituição e Memória.

Aprovado em: 01 de abril de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos José Diniz Silva – Orientador
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Profa. Dra. Elisgardênia de Oliveira Chaves
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr. Arilson dos Santos Gomes
Universidade da Integração Internacional Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Patrício Carneiro Araújo
Universidade da Integração Internacional Afro-Brasileira (UNILAB)

AGRADECIMENTOS

É com imensa gratidão que dedico este trabalho a todos que contribuíram para a realização deste sonho, o mestrado em História na UECE — Universidade Estadual do Ceará.

Agradeço, primeiramente, a Deus, inteligência suprema do universo e a causa primária de todas as coisas, bem como toda a espiritualidade que me acompanhou.

Agradeço à minha família. Sem ela, não teria condições de lidar com sobriedade diante das dificuldades; nela encontro o amparo nos momentos de necessidade. À minha mãe, Maria Natalia; ao meu pai, Jose Maia; e aos meus irmãos, Fausto e Renata, que me proporcionaram amor, compreensão e encorajamento.

Ao professor Doutor Marcos José Diniz Silva, essencial no meu processo de amadurecimento intelectual e orientador do processo de escrita. Aos professores que estiveram na qualificação, Doutor Arilson dos Santos Gomes, pelos ensinamentos decoloniais, e a Doutora Elisgardênia de Oliveira Chaves, que com a sua obra alargou os horizontes da pesquisa. Ao professor Doutor Expedito Eloísio Ximenes, pelos ensinamentos em filologia e paleografia. Ao professor Mestre Alex da Silva Farias, amigo e grande incentivador acadêmico.

Aos colegas que se inscreveram no mestrado em História em 2022.1, os quais tive a oportunidade de trocar experiências e adquirir novos conhecimentos, especialmente aos amigos: Bruna Karina Ferreira de Lima Melo, Thiago Alves da Silva, Thiago Medeiros Fernandes e Nélito Nonato Alves. A Lucas Arruda Marinho, que esteve presente nos efeitos emocionais que o processo de escrita nos proporciona.

Às instituições que abriram as suas portas e disponibilizaram recursos essenciais para a minha pesquisa, meu sincero agradecimento. Em especial, ao Arquivo Público do Ceará na pessoa do seu Diretor Doutor Márcio de Souza Porto, cujos documentos e registros foram vitais para a construção do conhecimento histórico.

À paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Aracati, na pessoa do seu pároco, Pe. Antônio Ronaldo Vieira Nogueira. Aos prestativos funcionários da secretaria da paróquia, Janielle Silva Ferreira e Ariclene da Silva Martins, bem como pela grande disponibilidade durante as minhas

manhãs e tardes em buscas e digitalizações de fontes. Ao meu primo, o Engenheiro José Augusto da Silva Filho, responsável técnico pela restauração das igrejas históricas do Aracati, por sua disponibilidade em me guiar pela historiografia daqueles templos.

Agradeço especialmente a minha Irmandade, Casa da Caridade Dr. Adolf Fritz, por estimular as minhas potencialidades para ser uma pessoa melhor e feliz.

A todos os professores do Mestrado Acadêmico em História, pelas contribuições dadas à minha formação no itinerário do desenvolvimento da pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho visou compreender a importância das Irmandades religiosas na cidade de Aracati, Ceará, durante o século XIX. O estudo fundamenta-se em fontes primárias, como livros de eleições, registros de entrada de irmãos e livros de atas das reuniões, buscando compreender as dinâmicas de poder, religiosidade e segregação na região. O nosso trabalho destacará a influência das Irmandades na estruturação social e espacial da cidade colonial, analisando a participação das Irmandades negras na sociedade e as suas estratégias de resistência. Além disso, a pesquisa investiga a influência da topografia urbana e da arquitetura das igrejas na segregação social, econômica e racial. Ao longo da dissertação, são exploradas as relações de controle social e resistência durante o período escravista, para tanto, nos valem de método indutivo, evidenciando o papel das Irmandades como espaços de convivência, amortecimento de conflitos e negociação de demandas. Por meio de uma abordagem multidisciplinar, o estudo revela a complexidade das relações sociais, econômicas e religiosas presentes nas Irmandades do Aracati, contribuindo para o enriquecimento da historiografia cearense e para uma maior compreensão da história local.

Palavras-chave: Irmandades religiosas; Século XIX; Dinâmicas sociais.

ABSTRACT

This study aimed to understand the importance of religious brotherhoods in the city of Aracati, Ceará, during the 19th century. The research is based on primary sources such as election books, records of brothers' admission, and minutes of meetings, seeking to comprehend the dynamics of power, religiosity, and segregation in the region. Our work highlights the influence of brotherhoods on the social and spatial structure of the colonial city, analyzing the participation of black brotherhoods in society and their strategies of resistance. Additionally, the research investigates the influence of urban topography and church architecture on social, economic, and racial segregation. Throughout the dissertation, the relationships of social control and resistance during the slave period are explored, highlighting the role of brotherhoods as spaces for coexistence, conflict mitigation, and negotiation of demands. Through a multidisciplinary approach, the study reveals the complexity of social, economic, and religious relations present in the brotherhoods of Aracati, contributing to the enrichment of Ceará's historiography and a deeper understanding of local history.

Keywords: Religious brotherhoods; 19th century; Social dynamics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Os caminhos de Capistrano de Abreu.....	30
Figura 2 -	Salina.....	36
Figura 3 -	Criação da Vila de Aracati.....	45
Figura 4 -	Alfândega de Aracati.....	46
Figura 5 -	Praça proposta para Vila do Aracati.....	47
Figura 6 -	Traçado central de Aracati.....	49
Figura 7 -	Rua Santo Antônio.....	49
Figura 8 -	Rua Santo Antônio.....	49
Figura 9 -	Traçado do perímetro do conjunto arquitetônico.....	50
Figura 10 -	Casa de Câmara e Cadeia no século XX.....	50
Figura 11 -	Casa de Câmara e Cadeia no século XXI.....	51
Figura 12 -	Vista da Torre da Matriz de Aracati.....	53
Figura 13 -	Vista do Cruzeiro da Matriz de Aracati.....	53
Figura 14 -	Vista da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, ao final a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres.....	54
Figura 15 -	Vista da Torre da Matriz de Aracati.....	54
Figura 16 -	Alinhamento das Igrejas.....	55
Figura 17 -	Igreja do Senhor do Bonfim.....	56
Figura 18 -	Cemitério da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim.....	56
Figura 19 -	Cemitério da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim.....	56
Figura 20 -	Capela de Nossa Senhora dos Prazeres.....	57
Figura 21 -	Traçado cartográfico de Aracati.....	58
Figura 22 -	Verso do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres dos Homens Pardos de Aracati.....	64
Figura 23 -	Anverso do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres dos Homens Pardos de Aracati.....	65
Figura 24 -	Pedido de alteração do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres dos Homens Pardos de Aracati.....	66

Figura 25 –	Breves apontamentos sobre a história da Matriz, oferecido à Irmandade do S.S Sacramento por Luiz Cândido Chaves. Agosto de 1865. P.1.....	70
Figura 26 –	Capa do Livro de Entrada da Irmandade do Santíssimo Sacramento aberto em abril de 1781.....	75
Figura 27 -	Termo de abertura do Livro de Entrada da Irmandade do Santíssimo Sacramento aberto em abril de 1781.....	76
Figura 28 –	Livro de Registro de Entrada de Irmãos na Irmandade do Santíssimo Sacramento -de Aracati (1781-1840).....	76
Figura 29 –	Livro de Registro de Entrada de Irmãos na Irmandade do Santíssimo Sacramento de Aracati (1781-1840).....	77
Figura 30 –	Livro de Rendimentos e Despesas da Irmandade de Nosso Senhor do Bonfim de 1820.....	78
Figura 31 –	Livro de Rendimentos e Despesas da Irmandade de Nosso Senhor do Bonfim de 1820.....	79
Figura 32 –	Livro de Rendimentos e Despesas da Irmandade de Nosso Senhor do Bonfim de 1820.....	80
Figura 33 –	Livro de Rendimentos e Despesas da Irmandade de Nossa Senhora da Penha (1860-1865).....	80
Figura 34 –	Termo de abertura do Livro de Tombo da Cidade de Aracati (1850)	81
Figura 35 –	Livro de Tombo da Irmandade do Santíssimo Sacramento.....	82
Figura 36 –	Livro de Tombo da Irmandade do Nosso Senhor do Bonfim.....	83
Figura 37 –	Livro de Tombo da Irmandade do Nosso Senhora dos Prazeres.....	84
Figura 38 –	Livro de Tombo da Irmandade do Nosso Senhor do Bonfim.....	85
Figura 39 -	Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Fortaleza.....	90
Figura 40 -	Significado da palavra “sujeito”... ..	92
Figura 41 -	Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres.....	98
Figura 42 -	Transito Racial de José Pimenta d’Aguiar.....	99
Figura 43 -	Entrada de José Pimenta d’Aguiar na Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres.....	99

Figura 44 -	Convocação de Reunião -1935.....	102
Figura 45 -	Remodelação da Capela de Nossa Senhora dos Prazeres.....	103
Figura 46 -	Carta enviada pela Diocese de Limoeiro do Norte, em 04 de novembro 1954.....	105
Figura 47 -	Torre direita da igreja dos Prazeres com escola Salesiana à direita.....	107
Figura 48 -	Assentamento do sai 27 de outubro de 1852.....	112
Figura 49 –	Enchentes do Rio Jaguaribe.....	120
Figura 50 –	Encerramento dos enterramentos.....	121
Figura 51 –	Receitas da Irmandade do Santíssimo Sacramento.....	122
Figura 52 –	Receitas da Irmandade do Santíssimo Sacramento.....	124
Figura 53 –	Lápide de Dona Miquilina Francisca Severá Caminha.....	125
Figura 54 –	Cemitério da INSBF.....	126
Figura 55 –	Fundos das igrejas que abrigavam as INSBF e INSRHP	127

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Livro de receitas e despesas em 23 de fevereiro de 1750.....	71
Quadro 2 –	Livro de receitas e despesas em 3 de julho de 1752.....	72
Quadro 3 –	Livro de receitas e despesas em 2 de abril de 1756.....	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

INSRHB	Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Brancos
INSPHPL	Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres dos Homens Pardos Livres
INSHPL	Irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pardos Livres
INSHP	Irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pretos
ISS	Irmandade do Santíssimo Sacramento
ISBJBA	Irmandade Senhor Bom-Jesus do Bomfim do Aracati
INSSCC	Irmandade de Nossa Senhora da Soledade da Capela da Caiçara
INSP	Irmandade de Nossa Senhora da Penha
INSPHP	Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres dos Homens Pretos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO - AS IRMANDADES DO ARACATI: O QUE SÃO E SUA NATUREZA.....	13
2	A OCUPAÇÃO DOS SERTÕES NORDESTINO E CEARENSE...	25
2.1	Primeira tentativa portuguesa de se fixar na foz do Jaguaribe.....	25
2.1.1	Pelos caminhos de dentro e de fora: a chegada do gado ao Ceará.....	28
2.2	A ocupação da ribeira do Jaguaribe.....	31
2.2.1	O Charque.....	35
2.2.2	Questões raciais no Ceará.....	39
2.3	A Cidade.....	41
2.3.1	Fatos anteriores.....	41
2.3.2	A formação urbana da cidade: o poder temporal e o eclesiástico.....	44
2.3.3	A Igreja compondo o espaço	51
3	DAS IRMANDADES.....	59
3.1	O poder eclesiástico e o Padroado agindo sobre as Irmandades.....	63
3.2	O patrimônio.....	67
3.2.1	As primeiras capelas.....	68
3.3	Da escrituração do patrimônio.....	77
4	OS SUJEITOS: VIDA E MORTE NAS IRMANDADES.....	87
4.1	DOS REQUISITOS RACIAIS E SOCIAIS DE ADMISSÃO NAS IRMANDADES BRANCAS E NEGRA.....	87
4.2	A IRMANDADE DOS PARDOS DE ARACATI: UM BREVE APANHADO DE SUA EXISTÊNCIA.....	97
4.3	OS ELEMENTOS EXTERIORES DE REPRESENTAÇÃO.....	107
4.4	O MORRER NAS IRMANDADES E OS ENTERRAMENTO	114
4.4.1	Dos enterramentos extramuros.....	119
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
	REFERÊNCIAS.....	131

1 INTRODUÇÃO - AS IRMANDADES DO ARACATI: O QUE SÃO E SUA NATUREZA

A temática das Irmandades na historiografia brasileira, pode ser apresentada, de modo resumido, a partir dos trabalhos de Caio César Boschi (1986), que traz uma abordagem sobre os leigos, o poder nas Irmandades leigas e a política colonizadora em Minas Gerais no século XVIII. Na introdução do trabalho, o autor observa a falta de pesquisas sobre as Irmandades, no caso as mineiras; no entanto, ele faz uma exceção a Fritz Teixeira de Salles (1963)¹. Pois, ao seu ver, Salles (1963), contribuiu para o estudo das Irmandades religiosas e da evolução social de Minas Gerais.

A obra de Julita Scarano (1978), *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no Século XVIII*, trabalha as Irmandades com foco nas atividades religiosas e civis, bem como nos benefícios oferecidos pela Igreja no terreno espiritual. A escrita de Caio Boschi (1986) traz um diálogo bastante interessante com a obra da autora dentro da dinâmica das Irmandades.

Ainda no terreno religioso, Mara Regina do Nascimento (2006) trabalha as práticas funerárias nas Irmandades leigas urbanas de Porto Alegre. Os seus estudos compreendem os séculos XVIII e XIX. Nessa obra, as práticas sanitárias urbanas são exploradas, bem como a proibição dos enterramentos nas igrejas e a consequente construção de cemitérios públicos. Essas edificações trouxeram grandes perdas de receitas às Irmandades.

Também no Sul do Brasil, é destaque, a escrita de Mauro Dillmann Tavares (2008), com as obras: *Irmandades, Igreja e devoção no Sul do Império do Brasil*, em que trata das manifestações de devoção de três Irmandades religiosas em Porto Alegre, apontando o embate entre o Bispado e os membros das Irmandades. A outra obra, intitulada *Morte e práticas fúnebres na secularizada República: a Irmandade e o Cemitério São Miguel e Almas de Porto Alegre na primeira metade do século XX*, publicada em 2013, mostra como era morrer dentro das Irmandades, a realização das práticas fúnebres, os locais de enterramento, seus ritos e solenidades litúrgicas.

Alguns trabalhos são mais recentes, como a obra de Suely Cordeiro de Almeida (2019). Ela organizou uma coletânea com dez capítulos e com diversos autores, com o título:

¹SALLES, Fritz Teixeira de Associações religiosas no ciclo do ouro. Belo Horizonte, UFMG/Centro de Estudos Mineiros, 1963. p. 126.

Entre a terra e o céu Irmandades Leigas em Pernambuco (Séculos XVIII – XIX), na qual são elencados aspectos como a sociabilidade, rituais de enterramento e práticas devocionais nas Irmandades. Também expõe o cenário do viver e do morrer na sociedade pernambucana entre os séculos XVIII e XIX.

O trabalho, do também gaúcho, Paulo Roberto Staudt Moreira (2020), disserta sobre a Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e São Benedito da Cachoeira do Sul-RS. Ele trata de assuntos, como os reisados, o associativismo negro e a arte da resistência. O estudo se fundamenta em fontes primárias, como livros de eleições, registros de entrada de irmãos e livros de atas das reuniões.

Nesse apanhado da produção acadêmica a respeito do assunto e do estado da arte, conheci algumas dissertações, livros e teses sobre o tema, uns de modo lateralizado e outros de forma generalista ou focados numa perspectiva própria. Muitos autores serão referenciados, por se tratar de um tema vasto. Nesse estudo, discuto o viver e morrer nas Irmandades do Aracati do século XIX.

O principal objetivo da pesquisa foi entender as dinâmicas de poder, religiosidade e segregação em Aracati-CE, com ênfase nas Irmandades religiosas. Isso incluiu a compreensão das relações de controle social e resistência durante o período escravista, além da análise do perfil social da vila e a sua influência na estruturação social e espacial da cidade colonial. A pesquisa investigou também a influência da topografia urbana e da arquitetura das igrejas na segregação social, econômica e racial, especialmente através da análise da participação das Irmandades negras na sociedade e das estratégias de resistência nos espaços institucionais.

Pioneiramente, no Ceará, Eduardo Campos (1980) traz o que ele chama de apontamentos para a sua história, quer dizer, da história das Irmandades religiosas no estado do Ceará na época provincial. Abrange uma grande variedade de Irmandades; segundo o autor, é uma análise sociorreligiosa pelas vivências do social, do político e do idealismo antiescravista. Traz críticas àqueles que apenas veem as Irmandades e os seus associados como construtores de templos, cemitérios e cuidadores de um exercício de ofícios religiosos. A sua escrita é considerada um divisor de águas na historiografia das Irmandades no Ceará.

Outra escrita relevante é a tese de Elisgardênia de Oliveira Chaves (2016). A pesquisa compreende os estudos de dois municípios ligados à sub-bacia hidrográfica do baixo Jaguaribe, Russas e Aracati. Foi defendida pela Universidade Federal de Minas Gerais e teve como tema: População e família mestiça nas freguesias de Aracati e Russas-Ceará, 1720/1820. A autora usa fontes da Diocese de Limoeiro do Norte, de difícil acesso, pois a cúria diocesana restringe a sua consulta. O que chama atenção são as compilações de múltiplas variáveis, como: registros de batismos, condições sociais, gênero, casamentos endogâmicos e isogâmicos. Isso resultou em um apurado sistema de tabelas formando um mosaico multiforme e multidisciplinar, moldando genealogia, estatística, antropologia, história e ciências sociais.

Dentre as Irmandades, uma das que mais floresceu foi a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Aracati teve uma Irmandade negra e outra para os pardos. Ana Lúcia Sulina Bezerra (2009), que pesquisou sobre a Irmandade dos pretos de Quixeramobim, proporcionou-me ferramentas para trabalhar a homônima aracatiense em seus aspectos de identidade, sociabilidade, representações festivas, rituais, atos de negociações e resistência.

Diego Cavalcanti Araújo (2021), por sua vez, tem um trabalho intitulado: *Trajetórias e experiências de escravizados no Baixo Jaguaribe - Aracati, Ceará no século XVIII*. É o trabalho acadêmico que mais se aproxima do meu estudo; visitei o seu trabalho relativamente aos aspectos econômicos, geográficos e a igreja com os escravizados. Ele traz também relatos sobre as charqueadas, os processos migratórios que levaram à fundação da vila do Aracati dentro da dinâmica de articulação entre os escravizadores, escravizados e sertanejos. Sem descuidar dos aspectos de dominação, o autor apresenta variadas formas de sociação². Todos estavam expostos às intempéries das enchentes do rio Jaguaribe ou das estiagens prolongadas, pragas e pandemias. Nesse tempo, por uma questão de sobrevivência, as Irmandades funcionavam como um espaço de convivência, amortecimento de conflitos e

² Para Simmel, a sociação é, portanto, a forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão de seus interesses — sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente determinados —, se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam. Esses interesses, sejam eles sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, casuais ou teleológicos, formam a base da sociedade humana. Simmel, Georg. *Questões fundamentais da sociologia* (Nova Biblioteca de Ciências Sociais) (p. 52). Zahar. Edição do Kindle.

negociação de demandas. Essa interação era necessária, dentro das fronteiras da cor, do status econômico e de poder, para a dinâmica dos negócios e do convívio social.

As obras enumeradas acima são de caráter exemplificativo, elas mostram como se encontra o tema no campo historiográfico cearense. Esse objeto de estudo ainda é pouco trabalhado no Ceará, possibilitando uma grande pesquisa.

O trabalho do historiador, principalmente aquele que se interessa por fontes documentais primárias e com delimitação mais distante no tempo presente, é solitário, introspectivo, investigativo e artesanal. Também é trabalho fascinante, empolgante e traz um componente de felicidade inebriante. Por isso escolhi os arquivos, a hemeroteca e os museus para escrever sobre eles e com eles.

Enquanto produzia o meu trabalho, lembrei de um texto escrito por Durval Muniz Albuquerque Junior (2009), na sua intitulada obra, *O Tecelão dos Tempos: o historiador como arteção das temporalidades*. Ao manusear as fontes passei a valorizar, ainda mais, os colegas que me precederam, são merecedores de admiração e gratidão, outros me sucederão e, assim, cada um a seu modo, temos o poder de produzir um grande repositório de memórias. E, afinal, como diz Durval Muniz:

Embora necessite, cada vez mais, de um grande número de outros profissionais, e não consiga fazer seu trabalho sem que outros historiadores já tenham escrito sobre seu tema - afinal tal como os galos na madrugada, um historiador sozinho não tece um amanhã -, após a leitura de uma grande quantidade de outros textos, de fazer com eles um trabalho artesanal de pesca, de caça ou mesmo de furto, um trabalho de meticuloso esartejamento dos textos em notas e fichamentos, é o historiador em sua solidão que vai costurar todos aqueles fragmentos, fazê-los aparecer como se fizessem parte de um mesmo tecido. (ALBUQUERQUE JR, 2009, p. 4).

O interesse pela temática surgiu da minha memória infantil experienciada em Aracati. Hoje moro em Fortaleza, onde criei vínculo afetivo pelo lugar. A minha família é profundamente católica. Iniciou-me desde criança nessa religião. Aos dez anos passei a servir como coroinha nas celebrações ritualísticas. Ver e sentir aqueles templos, a sua opulência com arquitetura barroca nordestina, as paredes e pisos com pessoas enterradas, seus cemitérios, nomes de pessoas grafadas em mármore e genuflexórios com placas de metal, era um universo magnífico envolto em signos e simbologia.

No ano de 2019, em busca por um objeto para o projeto de pesquisa desse trabalho, visitei o museu Jaguaribano, onde fui recebido por sua presidente que me guiou pelo sobrado que foi a antiga residência do Barão de Aracati. Durante a visita guiada questionamos sobre os escravizados da Vila de Aracati e a sua resposta foi a seguinte: "os escravizados de Aracati eram escravos domésticos". A afirmação causou-me estranheza, já que a vila tivera dois pelourinhos, uma casa de Câmara e Cadeia e pelo menos dois quilombos na sua periferia, além do conhecimento comum da existência das charqueadas. Pois, bastando um olhar aguçado já se pode levantar uma dúvida razoável daquela afirmação.

As características arquitetônicas e a dinâmica social pareciam indicar para um resultado negativo à assertiva primeira, erguer a vila sem o concurso de escravizados de eito e de ganho seria uma tarefa extremamente difícil. Contribuir para uma leitura mais realista da história local, pareceu-me urgente. Lançada estava a questão para o desenvolvimento do trabalho dissertativo que, com o tempo, foi se aprimorando e tomando os rumos de adequação.

Geograficamente Aracati se encontra às margens do rio Jaguaribe que sempre foi fonte de riqueza e vida. E ele perpassa toda a região do vale com o mesmo nome, a sua foz em Aracati garantia o desenvolvimento e a prosperidade da cidade. Os ciclos econômicos dependiam dele para alavancar os negócios relacionados às charqueadas, algodão, sal, couro e o seu grande polo agropecuário. As charqueadas foram o grande motor de desenvolvimento da região, por seu porto os produtos eram transportados para a Europa e comercializada com os demais portos brasileiros. O seu ápice deu-se no final século XVIII:

O advento das charqueadas no Ceará contribuiu sobremaneira para a pujança de Aracati que se tornou o mais movimentado e rico centro da capitania do Ceará. A acirrada concorrência da Paraíba e do Rio Grande do Norte, no comércio de gado bovino para o abastecimento da região canavieira pernambucana, fez com que os cearenses optassem pela venda de um produto preparado e comercializado no local, no caso a matança do gado e preparação de mantas de carne conservadas pelo sal, ficando assim resistente a viagens longas (SILVA, 2002, p.227).

Atrelado ao forte poder econômico veio o poder religioso. As igrejas são erigidas nas regras do padroado, regime que dava à Igreja Católica a posição de religião oficial. Os seus membros eram remunerados pela Coroa. Exerciam o competente serviço dos registros civis. Também as funções de controle dos usos, costumes e as expressões religiosas dos negros tanto

nas cidades como nas fazendas, mantendo e sustentando o *status quo* dos brancos a qualquer custo. Assim nos lembra Costa (1977):

A Igreja católica no Brasil colonial tinha uma visão de mundo tradicional e um conceito hierárquico e estático de organização de classe, que enfatizavam as obrigações recíprocas bem mais do que os direitos individuais e a liberdade pessoal, além de sacramentarem as desigualdades sociais. Segundo essa visão Providencial do mundo, os senhores nasciam para serem senhores e os escravos para serem escravos. (p. 219)

Os charqueadores, vindos da Bahia e Pernambuco, ergueram várias igrejas, quatro delas tidas como as mais importantes: a primeira, fundada em 1714, dedicada à Nossa Senhora do Rosário, foi finalizada em 1761. Era administrada pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Brancos (STUDART FILHO, 1959); a Igreja do Senhor do Bonfim, edificada em 1772, erguida e administrada pela Irmandade de mesmo nome (SANTOS, 1917); Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, erguida ainda no século XVIII, pela Irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pardos Livres, e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário (dos pretos) erguida em 1777, localizada na rua do piolho, periferia insalubre da vila, a sua administração ficava por conta da Irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pretos.

As construções obedeciam a um projeto arquitetônico lusitano onde as cidades se modelavam seguindo um determinado padrão. Os espaços urbanos geográficos privilegiavam os elementos de poder, onde a religião e as instituições ocupavam espaço essencial nessa trama. Elas podem ser hierarquizadas da seguinte forma: “(1) a Igreja; (2) as ordens leigas; (3) o Estado; (4) os agentes econômicos; (5) a população e os movimentos sociais” (VASCONCELOS, 1997, p.249). Aí se encontram as Irmandades. Campos (1980), também nos lembra que as Irmandades “logo depois do Estado, são as mais eficientes auxiliares que sustentam os estabelecimentos religiosos do país” (p.7). Havia uma divisão e estratificação dos habitantes da cidade, tanto étnico-racial quanto ao lugar a ser ocupado dentro desses institutos. As Irmandades atuavam de modo sistêmico para manter as coisas dentro dos seus limites:

Observava-se, dentro da própria Igreja Católica, a separação dos indivíduos por grupos étnicos. Essa divisão veio a refletir-se no espaço construído, onde cada Irmandade possuía o seu templo: o templo dos brancos, dos pretos e dos pardos, o que contribuía para a segregação socioespacial. A localização das igrejas, em Aracati, que datam do período colonial, praticamente delimita o traçado urbano da Vila, através de ruas retilíneas em um plano reticulado. Os templos religiosos ficavam situados nas principais ruas da Vila. (BARBOSA. 2011, p. 36).

Diante da necessidade de incluir esses novos dados, fontes e de modo a dar conformidade adequada do trabalho à área de concentração do programa, ampliamos o escopo para considerar os espaços associativos, suas relações estruturais, a religiosidade e a religião dos indivíduos. Para tanto, consideramos as categorias raciais, econômicas e sociológicas, os processos vinculados ao nascer, ao viver e ao morrer nessas Irmandades, suas condições de segurança e previsibilidade. Trazendo, portanto, todos esses veios para dentro das conformações das Irmandades por meio dos seus compromissos e as suas respectivas igrejas vinculadas. Busca-se a força dos sentidos, pois, ativos ou passivos nesses processos, reconhecemos com Bourdieu (1989): “O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (p. 7).

Utilizei diversas fontes primárias, de lugares e conteúdos diferentes, como, as disponíveis no acervo da Biblioteca Estadual do Ceará, a partir de agora designada por BECE. No setor hemerográfico foram consultados jornais físicos e microfilmados; no Arquivo Público do Estado do Ceará, doravante, APEC, foi dividida em dois setores: o primeiro setor foi o de cartórios, nesse espaço se concentram os documentos transladados dos cartórios cíveis de Aracati, no outro setor a pesquisa focou em caixas de documentos sobre as Irmandades. Na Secretaria da Paróquia de Aracati, digitalizei vários documentos como livros de tomo e impressos avulsos. As fontes iconográficas constarão na forma de desenhos, mapas, pinturas e desenhos cartográficos.³

A abordagem será uma análise crítica da constituição e funcionamento das Irmandades, seus compromissos, seus associados, sua presença e relações com autoridades político-administrativas e religiosas. Enfim, os sentidos do seu viver e morrer, nelas e com elas.

Para melhor compreensão utilizarei os conceitos de “sociação”, “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, correspondentes aos autores Georg Simmel (2006)

³ Não posso deixar de destacar as condições dos documentos. Quanto as fontes primárias, elas se encontram dispersas no Arquivo Público do Estado Ceará e em posse de cartórios; documentos eclesiásticos distribuídos na paróquia de Aracati, Bispado de Limoeiro do Norte e arquidiocese de Fortaleza. As condições dos documentos diferenciavam conforme o local em que se encontram, por vezes bem cuidados e catalogados, em outras relegados como um estorvo ou lixo que só se mantêm ali por força de lei que impede o descarte.

e Reinhart Koselleck (2006). Com o primeiro, veremos como a sociedade do Aracati do século XIX se associava. Para ele, onde há associação, seja ela religiosa, social ou de trabalho profissional, existe interação. A sociedade, como sendo uma abstração indispensável, é uma síntese provisória de fenômenos, onde jogos sociais e formas lúdicas são importantes para a organização das instituições, lhes dando fluidez e interdependência. Assim, “Os laços de associação entre os homens são incessantemente feitos e desfeitos, para que então sejam refeitos, constituindo uma fluidez e uma pulsação que atam os indivíduos mesmo quando não atingem a forma de verdadeiras organizações” (SIMMEL, 2006, p. 13).

O autor revela o conceito de sociedade como sendo uma interação psíquica de indivíduos. O indivíduo se mostra como um objeto de vivência, uma unidade em si e incomparável. Eles interagem associativamente, o que será considerado com relação aos associados das Irmandades, formando laços que são incessantemente feitos e refeitos com fluidez. Simmel (2006), propõe o método indutivo como princípio de pesquisa que tem validade universal.

Já os outros dois conceitos são de Koselleck (2006), que serão aplicados às Irmandades dentro da sua vivência e dos seus horizontes. A sociabilidade para ser exercida precisa de espaços que gerarão horizontes de expectativa e desdobramentos relativamente ao futuro, como perspectivas de tempo. Eles não são de ordem cronológica. Essa expectativa, pode ou não se concretizar por meio de diversas possibilidades. Já a experiência, é a realização daquilo que foi idealizado em tempo passado se tornando presente, “o que distingue a experiência é o haver elaborado acontecimentos passados, é o poder torná-los presentes, o estar saturada de realidade, o incluir em seu próprio comportamento as possibilidades realizadas ou falhas” (KOSELLECK, 2006, p.312).

Os compromissos das Irmandades, enquanto vigentes, permanecem inalterados. Tudo nele se dá conforme o estatuto e dentro de uma pretendida cadência temporal retilínea. Recorremos à Koselleck, para explicar a estrutura temporal e ritualística numa instituição cristalizada como é a Irmandade. É de se esperar que as reuniões, eleições, procissões e enterramentos saiam perfeitamente como prescrito nos estatutos. Que o espaço de experiência bem-sucedido no tempo passado, reproduza no tempo presente as mesmas experiências exitosas. Dentro desse novo horizonte de expectativa, ainda assim, haverá esperança e angústia, uma vez que, não há como se garantir o que foi planejado. Não existem experiências iguais,

passado e futuro não se coincidem e a expectativa também não pode ser deduzida totalmente da experiência. Sempre haverá o componente subjetivo humano e psíquico. Caso contrário, não haveria as penalidades (KOSELLECK, 2006).

Essas concepções são de grande valia para a análise histórica e sociológica da construção de espaços de sociação, seu tempo presente, fruto de ideações passadas e planejamento para expectativas futuras nas Irmandades.

A metodologia é a indutiva, como propõe Simmel, para análise dos fenômenos sociais que ligam os espaços sociais, legais, espirituais e urbanos. O estudo se dá na compreensão da gestão, administração financeira, construção e manutenção dos templos que eram feitas pelos irmãos leigos sob o comando dos seus compromissos.

Para dar uma estrutura satisfatória e um encadeamento lógico à escrita, o trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro é dedicado a localizar a urbe topográfica e geograficamente, o povoamento, o modelo arquitetônico português. Veremos o primeiro ciclo econômico do Ceará e do Aracati, e o surgimento do processamento e salga da carne de charque. Em três tópicos discutimos diferentes aspectos da ocupação e colonização da região nordeste do Brasil, com foco na área da foz do rio Jaguaribe. O primeiro tópico aborda a chegada dos portugueses e as suas tentativas de fixação na região, destacando a importância da pecuária na conquista do sertão. O segundo tópico discute a resistência dos povos indígenas locais contra os colonizadores portugueses, além da concessão de sesmarias e a presença de mão de obra escravizada. O terceiro tópico aborda a formação urbana da cidade de Aracati no século XVIII, destacando a sua criação como vila devido à capacidade de gerar impostos e à necessidade de controle administrativo e judicial, além do papel das igrejas e das Irmandades religiosas na vida social da comunidade.

No segundo Capítulo, desenvolvo a historiografia das Irmandades. O capítulo aborda a formação e influência das Irmandades no Brasil, destacando sua origem e influências na Idade Média europeia e a sua adaptação às peculiaridades brasileiras. Explora-se a divergência entre Irmandades e Confrarias, influência das ordens religiosas e bulas papais, além do impacto do Concílio de Trento e das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Também se discute a relação entre o poder eclesiástico e o Estado, evidenciando a interferência estatal na organização das Irmandades. Destaca-se a diversidade do patrimônio das Irmandades,

tanto material quanto imaterial, e a importância dos livros de rendimentos e despesas para compreender a sua dinâmica financeira. Por fim, são mencionadas as práticas de arrecadação e a busca por doações nobres para sustentar as atividades das Irmandades.

Observando as estruturas da Constituição Primeira do Arcebispado da Bahia e dos compromissos. As Irmandades negras possuem particularidades, já que, os festejos, a resistência, a busca pela liberdade e as fugas estão ligadas ao escravismo. Os primeiros negros a chegarem organizadamente no Ceará entraram pelo Cariri no ano de 1756 para a exploração mineral. O seu número era de sessenta e nove. Eram ladinos, boçais, africanos e crioulos, como o diz Studart (1892).

Em relação aos escravizados de Aracati, sabemos concretamente que em 1804 a população escravizada era de 1.102 almas da população total, os pretos e pardos livres eram 1490 e os brancos somavam 2.339 habitantes, evidenciando uma população de maioria negra.⁴ Esses dados carecem de maior verificação, foram publicados pela Revista do Instituto do Ceará (RIC) que editou numerosos textos que negam ou relativizam a presença indígena e escravizada. Certamente a população escravizada está presente desde o início do século XVIII, dada a atividade do charque e as construções dos sobrados e igrejas que datam desse período.

Dando sequência, o terceiro capítulo trata do nascer e o do viver sob os auspícios das Irmandades, nele trabalho os conceitos de “sociação” de Simmel (2006) e “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, por Koselleck(2006). Com eles desenvolvo diálogo sobre as relações institucionais e humanas, das Irmandades, voltadas ao reconhecimento e respeitabilidade na comunidade, a participação nas festas, o lazer e o templo como lugar de ligação com o divino, da prática da fé e da religiosidade.

Discuti-se a dinâmica das Irmandades, destacando os elementos subjetivos envolvidos na participação dos membros, tanto dentro quanto fora dessas organizações religiosas. Analisando os compromissos e livros contábeis das Irmandades, além das diversas formas de financiamento, o texto explora a estratificação social e étnica presente nas associações. As Irmandades, divididas por critérios raciais e sociais, refletiam a estrutura da

⁴ Dados extraídos da tabela elaborada pelo historiador Eurípedes A. Funes, a partir de dados da Revista do Instituto do Ceará (RIC), Tomo XXIX, p. 79. Ver FUNES, Eurípedes. Negros no Ceará. In: SOUZA, Simone de (Org.). Uma nova história do Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p. 104.

sociedade colonial brasileira, com algumas reservadas exclusivamente para brancos, outras para negros e outras para pardos. A admissão nessas Irmandades era regida por critérios como a religião católica, a conduta moral e a condição de liberdade, com restrições específicas para escravos e libertos. As Irmandades proporcionavam uma plataforma para a união entre indivíduos enfrentando desafios semelhantes, promovendo um senso de identidade e solidariedade numa sociedade racialmente hierarquizada. Essas organizações religiosas e sociais funcionavam como meios de mobilidade social e inclusão para aqueles que não faziam parte das elites dominantes, representando uma resposta associativa às necessidades coletivas e individuais dos negros e mulatos na colônia.

Analizamos a existência e a influência da Irmandade dos Pardos em Aracati, centrando-se na sua devoção a Nossa Senhora dos Prazeres e a sua organização interna. Por meio de documentos históricos, o autor destaca a participação ativa dos pardos na construção e manutenção da igreja, bem como nas atividades da irmandade. São analisados dois compromissos da irmandade, revelando mudanças significativas relativamente à admissão e administração dos membros, com destaque para a exclusão de brancos e negros livres de cargos de gerência. Além disso, são apresentados casos de trânsito racial e discussões sobre a presença de brancos em funções de controle em outras irmandades. O texto também aborda o declínio da irmandade ao longo do tempo, culminando na entrega da igreja para as irmãs Salesianas devido à falta de membros e atividade. A discussão é ampliada para incluir o contexto nacional das irmandades negras e a influência da romanização na perda de autonomia das irmandades leigas.

As Irmandades desempenhavam um papel significativo na manutenção da ordem social, promovendo representações através de procissões, celebrações religiosas e coroações. As festas dos santos padroeiros eram o ápice dessas celebrações, marcando eventos importantes como a eleição do juiz. Os preparativos para as procissões envolviam gastos consideráveis e competições entre as Irmandades para exibir os melhores símbolos e paramentos. Além disso, as festividades serviam como espaços de resistência e expressão cultural para os negros (pretos e pardos), onde elementos sagrados e profanos se entrelaçavam. A aquisição da liberdade era buscada através de diferentes meios, incluindo a compra de alforria, com casos como o da preta Maria sendo destacados como exceções. As celebrações também serviam para aliviar as tensões sociais e evitar levantes coletivos dos negros escravizados, demonstrando a importância desses eventos para a manutenção da ordem social na época.

Trabalhamos os rituais fúnebres nas irmandades durante os períodos colonial e imperial no Brasil, destacando as normas estabelecidas pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia de 1707 como referência inicial para os procedimentos de enterro. As irmandades desempenhavam um papel crucial na organização e realização desses rituais, com responsabilidades atribuídas aos sacristãos, que tocavam sinos para anunciar falecimentos e acompanhavam os enterros. A discussão aborda também a transição dos enterros de dentro das igrejas para cemitérios externos, motivada por questões de higiene pública e saúde, bem como a disponibilidade de espaços para enterros de diferentes classes sociais.

2 A OCUPAÇÃO DOS SERTÕES NORDESTINO E CEARENSE

Pensar as Irmandades Religiosas do Aracati durante a primeira metade do século XIX, exige que façamos um recuo temporal para compreender o processo tardio de ocupação Ribeira do Jaguaribe, bem como, a política de doação de sesmarias pela metrópole na região. Além disso, analisar o povoamento dos sertões, as migrações no Ceará e nas capitanias vizinhas, vistos sob a ótica econômica do Ciclo do Gado⁵. No plano espacial, a bacia do rio Jaguaribe é de grande importância para o Aracati devido ao seu porto e por sua foz ter a menor distância entre a Europa, Pernambuco e Bahia.

Cotejando os elementos acima, poderemos vislumbrar as motivações políticas, econômicas e administrativas que concorreram para a instalação do primeiro povoamento português. Os fatores econômicos, trouxeram os pernambucanos que empreenderam as oficinas de charque (daí serem chamados de charqueadores⁶), que consistia na comercialização, o abate e a salga de carne⁷.

2.1 Primeira tentativa portuguesa de se fixar na foz do Jaguaribe

As terras onde hoje fica o Estado do Ceará, estavam sujeitas ao sistema administrativo português das Capitanias Hereditárias. Com a denominação de Siará Grande, essa gleba de terra foi concedida em 1535 ao donatário Antônio Cardoso de Barros, que nunca conheceu o seu legado, morreu afogado no litoral de Alagoas quando do naufrágio da sua embarcação no ano de 1556. Os limites da capitania são descritos da seguinte forma:

Neste lugar começava, para se estender sobre um litoral de cem léguas até angra dos Negros, a capitania do Rio Grande, dada em comum ao grande historiador João de

⁵ Iremos tratar, sempre que possível, as denominações dos locais (Províncias, Capitanias, nomes de governos, Distritos, Vilas e outros similares) com o teu topônimo mais moderno, excetuando-se quando possa causar uma distorção irremediável sobre sua função no texto.

⁶ Charqueador: 1. Fabricante ou preparador de charque; 2. Diz-se de ou dono de charqueada. In: **Michaelis**. Moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/charqueador/>

⁷ Para esse trabalho são sinônimos de charque palavras como: carne de sol, carne de charque, carne seca e carne salgada.

Barros e a seu associado Aires da Cunha; da angra dos Negros ao rio da Cruz quarenta léguas de costas constituíam o lote concedido a Antônio Cardoso de Barros: o rio da Cruz ao cabo de Todos-os-Santos, vizinho do Maranhão, eram adjudadas setenta e cinco léguas ao redor da fazenda Fernand'Alvares de Andrade: e além vinha enfim a capitania do Maranhão, formando segundo lote para a associação de João de Barros e Aires da Cunha, com cinquenta léguas de extensão sobre o litoral, até a abra de Diogo Leite, isto é, até cerca da embocadura do Turiaçu. (ABREU, 1988, p. 51).

A sua política-administrativa não dava por si mesma, mas pela relação com terceiros, que, durante grande parte da sua história, foi subordinado, no primeiro momento ao Maranhão e no segundo, ao Pernambuco.

Portugal, sentindo a necessidade de ocupar militarmente e tomar posse definitivamente do território cearense, envia em 1603 a primeira expedição, partindo da Paraíba, a empreitada foi composta por indígenas e soldados sob o comando de Pero Coelho de Souza, um militar de carreira da ilha de Açores, cuja missão era conquistar, explorar e expulsar os franceses do estado do Maranhão.

Pero Coelho de Souza mandou três barcos com mantimentos, pólvora e munições para o rio Jaguaribe, partindo elle da Parahyba por terra com 65 soldados, entre os quaes Manoel de Miranda, Martins Soares Moreno, Simão Nunes, João Cide, João Vaz Tataperica e dois línguas Pedro Cangatan e Tuimimir (este francez etc). [...] Acompanharam-o também 200 índios frecheiros cujos principaes eram Mandiocapuba, Batatam, Caragatim (Tobajaras) e Garaquingira (Poiguar). (STUDART, 1892, p.3)

A expedição seguiu em dois grupos, um por terra e outro por mar, que se encontraram às margens do rio Jaguaribe. Essa é a primeira vez que há uma determinação específica para desbravar a ribeira do Jaguaribe e consolidar o expansionismo ibérico nas regiões do norte do Brasil. Mesmo sendo uma expedição militar, não havia nada que impedisse a busca por recursos econômicos e possibilidade de colonização. É assim que Couto descreve a missão da expedição:

A expedição tinha como missões essenciais assegurar, por todos os meios possíveis, a paz com os índios; reconhecer o litoral com o objetivo de detectar pontos estratégicos e assinalá-los com vista a futuras ocupações; capturar todos os estrangeiros que fossem encontrados e enviá-los para Pernambuco, abatendo aqueles que oferecessem resistência; procurar informações junto dos indígenas sobre a possível existência de minas de ouro e prata, bem como de jazidas de pedras preciosas e, finalmente, fundar fortes e povoações nos lugares mais adequados, procurando sempre conservar a amizade dos ameríndios". (COUTO, 1997, p.187)

Chegando à foz do rio Jaguaribe no dia 10 de agosto de 1603, o capitão construiu um fortim no dia de São Lourenço. Lá ficou até o dia 20 de janeiro de 1604. Durante este período, aumentou sua comitiva com mais indígenas domesticados em direção ao norte pelo litoral, como o objetivo de chegar em Camocim e à serra da Ibiapaba. Porém, a comitiva não teve a mesma recepção que na região do Jaguaribe. Na serra, os índios lutaram com o auxílio de alguns franceses contra a expedição portuguesa. Foram travadas várias batalhas com os ameríndios locais, que, mesmo estando em maior número, sucumbira aos portugueses devido à artilharia pesada. Ao fim, foram feitos prisioneiros dez franceses, dos dezesseis que havia. Caciques e os seus parentes foram feitos reféns, dentre eles Mel Redondo e Diabo Grande, o que possibilitou um termo de paz favorável aos portugueses:

A 19 de Janeiro de 1604 Pero Coelho prosseguiu sua marcha para a serra de Ibiapaba, sustentando luta com os índios, tendo por principais Juriparigussu (Diabo Grande) e Irapuan (Mel Redondo), auxiliados por franceses e mulatos e creoulos da Bahia. Calcula-se que os Franceses se haviam estabelecido em Ibiapaba em 1594. Outros dizem em 1590. Seu chefe chamava-se Manbille ou Bombille. Estroçados os índios, tomadas suas três cercas, prisioneiros dez Franceses dos dezesseis que as auxiliavam, Pero Coelho situou seu arraial junto ao rio Arabé, donde enviou soldados a capturar índios, muitos dos quais foram aprisionados e entre eles ao principal Ubaúna. Pelo horror às armas portuguesas e captura de muitos chefes e parentes Mel Redondo e Diabo Grande celebraram pazes com o capitão-mor, do que se lavrou um auto, seguindo todos juntos para o Parnaíba. (STUDART, 1892, P.4)

Os planos de Pero Coelho eram prosseguir para o Maranhão; essa ordem, no entanto, não foi bem recebida por seus comandados, que, mesmo tendo sido vitoriosos no conflito, estavam desgastados, exaustos e famintos. Isso fez eclodir um motim entre os bandeirantes: uns abandonaram a comitiva, enquanto outros retornam à barra do rio Ceará com o Capitão-mor, revelando que em sequência rumariam para a Paraíba. Pero Coelho deixa então o Fortim de São Tiago da Nova Lisboa sob a responsabilidade de Simão Nunes, Frei Vicente do Salvador (SALVADOR, 2014).

Pero Coelho volta à Paraíba, faltando-lhe alimento, sementes e recursos financeiros para continuar a empreitada. Segundo Salvador (2014), o Governador Diogo Botelho, que antes lhe havia prometido ajuda para fortalecer a dominação do território cearense, agora lhe negava os recursos com a justificativa que Pero Coelho errou ao trazer indígenas escravizados para vendê-los na praça paraibana. Tal fato não agradou ao governador, que mandou libertar e proibir a venda dos indígenas, causando ainda mais prejuízo ao capitão-mor.

Em 1605, Pero Coelho voltou ao fortim na Barra do Ceará numa caravela, dessa vez trazendo esposa e filhos. Raimundo Girão (1962), destaca que a intenção de Coelho era fixar-se e povoar a região. Com falta de dinheiro e sem o cumprimento das promessas de recursos dada pelo governador, resolveu então abandonar o fortim e seguir com parte da sua comitiva; muitos outros já haviam desertado e fugido para a foz do rio Jaguaribe. Outro acontecimento sepultou a segunda tentativa de Pero Coelho de estabelecer-se no Ceará, foi a grande seca dos anos de 1605-06. Em estado deplorável, a comitiva abandona também o Fortim de São Lourenço, rumando todos a pé para o Rio Grande; muitos morreram de fome e sede, inclusive o filho mais velho do comandante. Assim, findou fracassada a primeira tentativa portuguesa de se estabelecer na foz do Jaguaribe.

Ainda na metade do século XVII e dentro do contexto da união Ibérica, Portugal era o ente mais fraco da aliança. Teve as suas possessões constantemente ameaçadas pela potência holandesa. As capitanias do Norte, segundo Reinaldo Forte Carvalho (2013), por possuírem uma grande produção de açúcar, principalmente na Bahia e Pernambuco, foram frequentemente fustigadas pelos neerlandeses; a primeira foi invadida entre 1624/1625 e a segunda em 1630. O Ceará foi mais fácil de tomar, estando parcialmente abandonado, não possuía viabilidade econômica que justificasse a ocupação por Portugal naquele momento; foi conquistado em 1637 e o Maranhão 1641.

2.1.1 Pelos caminhos de dentro e de fora: a chegada do gado ao Ceará

Como já vimos, o povoamento brasileiro nos séculos XVI e XVII por parte dos portugueses foi incipiente, lento, sem muita expressão e concentrando-se no litoral. O interesse lusitano naquele período estava voltado para as possessões orientais, visto que apresentavam maior lucro por conta do comércio e tráfico de especiarias.

Foi somente em meados do século XVII e início do século XVIII, que se deu a colonização do sertão nordestino. A produção canavieira era o principal meio de produção agrícola e de riqueza, concedia aos seus escravizadores, principalmente os pernambucanos, um *status* econômico e político elevado. O gado tinha importante papel nos engenhos, serviam para movimentar as engrenagens das moendas, transportar as mercadorias, além de fornecer carne e leite, inclusive o couro utilizado para confecção de vestimenta e outros utensílios:

De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prende-lo em viagens, as bainhas de faca, as broacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz (ABREU, 1998, p. 135).

A zona da mata, que se estendia por todo o litoral nordestino, era ideal para a lavoura da cana-de-açúcar, pois havia água e terreno argiloso próprio para agricultura. No entanto, havia um problema: a partilha das fazendas de gado com os engenhos ficou incompatível, o gado criado solto e aos milhares avançava sobre as plantações de cana-de-açúcar destruindo o cultivo. Com o objetivo de resolver esse problema, a Coroa Portuguesa, através da edição de uma Carta Régia no ano de 1701, ordenou a proibição da criação de bovinos a menos de dez milhas da costa. Dessa forma, a metrópole resolvia dois problemas com uma única solução, garantiria o cultivo da cana-de-açúcar no litoral, enquanto ampliava a criação de gado para consolidar a conquista do sertão. Como os portugueses estavam concentrados na faixa litorânea, esse descolamento forçou os lusitanos criadores de gado a avançarem para o interior do território, tornando a pecuária um importante fator de conquista do sertão, utilizando o curso dos rios Jaguaribe e São Francisco para a criação de gado.

De acordo com Abreu (1998), a pecuária foi um importante fator de Conquista territorial para Ceará. Havia duas rotas de transporte, comércio e criação de gado, ambas convergiam para o sertão do Cariri. A primeira rota, chamada por Capistrano de Abreu de “Sertão de Dentro”, vinha da Bahia conduzida por criadores de gado “vacum” estabelecidos ao longo do rio São Francisco. Dessas fazendas partiam os vaqueiros com as boiadas como destino à bacia do Parnaíba visando explorar o Sul dos atuais estados do Piauí, Maranhão para depois chegar ao Ceará.

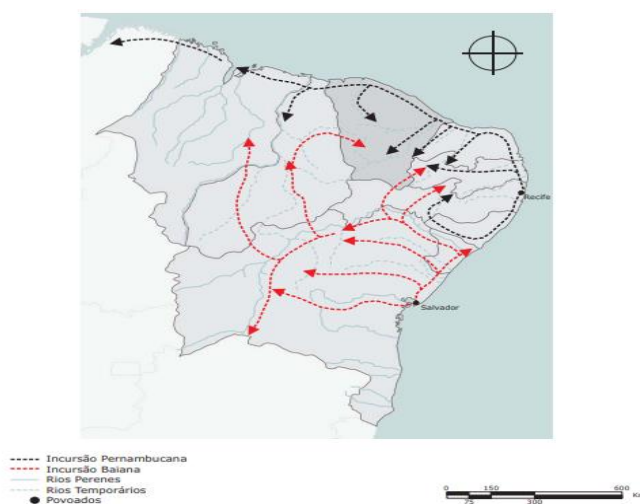
Mais tarde, à medida que a criação se afastou do litoral, outros caminhos se tornaram necessários. Um dos mais antigos passava por Pombal no Itapicuru, Jeremoabo no Vasabarris, e atingindo o São Francisco acima da região encachoeirada, chamou o gado da outra margem. Esta, pertencente a Pernambuco por todos os títulos, ficou de fato baiana, foi povoada por baianos, e como o chapadão do São Francisco se estreita depois da grande volta, onde ao contrário atinge sua maior expansão o do Parnaíba, consumou-se aqui a passagem de um para o outro, e encontraram-se os baianos com a gente vinda do Maranhão. O riacho do Terra Nova e o do Brígida facilitaram a marcha para o Ceará. (ABREU, 1998, p. 132-133)

A expansão pernambucana veio pelo "Sertão de fora", ou seja, passando pela Paraíba e o Rio Grande do Norte, onde entravam mais para o interior até chegar ao Ceará, onde as duas correntes de povoamento encontram-se, então,

Se a Bahia ocupava os sertões de dentro, escoavam-se para Pernambuco os sertões de fora, começando de Borborema e alcançando o Ceará, onde confluíam as correntes baiana e pernambucana. A estrada que partia da ribeira do Acaracu atravessava a do Jaguaribe, procurava o alto Piranhas e por Pombal, Patos, Campina Grande, bifurcava-se o Paraíba e Capibaribe, avantajava-se a toda região. Também no alto Piranhas confluíram o movimento baiano e o movimento pernambucano, como já fica indicado. (ABREU, 1998, p. 137)

No final do século XVII, o sertão da Bahia e Maranhão foi desmatado e ocupado por fazendas de gado. A população era pequena, mas distribuída de forma mais ou menos contínua, concentrada ao longo dos rios. Quanto às migrações no Norte, chamam a atenção os fatores de interiorização desse movimento da população. Fatores esses que afetam especialmente o Nordeste e os sertões com a progressão que vem de uma antiga dinâmica, que segundo Caio Prado, “é do avanço das fazendas de gado. Esse avanço não se encerrara ainda, e encontramos-lo, embora já atenuado, último impulso de uma secular marcha, devassando o sertão dos Pastos Bons no Maranhão, para ir atingir com suas vanguardas a margem do Tocantins” (PRADO JÚNIOR, 2011, p.76). Sua afirmação nos atinge hoje como se fosse uma profecia inexoravelmente verdadeira.

Figura 1 - Os caminhos de Capistrano de Abreu



Fonte: JUCÁ NETO (2007.p. 235)

2.2. A ocupação da ribeira do Jaguaribe

O ato de colonizar está vinculado aos rios, eles representam o caminho natural de ocupação, onde se obtêm os recursos necessários para a manutenção da vida. O povoamento da Ribeira do Jaguaribe foi uma tarefa difícil que exigiu formas de adaptação. Os assentamentos no baixo Jaguaribe, assim como todo o sertão, não aconteceram de maneira tranquila; o conflito era constante e violento.

Para o colonizador português, na sua sanha expansionista, combater os povos indígenas era uma realidade/necessidade, os povos que ali estavam, já ocupavam aquele território ancestralmente. Por não haver distinção entre as diferentes tribos, todos eram chamados de tapuia, “(...) tapuia passou a designar um conjunto de tribos que, apesar de heterogêneo, era percebido, pelo esquema classificatório, como portador de traços de identidade” (PUNTONI, 20002, p.62). Estes agrupamentos indígenas estabeleceram uma resistência vigorosa que tornou o avanço colonial lento e custoso.

Essas batalhas ganharam o nome de “guerra dos bárbaros”, que para Roberto Airon Silva (2013), foi um conjunto de conflitos envolvendo, de um lado, os colonizadores portugueses, e de outro lado, diversos povos indígenas chamados genericamente de tapuias, indígenas que estavam estabelecidos e tradicionalmente habitavam no interior do território sertanejo. Foram estes agrupamentos indígenas que estabeleceram uma resistência vigorosa ao avanço da colonização, também chamada guerra justa.

A investida para o Norte do Brasil, particularmente na região do atual Nordeste, foi impulsionada por diversos motivos. Dois dos principais foram a expulsão dos holandeses de Pernambuco e a queda no preço do açúcar devido à competição com outro polo produtor nas Antilhas⁸.

⁸ Durante o período de domínio holandês no Brasil (1630-1654), a região de Pernambuco foi uma das áreas mais estratégicas e ricas em termos de produção de açúcar. No entanto, a resistência dos colonos portugueses e a ajuda de outros países, como Portugal e seus aliados, levaram à expulsão dos holandeses da região em 1654. Esse evento resultou na necessidade de os holandeses procurarem novas áreas para manter seu domínio e continuar a explorar recursos valiosos, como o açúcar (MELO, 2017). Durante o período em que os holandeses estiveram no controle das plantações de açúcar no Brasil, houve uma crescente competição com outras regiões produtoras, especialmente as Antilhas. As ilhas do Caribe, conhecidas por suas plantações de cana-de-açúcar, começaram a produzir em grande escala, o que resultou em um aumento da oferta global de açúcar. Esse aumento da concorrência levou a

Em vinte e seis anos de domínio estrangeiro, o Brasil holandês, contou com mais de dezesseis anos em que a guerra predominou. Ataques a engenhos, saques a povoações, incêndios de canaviais, crise do preço do açúcar no mercado externo – 1641 a 1645 – em parte devido à produção nas Antilhas, concorrência crescente no mercado internacional do produto, entre outros fatores levaram as áreas produtoras ao declínio. (CHAVES, 2016, p.58)

Para Chaves (2016), esses motins se davam na forma de insurreições pelos diversos agrupamentos indígenas ocorridos entre os anos de 1651 e 1704. Foi no final do século XVII que a violência alcançou o seu ápice, ensanguentando o interior das capitânias. Estavam circunscritos ao sertão nordestino entre a Bahia e Pernambuco:

As Guerras de Assu configuram-se como ponto de desdobramento da chamada Guerras dos Bárbaros. Suas fronteiras situavam-se entre as ribeiras do Jaguaribe, no Ceará, e do vale do rio Açu ou Piranhas, no Rio Grande. Ocupando as margens da lagoa de Apodi (perto do atual município de Apodi), ao sul da chapada do mesmo nome, esses tapuias controlavam uma região essencial para a condução dos gados do Ceará para Pernambuco e/ou Bahia. (CHAVES, 2016, p.70)

No Ceará, esses embates se concentraram entre os limites do rio Açu no Rio Grande e as ribeiras do Jaguaribe, sendo uma passagem essencial para o gado, defendido por tapuias que controlavam a passagem ao sul da chapada do Apodi. Antônio Bezerra (1918) afirma que “Os Paiacús infestavam as ribeiras do Assú, do Apodi e o baixo Jaguaribe; e os Cariris batiam-se desesperadamente, desde os meados do século XVII, em defesa das suas terras, que se estendiam do Rio San Francisco (Sic) até o rio Curú ou Caracú, no Ceará” (p.50). Essa questão foi resolvida com o aldeamento dos indígenas Paiacu sob a alegação de um acordo de paz⁹. Na verdade, a regra era o extermínio, excetuando-se os casos de conversão do indígena que passava da condição de brado para manso.

uma queda nos preços do açúcar no mercado internacional, afetando significativamente a lucratividade das plantações brasileiras e, por consequência, incentivando a busca por novas áreas de exploração (CHAVES, 2016).

⁹ O aldeamento dos Paiacus no Araré, entre 1695 e 1697, é um marco na história desses indígenas no Ceará. Antes desse período, não há registros de aldeamentos dos Paiacus. A localização exata do aldeamento no Araré permanece incerta, com algumas fontes sugerindo a margem do riacho Bonhu, próximo ao Palhano, ou o monte em Itaiçaba, conhecido como Araré. O comando era atribuído ao padre João da Costa, mas há divergências sobre os eventos durante a guerra com Moraes Navarro. Após confrontos, os Paiacus foram realocados para o rio Choro, aldeados em Monte-Mor o Velho, e mais tarde, em 1765, para Monte-Mor o Novo, em Baturité. Outro aldeamento dos Paiacus, fundado pelo padre jesuíta João Guedes, conhecido como aldeia de Nossa Senhora Anunciada, teve sua localização perdida (PINHEIRO, 2001; PUTONI, 2002, VICENTE, 2011).

Relatos históricos, como o do padre Domingos Ferreira Chaves em 1720, mencionam a morte de mais de 600 homens brancos durante esse período de conflito. Os registros indicam que a maioria dos indígenas envolvidos na resistência foi praticamente exterminada ao longo dessas hostilidades. Esta guerra evidencia não apenas a brutalidade dos confrontos, mas também as complexas dinâmicas de poder, controle territorial e resistência indígena em meio ao processo de colonização (ROCHA, 2001, p.47).

O sistema de concessão de sesmarias era o modo português usado no Brasil colonial e em outras colônias pertencentes a ela. Nesse sistema, a Coroa Portuguesa concedia grandes parcelas de terra a indivíduos, chamados "sesmeiros", que tinham por dever usar a terra de maneira produtiva. A concessão dessas sesmarias foi bastante disputada na ribeira do Jaguaribe, pois podiam servir tanto para a agricultura, criação de animais e outras atividades econômicas. De acordo com Maurício Abreu:

O que dava originalidade ao sistema sesmarial era a obrigatoriedade de cultivar o solo num determinado prazo, sob pena de cancelamento da concessão. Nas conquistas, entretanto, as sesmarias incorporaram uma exigência adicional: o pagamento do dízimo à Ordem de Cristo, o que na realidade queria dizer pagamento à própria Coroa. Mais do que um imposto cobrado dos que recebiam as terras, o dízimo era a justificativa mesmo do processo de conquista (ABREU, 1997, p. 273).

Por ser uma região pouco explorada, as sesmarias eram distribuídas como forma de incentivo a ocupação e desenvolvimento econômico da área. Logo após o massacre dos indígenas Paiacus pelo bandeirante paulista Manuel Álvares de Moraes Navarro em agosto de 1699, provocou um crescimento no número de requerimentos de sesmarias naquele sertão. Devido a isso, houve uma migração em massa de indígenas para o Piauí e para o Cariri, tornando as terras devolutas passíveis de requerimento na forma de sesmarias (CHAVES, 2016).

Outra fundamentação dos pedidos, era a necessidade de guerrear contra os indígenas selvagens, bem como, a falta de pasto para o gado. Em 1681, 15 escravizadores registraram um pedido conjunto para concessão de uma sesmaria que ia da barra do rio Jaguaribe até o boqueirão do Cunha, em ambos os lados do rio, por serem:

(...) todos moradores e filhos da Capitania do Rio Grande [e] se me enviou apresentar por sua Petição que Os mais delles Tinhão servido a S. Alteza em paz em guerra com Pessoas e fazendas e herão Pessoas Benemeritas de Cabelal pera povoarem e descobrirem terras assim no sertão como a beira mar da dita Capitania e sendo tantos

em número com suas famílias não tinham terras para aposentar seus Gados e mais Criasóis.¹⁰ (APEC, 2006)

As datas mais próximas da foz do Jaguaribe e do porto de Aracati foram apossadas da seguinte maneira: 1. data: da barra do Rio até Aracati (Porto das Barcas), a Manuel de Abreu Soares; 2. data: de Aracati até Itaiçaba (Passagem de Pedra), a Gregório de Gracismão. As respectivas datas abrigavam fazendas de gado que logo se transformariam em pequenos centros de produção e comércio. Os caminhos foram se consolidando e transformando-se em estradas, favorecendo a troca e a comunicação entre esses assentamentos. A via principal da capitania do Siará Grande era a que ficava à margem do rio Jaguaribe e os seus afluentes, se chamava Estrada Geral do Jaguaribe, que “partindo da região do Aracati, rio acima, transpunha o Jaguaribe em Passagem das Pedras, atravessava os lugares onde hoje são as cidades de Russas e Icó, subindo depois o Salgado até quase suas nascentes” (STUDART FILHO, 1937, p. 28).

Dos roteiros das boiadas que impulsionaram a colonização da Capitania do Ceará nos séculos XVII e XVIII, as das ribeiras do rio Jaguaribe representavam a mais importante via de acesso, por onde entraram as ondas imigratórias oriundas das regiões açucareiras da Bahia e Pernambuco. Ao encontrarem a facilidade de água e terras férteis, os primeiros colonizadores foram instalando, ao longo das várzeas do Jaguaribe, currais para a criação de gado, dando início assim à prática da pecuária extensiva. (CHAVES, 2016, p. 94)

Do sertão, os pecuaristas levavam os seus animais para serem comercializados em feiras e mercados. O gado era transportado por vaqueiros em longas jornadas, que podiam durar semanas ou meses, até chegar ao seu destino. Pernambuco e Bahia eram esses importantes pontos de comércio da região e recebiam grande parte do vacum produzido nas ribeiras do interior. Nessa jornada, “O gado emagrecido nas longas jornadas, de até dezesseis dias, era vendido a baixos preços a fazendeiros ou a indivíduos dedicados à engorda dos rebanhos, solução para evitar-se o retorno das reses para as fazendas de origem, o que agravaram as perdas”, (GIRÃO, 1984, p. 84). Além de tudo isso, ainda havia a questão com a segurança nas estradas por ladrões, ataque de feras, pagamento de impostos e acidentes causados pelo terreno pedregoso, como nos esclarece Farias (2012):

¹⁰ Pedido Nº 35 de 23/01/1681. Data de Sesmaria nº 2. Vol. 1. Ano 1679. In: Datas de Sesmarias do Ceará e índices de datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928. / Organização Arquivo Público do Estado do Ceará. Fortaleza: Expressão Gráfica/ Wave Mídia, 2006. 2 CD-ROOM.

As boiadas, de 100 a 300 cabeças geralmente eram conduzidos pelo tangerino – trabalhadores brancos livres, índios a serviço de latifundiários, negros escravos, que conduziam sob o sol escaldante e os gritos e cantorias conduziam as reses a pé, enfrentando a caatinga, as longas viagens, as feras, os ataques indígenas e a carência dos bons pastos ao longo da jornada. Nas longas marchas, muitos animais morriam no percurso ou emagreciam demais, num desgaste tal que os rebanhos acabavam vendidos por preços aviltantes no mercado de destino. (FARIAS, 2012, p. 41-42)

Por causas desses problemas logísticos, o gado passou a abundar na capitania do Siará Grande, gerando outra problemática: o abate do gado somente para aproveitar o seu couro. Além disso, não poderia ter o preço majorado, pois as regiões destinatárias não comprariam mais os bovinos e o frete para transporte marítimo era impraticável. A solução foi a mecanização do processo de salga da carne e do curtimento do couro.

2.2.1 O Charque

O processamento da carne salgada e do curtimento do couro foi a forma encontrada com capacidade de resistir ao tempo sem deterioração da proteína durante as grandes viagens. Com o advento dessa técnica, comenta Valdelice Carneiro Girão (1984), que “as boiadas que antes se deslocavam para as feiras pernambucanas e baianas começavam a rumar em direção à foz de suas próprias ribeiras” (p.105). As oficinas eram geralmente localizadas em estuários de rios, como os rios Jaguaribe, Acaraú e Coreaú, na região do Ceará, onde havia uma grande disponibilidade de sal. Com o tempo, a atividade de beneficiamento de carne expandiu-se para outras regiões, incluindo o Parnaíba, no Piauí, e os rios Açu e Mossoró, no Rio Grande do Norte.

Figura 2 - Salinas



Fonte: Acervo de Netinho Ponciano. *Sd.*

A produção de charque foi intensificada com a alta produção salina do lugarejo, dispondo de condições climáticas favoráveis para a instalação das feitorias:

Na região Jaguaribana, em especial na cidade de Aracati, a natureza assegurava o desenvolvimento àqueles que se dedicavam à criação do gado e à produção do charque, pois, nesses locais, onde a natureza fora prodigiosa, se conjugavam os elementos essenciais para a instalação das feitorias, a exemplo dos ventos, que favoreciam a secagem da carne, e o sal encontrado em abundância, que servia como um conservante natural. (BARBOSA, 2011, p. 19)

Nesse mesmo sentido, Renato Braga (1947) comenta:

(...) que além de matéria-prima abundante, possuía outros fatores locais asseguradores do êxito: ventos constantes e baixa umidade relativa do ar, favoráveis à secagem e duração do produto; existência de sal, cuja importância se não precisa destacar; barras acessíveis à cabotagem. (BRAGA, 1947, p.150)

Não se sabe bem ao certo quem inventou a técnica da fabricação da carne de charque, ou melhor, a forma e o manejo para conservação da proteína animal através da salga para agregar maior valor comercial aos produtos. A sua implantação em Aracati também é

incerta. Todavia, Geraldo Nobre (1977) afirma “que datam da época anterior a 1740 e surgiram primeiramente no pequeno arraial de São José do Porto dos Barcos, depois elevado à categoria de vila com o nome de Santa Cruz do Aracati, hoje cidade de Aracati [...]” (p.157). Mas, é sabido que foram os charqueadores vindos de Recife que ergueram a primeira igreja de Aracati, que “no ano de 1714, devastadas as carnaubeiras e marizeiros, construíram os charqueadores, vindos de Pernambuco e da Bahia, uma capela de taipa com frente de tijolo e coberta de palha, sob a inovação de Nossa Senhora do Rosário”¹¹, falaremos disso mais adiante pormenorizadamente quando tratarmos da Irmandade do Santíssimo Sacramento.

Quanto a mão de obra, os indígenas, submetidos à escravidão, foram utilizados nas oficinas de charque, pelo menos até 8 de maio de 1758, data da proibição de se escravizar indígenas. Doravante, passaram a ser contratados como homens livres. Pedro Alberto de Oliveira Silva (2002), relativiza isso, ao dizer que a situação deles mudou pouco, isso é, para uma sujeição de uma semiescravidão.

O outro trabalhador dessas charquearias era o trabalhador livre ou liberto. Leonardo Cândido Rolim (2012) comenta que muitos deles eram mestiços, que eram tanto arregimentados na lida com o gado como tangedores, passadores e auxiliares em currais, bem como nas plantações, realizando trabalho braçal nas oficinas de charque. Por fim, devido à proibição da escravidão dos indígenas, o trabalho negro escravizado, passou a fazer parte do grupo de trabalhadores nessas atividades. Muitos dos donos de currais dispunham de pouco capital para a compra de escravizados negros. Provavelmente os primeiros escravizados negros entraram no Ceará pelo sertão do Cariri e não por tumbeiros. Eles foram trazidos por mineradores que esperavam encontrar ouro, fundando para isso a “Companhia do Ouro das Minas de São José dos Cariris” entre 1756 e 1758.

(...) executaram serviços de mineração sessenta e nove escravos, entre ladinos e boçais, africanos e crioulos. Pelo que consta nos documentos referentes àquela empresa, os negros da Costa eram mais valiosos do que os Angola, estes constituíam a maioria. (SILVA, 2002, p. 50).

Classificando a forma e o tipo de trabalho usados no século XVIII no Ceará, bem como a frustrante empreitada da Companhia mineradora no Cariri.

¹¹ Documentos sobre a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Matriz de Aracati. Arquivo da Igreja do Aracati.

A mão-de-obra escrava no Ceará se faz presente em todo o campo de trabalho, seja no espaço rural ou no urbano. Se num primeiro momento, ainda no século XVIII, as primeiras “peças” estavam sendo adquiridas para trabalhar num projeto que frustrou, as “minas de São José do Cariri”, posteriormente o cativo foi incorporado ao setor produtivo estando presente na pecuária, na agricultura, em serviços especializados, nos serviços domésticos, ou ainda como escravo de aluguel ou de ganho (FUNES, 2002, p. 110).

Autores como Paulino Nogueira, João Brígido, Guilherme Studart, Raimundo Girão, em especial nos artigos publicados pela Revista do Instituto do Ceará (RIC), minimizam a presença indígena e negra escravizada, chegando a romantizar muitas vezes a ideia de que havia somente escravizados domésticos (praticamente da família).

O seu dinâmico porto de Aracati, comenta Sebastião da Rocha Pita (1976), que “vinte léguas para o Rio Grande têm pelo sertão uma formosa povoação com o nome de Rio Jaguaribe, que por ela passa, o qual, seis léguas para o mar, faz uma barra suficiente a embarcações pequenas, que vão carregar carnes de que abunda com excesso aquele país” (p. 55-56). Isso incentivava a vinda de comerciantes recifenses, que buscavam novas fronteiras para expandir os seus investimentos que variavam entre a cabotagem, embarcações, armazéns e curtumes. Aracati, sendo uma praça em pleno desenvolvimento e expansão, obteve muitos investimentos desses empresários:

(...) arrematação dos contratos de impostos; a propriedade de embarcações de cabotagem ou destinados ao comércio com a costa da África; a exploração de trapiches e armazéns; a operação de curtumes e de fábricas de atanados; a posse de bens de raiz no Recife, aforados à Câmara de Olinda, ou de engenhos situados nos seus arrabaldes, que muitas vezes lhes vieram às mãos por via de execução de dívidas de senhores relapsos; e, desde o fim do século XVII, após a “guerra dos bárbaros” e a abertura da fronteira da pecuária no Rio Grande do Norte e no Ceará, a obtenção de sesmarias e o estabelecimento de fazendas de gado. (MELLO, 1995, p. 132).

Aracati está diretamente ligada ao seu poder econômico. Era um lugar ainda por ser explorado, onde o charque e a comercialização de couro que escoavam através do porto pela foz do Jaguaribe, representando a face mais visível de um primeiro setor. O segundo setor ainda tinha muito espaço para crescer. O povoado de São José do Porto dos Barcos do Jaguaribe estava prestes a se tornar a vila mais próspera da província do Ceará.

2.2.2 Questões raciais no Ceará

No Ceará, ao longo do século XIX, a vivência da negritude foi marcada por um processo de silenciamento e invisibilização imposto pela sociedade dominante. Como aponta Marques (2013), o movimento abolicionista, embora tenha personificado a figura dos libertadores, negligenciou a inclusão efetiva dos negros libertos na sociedade, perpetuando a indiferença relativamente à construção identitária do negro. Esse cenário refletiu-se na atuação dos institutos locais, como o Instituto Histórico do Ceará, que surgiram no contexto de disputas territoriais e historiográficas, conforme destacado por Souza (2006).

No contexto das irmandades religiosas, como as de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, as pessoas negras encontravam espaços de resistência, organização comunitária e preservação cultural. Essas instituições desempenhavam um papel fundamental na promoção da solidariedade, no fortalecimento da identidade negra e na construção de redes de apoio e proteção mútua. As irmandades representavam locais de empoderamento, cidadania e preservação de tradições culturais africanas e afrodescendentes, contribuindo para a construção de identidades coletivas e para a resistência à opressão e marginalização enfrentadas pelas pessoas negras.

Assim, a reflexão sobre o que é ser negro, a problematização da branquitude e a análise do papel das irmandades religiosas no Ceará durante o século XIX são fundamentais para compreender as dinâmicas de poder, as desigualdades raciais e as estratégias de resistência e fortalecimento identitário das comunidades negras num contexto de opressão e discriminação racial.

A partir das reflexões de Marques (2013) sobre o processo de silenciamento e invisibilidade do negro pós-abolição, é possível compreender como as estruturas sociais e culturais contribuíram para a marginalização e exclusão das comunidades negras, reforçando estereótipos e hierarquias raciais.

A análise da branquitude, conforme discutido por Schwarcz (1993), revela como a construção da identidade branca esteve intrinsecamente ligada ao processo de superioridade racial e ao apagamento das contribuições e experiências das comunidades negras. A desconstrução da branquitude como norma e a problematização dos privilégios associados a

essa identidade são fundamentais para a promoção da equidade racial e para o combate ao racismo estrutural¹².

No Ceará do século XIX, ser negro era enfrentar um contexto marcado por hierarquizações raciais, exclusão social e processos coercitivos mesmo após a abolição da escravidão. A presença da população negra cearense era significativa tanto economicamente, com atividades como a fabricação de rapadura e aguardente, quanto socialmente, com laços identitários mantidos através de manifestações culturais como a cultura do gado, as jangadas, o engenho de rapadura e os festejos populares (MEDEIROS, 2023).

O discurso social produzido pela sociedade cearense muitas vezes cerceava as práticas culturais negras, considerando-as "atrasadas" e incompatíveis com uma nova moral que negava ao negro ser sujeito da história. Mesmo com a resistência e persistência das manifestações culturais negras, como os congos, candomblés e maracatus, a comunidade negra enfrentava estereótipos e exclusão social baseados em características inferiores atribuídas aos seus costumes de origem africana (MARQUES, 2013).

Após a abolição, os negros libertos no Ceará se viram desamparados e enfrentaram dificuldades para exercer plenamente a sua cidadania, sendo muitas vezes relegados a um papel de cidadão inviável na prática, apesar das narrativas oficiais que os consideravam como tal. O processo de silenciamento do negro e a negação da sua identidade negra eram elementos presentes no imaginário social, contribuindo para a marginalização e deslocamento social da população negra no contexto pós-abolição (FUNES, 2000; FUNES, 2007; SOBRINHO, 2005; NASCIMENTO, 2018)

A luta por reconhecimento, igualdade e dignidade permeava a experiência da população negra cearense nesse período histórico. Destaca-se que, conforme apontado por Cunha Júnior (2011), durante os períodos colonial e imperial, a presença da dimensão espacial negra no Ceará não se limitava apenas ao aspecto econômico, mas exercia uma influência

¹² A branquitude é um conceito que evidencia como a branquidão é tomada como padrão de normalidade e superioridade, enquanto as identidades não brancas são subalternizadas e marginalizadas. No contexto brasileiro, a branquitude está intrinsecamente ligada à construção da identidade nacional e à manutenção das hierarquias raciais. A ideia de superioridade branca permeia as estruturas sociais, políticas e culturais do país, influenciando as relações de poder e as oportunidades de acesso a direitos e recursos (SCHWARCZ, 1993).

significativa no tecido social da população afrodescendente cearense. No contexto do século XVIII, as comunidades africanas e afro-brasileiras mantinham vínculos identitários por meio de expressões culturais materiais e imateriais, tais como a cultura pastoril, a construção de jangadas, a produção de rapadura nos engenhos e as festividades populares (SILVA, 2019).

As Irmandades, como as de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, desempenharam um papel crucial no processo de socialização e organização das pessoas negras durante o século XIX. Essas instituições religiosas e sociais eram espaços de encontro, solidariedade e fortalecimento da identidade negra, proporcionando apoio mútuo, proteção e preservação de tradições culturais.

2.3. A Cidade

Embalados por brisas suaves
Sob os raios dos sóis tropicais
Tu escutas os hinos das aves
Que revoam os teus carnaubais.

Aracati, cheio de glória
Brilha o teu nome varonil
Nas áureas páginas da história
Do Ceará e do Brasil¹³

2.3.1 Fatos anteriores

Fatos imediatamente anteriores foram relevantes para a autorizar a criação da vila de Aracati e convencer o Conselho Ultramarino dessa necessidade. Nos próximos parágrafos, quando as citações se mostrarem no formato de transcrição semidiplomática, deve-se considerar que os referidos textos são parte integrante da obra de Clóvis Ramiro Jucá Neto (2007), *A Urbanização do Ceará Setecentista: As vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de*

¹³ Duas primeiras estrofes do hino da cidade de Aracati. Retirada do site da prefeitura do município: <https://www.aracati.ce.gov.br/omunicipio.php>. Acesso em: 22 fev. 2022.

*Santa Cruz do Aracati*¹⁴. Faremos a exata referência em notas de rodapé com o intuito de preservar a devida autoria. Já os documentos em *fac-símile*, foram por mim retirados da plataforma digital do Projeto Resgate¹⁵.

O primeiro motivo era a capacidade de gerar impostos. Antes mesmo de se tornar vila, o comércio do porto de Aracati já era taxado, o fato gerador era o transporte das cargas. A vila de Aquiraz, através dos seus oficiais, passou a cobrar impostos sem a devida consulta à metrópole, nos seguintes termos:

(...) a cada hum dos Senhorios e Mestres dos Barcos que entrao todos os annos no porto do Aracati dessa Cappitania do Ceará a pensão de pagarem outo mil reys pello barco que levar de mil arrobas [de carnes secas] para sima e o que carregar de mil aroubas pa[para] bayxo Seys mil reis e quatro mil reis o que for carregar Courama tudo para ajuda das despezas desse senado que por serem muytas e não ter rendas donde as possa suprir. (...).¹⁶

Acontece que, para fazer impor a vontade Real e não a da Câmara de Aquiraz, o monarca confirma os impostos, manda devolver os tributos cobrados indevidamente e considera nula a lei editada pela Câmara.

(...) pareceu dizervos, que nem vos nem o ouvidor podíeis impoa a dta[dita] penção sem preceder licença minha; o que se nos extranha muy severamente ordenandovos restitueis os donos dos barcos o q' indevidamente lhe tendes extorquido não pelos bens do Conco[Conselho, i. é. a Câmara] mais sim pellos dos officiaes que acordarão na dta[dita] imposição.¹⁷

Como bem se sabe, quando um lugar produz muita riqueza gerando impostos, não possuindo autonomia administrativa e financeira para geri-los, geralmente a arrecadação preenche os cofres da sede, no caso Aquiraz, retornando bem menos para o distrito que

¹⁴ JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. A Urbanização do Ceará Setecentista: As vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati. 2007. 531f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

¹⁵ Projeto Resgate. Documentos Manuscritos do Ceará – Códice I. AHU_ACL_CU_Códice 260. P. 317 [Projeto Resgate - Códices \(1548-1821\) e \(1671-1833\) - DocReader Web \(bn.br\)](#)

¹⁶ Lisboa, seis de setembro de 1742. Livro de Registro de provisões para entidades de algumas Capitâneas do Brasil. Projeto Resgate. Documentos Manuscritos do Ceará – Códice I. AHU_ACL_CU_Códice 260. P. 317v

¹⁷ Idem.

contribuiu. Outra queixa era a dupla cobrança de imposto, pois já se cobrava um dízimo sobre o gado.

O Conselho Ultramarino manda que se mantenha um juiz ordinário e um tabelião de Aquiraz em Aracati. Nesse sentido, os charqueadores e escravizadores passaram a requerer, junto ao Ouvidor Geral e do Capitão-mor, a criação da sua própria vila. O capitão-mor recebe a seguinte instrução da corte em resposta ao pedido de se erigir uma vila:

(...) sobre ser conveniente q' no lugar do Aracaty de Jaguaribe dondo portão os barcos q todos os annos vão ahy fazer carnes aSsistisse hum Tabam [Tabelião] da Va[Vila] do Aquiraz emqto[enquanto] os mesmos barcos se ditiverem no dto[dito] lugar pa[para] se evitarem varias dezordens a respto[respeito] q'mandado informar ao ouvor [Ouvidor] daquela capnia[capitania] respondeu o que vereis da sua carta tãobem se vos remete copea, dizendo ser conveniente q' no dito lugar se erija hua Va[Vila] plo[pelo] que mandey q por ora fosse hum juiz ordinário da Va[Vila] do Aquiraz e hum tabelião assistir no dto[dito] lugar do Aracati na occasiao do concurso dos barcos.¹⁸

O segundo motivo era a violência que acometia o povoado, principalmente na área do porto, devido ao grande número de pessoas que chegavam para o trabalho nas oficinas de charque e no comércio. Vejamos a súplica feita pelo Capitão-mor a Sua Majestade, insistindo no pedido de criação da vila:

(...) porque tãobem haverá menos morttes, e Não haverá tantos crimes, porq este anno furtarão uma molher cazada, e Em riba matarão o marido a espingarda pella querer defender, sem haver castigo deste, e outros semelhantes que Lá estão sucedendo todos os annos de que me pareceu dar conta a V.Magde [Vossa Magestade] para que como Rey, e Snro[Senhor] lhe mande por remédio Sobre o que mandara o que for Sirvido.¹⁹

No mesmo sentido, alegando insegurança, o Ouvidor Geral da capitania, Manoel José de Farias, foi ouvido pelo Conselho Ultramarino em julho de 1744 sobre a necessidade de criação da dita vila:

V. Magde ponderou e se deixão ver da copea da carta do tal Capam Mor que se me remeteu a Respeyto do Contheudo nella informar com o meu parecer: lhe é sem dúvida

¹⁸ “Consulta do Conselho Ultramarino ao rei [D. João V], sobre a necessidade de se criar uma nova vila em Aracati de Jaguaribe. Lisboa. 1746, dezembro, 12”. Projeto Resgate. Documentos manuscritos avulsos da Capitania do Ceará (1618 – 1832). AHU_ACL_CU_017. Cx. 5. D. 304

¹⁹ Idem.

ser muito conveniente haver justiça naquelle lugar porq alem de haver nelle muitos moradores quando o He no tempo das carnes [e] oficinas se faz muito populoso pela concurrencia de muitas somacas e gente q' dessem destes sertões com inumeraveis gados a fazerem suas negociaçoens donde haum haverem muitas contendas muitas pendenzias e alguãs mortes.²⁰

Por fim, o governador da capitania geral de Pernambuco foi inquirido a respeito da criação da vila na foz do Jaguaribe e concorda com a sua elevação. Em suma, cobrança de impostos, a violência, o medo da perda de controle sobre os habitantes e transeuntes, e a ausência do poder estatal foram os quesitos que finalmente importaram para a constituição da vila de Santa Cruz do Aracati.

2.3.2 A formação urbana da cidade: o poder temporal e o eclesiástico

Após anos de sucessivos pedidos e consultas, a Vila de Aracati (ROLIM, 2012) foi a quarta a ser criada no Ceará no ano de 1747, no século XVIII. As outras vilas foram a de São José de Ribamar do Aquiraz (1700-1713), a Vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção (1726) e a Vila de Nossa Senhora da Expectação do Icó (1738). Dessas, as que ocuparam papel de destaque durante o setecentos foram Icó e Aracati; as duas disputavam a hegemonia econômica no vale do Jaguaribe. Icó ficava no entroncamento das duas principais estradas da província, a Estrada Geral do Jaguaribe e a Estrada das Boiadas, como nos conta:

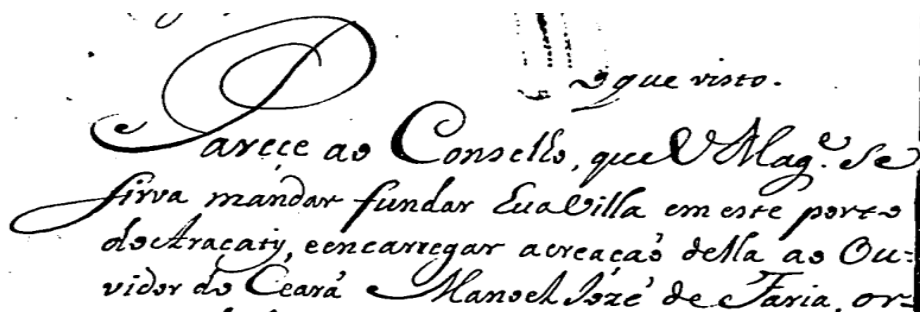
As mercadorias de procedência estrangeira vindas do Aracati eram conduzidas em chiantes carros de bois até o Icó, onde estacionava por ser o caminho daí por diante intransitável mesmo a esse rústico meio de transporte terrestre. Entre Icó e os centros consumidores a condução dos gêneros era feita em lombo de cavallos, bestas e bois mansos, a isso adextrados. Subiam também pela estrada geral tropas intermináveis de eqüinos carregando com destino aos povos de S. Francisco o produto das salinas cearenses e quiçá mesmo das de Mossoró, povoado norte-riograndense que até meados do século passado, quando foi criada a Villa, gravitou na zona de influência e atracção commercial do Aracati. (STUDART FILHO, 1937, P. 28-29)

As ordens emanadas pelo poder central português dão a tônica solene da criação de uma corte terrena pela intercessão do poder divino, assim expressa: “Parece ao conselho que V.

²⁰ Ibidem.

Magestade se sirva mandar fundar uma Villa em este porto do Aracaty, encarregar a criação della ao Ouvidor do Ceará Manoel José de Faria”. (JUCÁ NETO, 2007, p. 513)

Figura 3 – Criação da Vila de Aracati



Parece ao Conselho, que V. Mag. se sirva mandar fundar eua villa em este porto do Aracaty, e encarregar a creação della ao Ouvidor do Ceará Manoel José de Faria, or-

Fonte: Projeto Resgate. AHU_ACL_CU_Códices 266. Pág. 308v a 310.

As diretrizes para a implementação da vila de Aracati irão dar forma e materialidade para a implantação, disposição dos lugares e atuação dos sujeitos, cada qual com o seu propósito. A igreja terá o seu papel, o poder repressor do Estado será contemplado, a segurança sanitária terá a sua importância e as Irmandades serão como um corpo vivo, transcendental e temporal que atua como um colchão de amortecimento em situações de conflito, mediando e censurando as condutas dentro desse tecido social urbano.

Conforme o parecer do Conselho Ultramarino, a implantação da Vila de Santa Cruz do Aracati deveria conter alguns elementos formais de edificação. A localização dos prédios públicos, das praças, ruas e das igrejas tinham que estar perfeitamente dentro do seu lugar e realizando o seu papel esperado.

A dinâmica do porto já se dava de maneira regular antes mesmo de se tornar vila, como se lê na carta enviada ao Conselho Ultramarino pelo Ouvidor Geral da capitania, Manoel José de Farias em julho de 1744, tratando, entre outros assuntos, sobre a movimentação do porto que recebia “vinte e cinco e mais [...] sumacas, [...] q’ a troco de fazendas que trazem [...], levam a carne e courama de dezoito até vinte mil boys para Pernco, Bahia e Rio de Janeiro” (JUCÁ NETO, 2007, p. 514). Desse modo, após verificada a posse da data de sesmaria, no mesmo porto, poderiam os oficiais, de modo a suprirem as suas despesas, cobrarem-lhes impostos:

(...) Remunerando V.Mage[Vossa Majestade] ao dono da terra em que portão os barcos e estãoas officinas [de carnes] com officio de Tabalião da mesma villa com o rendimento das das[ditas] officinas, edoz foros das cazas que se hão de fazer de novo, se poderão affectuar as dasobraz, e ter a câmara o necessário para sua conservação”.²¹

Figura 4 - Alfândega de Aracati

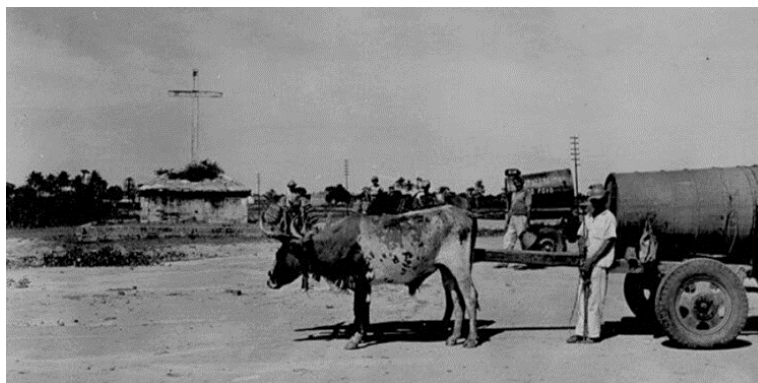


Fontes: Acervo de Netinho Ponciano, *Sd.*

O ouvidor escolheu o sítio chamado “Cruz das Almas” como marco inicial. Esse local deveria ser livre de inundações, perto da área portuária e que pudesse conferir comodidade aos moradores, forasteiros e comerciantes. No espaço escolhido, foram demarcadas as linhas da praça. Para os padrões portugueses era de tamanho médio, segundo Jucá Neto (2007) os marcos foram os seguintes: “Partindo-se de um lado do quadrado com 128 metros, progride-se para a uma forma retangular em uma proporção de $\sqrt{3}$, resultando no lado maior da praça com 231 metros” (p.326). Ao redor da praça seria instalado o pelourinho, os edifícios públicos, como a Casa de Câmara, Cadeia e mais oficinas. A figura abaixo mostra o local, onde está erigida uma cruz, do primeiro pelourinho. No entanto, esses equipamentos não prosperaram nesse local, sendo mudados para a parte mais ao norte da cidade.

²¹ Lisboa, 12 de dezembro de 1746. CONSULTAS acerca de vários assuntos respeitantes à Capitania de Pernambuco – 1712-1749. Projeto Resgate. Documentos Manuscritos Códices I (1548-1821). AHU_ACL_CU_Códices 266. Pág. 308v a 310.

Figura 5 - Praça proposta para Vila Do Aracati



Fontes: Acervo de Netinho Ponciano, *Sd*.

A instalação do pelourinho era o símbolo e também açoitado que consubstanciava o poder da metrópole representada pela figura do Rei. O poder de mando deveria ser exercido com pulso forte; as intrigas, os furtos, roubos, sequestros e estupros aconteciam tanto na cidade como na zona rural. A dinâmica social era intensa; o dinamismo não poderia parar, mas também não poderia sair do controle, principalmente nos 8 meses em que os embarques eram mais frequentes.

{...}no período de produção e comércio das carnes secas, que durava aproximadamente oito meses, a população da Vila de Santa Cruz do Aracati aumentava consideravelmente e a agitação e efervescência social naquele lugar desencadeavam sociabilidades e tensões sociais de toda sorte. Ocorriam enfrentamentos entre donos de oficinas de salga e vereadores, contendas entre a tripulação dos barcos e a população, disputas entre os membros da Igreja e os agentes régios, querelas que envolviam padres, vereadores e donos de oficinas, entre outras. Aracati (ROLIM, 2012, p 95-96)

Analisando a que se destina o território e quais as medidas de ocupação, Souza (2013) esquadrinha a perspectiva do exercício do poder explícito e implícito, visando à delimitação espacial e à necessidade de conferir visibilidade ao local onde ocorrerão todos os eventos, tanto em festas, utilização da burocracia estatal, local de punição pública e recolhimento prisional:

(...) não é apenas o território que se pode ser concebido, concretamente, com a ajuda da ideia de poder. Embora talvez seja muito menos evidente também, o poder só exerce como influencia um território e, muito frequentemente, por meio de um território, não há influência que seja exercida ou poder explícito que se concretize sem que seus limites espaciais, ainda que as vezes vago, igualmente sejam menos ou mais perceptíveis. Mesmo quando se exerce poder a grandes distâncias, por meio das

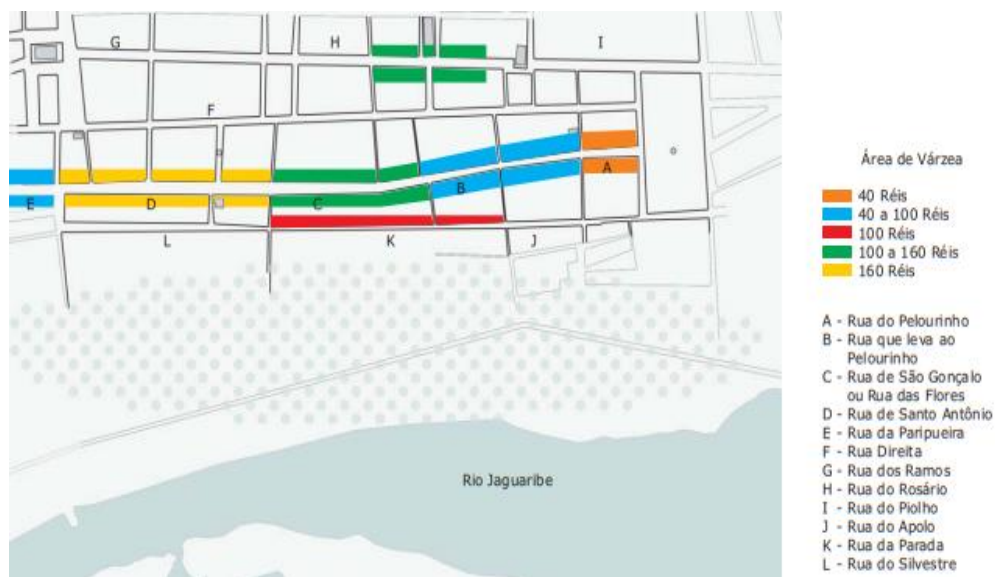
modernas tecnologias da comunicação e informação, o alvo ou destinatário jamais é um grupo social sem conexão com o espaço (SOUZA, 2013, p.86-87)

Sobre o mesmo assunto, creio que o poder coercitivo só deva ser usado quando os outros meios falham, ou melhor, quando o adestramento não surte mais efeito. A simbologia visível e subjetiva deveria bastar para pacificar, mas o mundo do dever ser não é o mesmo do ser:

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e adestrar ainda melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até às singularidades necessárias e suficientes. “Adestra” as multidões confusas, moveis, inúteis dos corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais-pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. (FOUCAULT, 2008, p. 132-133).

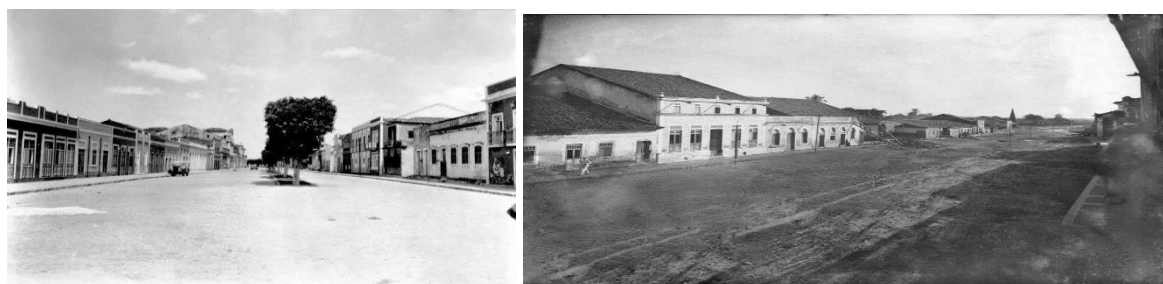
As cidades, como centros urbanos passíveis de serem regulados, fundadas em pontos estratégicos, “[...] funcionavam como centros regionais e por meio delas revelavam-se as tendências centralizadoras da política portuguesa, que se opunham, ainda que discretamente, à dispersão dominante” (REIS FILHO, 1968, p.67). De uma forma superlativa, a localização estratégica desses equipamentos públicos e religiosos funcionaria como uma superestrutura “panóptica.”.

Partindo dessa praça, uma grande avenida dividiria a cidade de maneira paralela ao rio Jaguaribe. Foram propostas para o Aracati ruas com não menos de 30 palmos de largura. O traçado colonial das vias de Aracati segue um padrão característico das cidades brasileiras da mesma época. As ruas principais são largas com becos estreitos e calçamento de paralelepípedos. A principal avenida mudava de nome a cada dois ou três quarteirões. A rua Santo Antônio será a de maior importância. Veremos que a sua execução sofreu um desalinho, o que a deixou torta e estreita em alguns trechos, como podemos observar nesse desenho com as marcadas por letras do alfabeto, e as cores denotam a nobreza da área pelo preço que se pagava pelo foro:

Figura 6 – Traçado central de Aracati

Fonte: Jucá Neto (2007, p.326)

A imagem nos possibilita visualizar o esquadrinhamento da avenida principal conforme planejada, com suas linhas primordiais, e abaixo, a antiga rua de Santo Antônio, com e sem canteiro central.

Figura 07 e 08 – Rua Santo Antônio

Fonte: Acervo de Netinho Ponciano, *Sd.*

É também para essa região que irá à Casa de Câmara e a Cadeia, em conjunto com o respectivo pelourinho.

Figura 09 – Traçado do perímetro do conjunto arquitetônico



Fonte: Jucá Neto (2007, P.366)

Figura 10 – Casa de Câmara e Cadeia no século XX



Fonte: Acervo de Netinho Ponciano, *Sd.*

Figuras 11 - Casa de Câmara e Cadeia no século XXI



Fonte: Acervo do autor, 2023.

Agora que temos um panorama da historiografia da cidade de Aracati, passaremos ao próximo ponto onde faremos o devido enquadramento das igrejas dentro desse palmo poligonal.

2.3. 3 A Igreja compondo o espaço

Para entendermos a situação da divisão administrativa a que estava eclesiasticamente, devemos esclarecer que mesmo com status de vila, Aracati fazia parte da freguesia das Russas. Somente em 20 de junho de 1780, com a criação do Curato de Santa Cruz do Aracati, ocorreu um marco importante na história da cidade. Por provisão do então Bispo de Pernambuco, Dom Thomaz da Encarnação Costa Lima, oficializou a separação da freguesia das Russas e criou um curato na Villa de Santa Cruz do Aracaty.

A construção das Igrejas de Nossa Senhora do Rosário de Aracati iniciou-se nos primeiros anos do século XVIII e só foi concluída na segunda metade do século XIX, com diversas reconstruções e reformas ao longo do tempo. De acordo com registros históricos, a igreja original era uma pequena capela coberta de palha, com a fachada principal em tijolo e as paredes laterais em taipa. Em 1719, a capela teve o seu teto de palha substituído por telhas, e em 1745, a igreja ruiu, sendo reconstruída em 1761. Os Charqueadores foram os grandes

fomentadores das Irmandades que construíam e administravam os recursos usados nessas edificações:

A igreja Matriz de Aracati foi construída por ricos charqueadores vindos de Pernambuco e da Bahia. Pertencia à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Brancos. Inicialmente, em 1714, foi erguida uma capela com frente de tijolos, as laterais de taipa e o telhado coberto de palha. Em 1719, os charqueadores cobriram-na de telha. Somente em 1761, deu-se a construção da atual Matriz (STUDART FILHO, 1959, p.304-307).

Entre outras coisas, destacam-se alguns elementos como imagens, a mesa de comunhão, a bandeira da porta do batistério e a portada de arenito baiano. Bem como, a bandeira da porta do batistério, no que lhe concerne, é uma peça de valor histórico e artístico, entalhada na ponta de fachada, que apresenta ricos detalhes em baixo-relevo, imagens e uma mesa em jacarandá. Veremos isso mais adiante e em detalhes quando compararmos os bens inventariados das Irmandades. Abaixo, a primeira imagem mais antiga foi tirada da torre da Matriz; à sua esquerda, mais adiante, teremos no curso da rua a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, ao fundo a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres e, se observarmos bem ao fundo, à direita, estão as torres da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim; na segunda, podemos perceber que a fotografia foi feita da sua torre, com o cruzeiro com destaque para a rua Cel. Pompeu; a terceira, na metade da rua, está a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, ao final a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres; e a quarta, a foto da Matriz.

Figura 12 – Vista da Torre da Matriz de Aracati



Fonte: Acervo de Netinho Ponciano, *Sd.*

Figura 13 – Vista do Cruzeiro da Matriz de Aracati



Fonte: Acervo de Netinho Ponciano, *Sd.*

Figura 14 – Vista da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, ao final a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres



Fonte: Acervo de Netinho Ponciano, *Sd.*

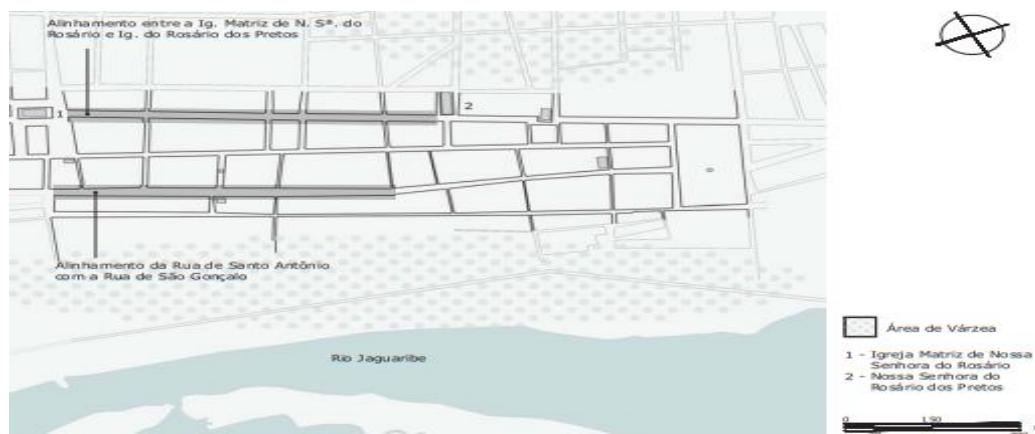
Figura 15 – Vista da Torre da Matriz de Aracati



Fonte: Acervo de Netinho Ponciano, *Sd.*

Abaixo, podemos ver o alinhamento entre as igrejas de Nossa Senhora do Rosário de Aracati (1) e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos pretos (2). Percebemos que ambas ficam na mesma rua, como nas fotos anteriores.

Figura 16 – Alinhamento das Igrejas.



Fonte: Jucá Neto, 2007, P.334.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos é a segunda mais antiga de Aracati. Foi erguida em 1777 e está localizada na rua do Piolho, periferia insalubre da vila. Sua administração ficava por conta da Irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pretos. A história da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Aracati está diretamente ligada à devoção dos escravos negros à Nossa Senhora do Rosário. Durante o período colonial, os negros escravos eram proibidos de frequentar as igrejas dos brancos e, por isso, construíram as suas próprias igrejas para expressar sua fé e suas tradições religiosas.

A Igreja do Senhor do Bonfim, edificada em 1772, erguida e administrada por Irmandade de mesmo nome (SANTOS, 1917). Segundo o aforamento de pedido de licença, essa só começou a ser erguida após requerido o aforamento em, “10 de abril de 1775. O Capitão Pedro Tenreiro de Almeida requereu do Senado da Câmara, segundo o aforamento de número 25, uma licença gratuita de seis braças de terra na rua do Pelourinho para nela ser edificada uma igreja dedicada ao “Senhor Bom Jesus do Bonfim” e uma casa como parte de seu patrimônio” (JUCÁ NETO, 2007, p. 369). O que havia no local antes era um oratório de invocação do santo do mesmo nome.

Figura 17 – Igreja do Senhor do Bonfim



Fonte: Acervo de Netinho Ponciano, *Sd.*

Além disso, por trás da igreja, encontra-se um cemitério que pertencia à Irmandade de Nosso Senhor do Bonfim.

Imagens 18 e 19 – Cemitério da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim



Fonte: Acervo do autor, 2023.

Esse cemitério era reservado somente para pessoas influentes e ricas da cidade, que pagavam um alto preço pelo sepultamento. É comum que as igrejas do período colonial tenham cemitérios adjacentes, já que a religião católica da época exigia que os corpos fossem enterrados em solo sagrado.

A Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, construída por Francisco das Chagas Chora e pertencente à Irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pardos Livres, estava localizada na rua do Piolho (trecho inicial da atual Rua Cel. Pompeu). Ao longo do tempo, a igreja passou por diversas mudanças na sua arquitetura, algumas das quais foram significativas. No início do Século XX, Antônio Felismino modificou bastante a estética originalmente barroca (BEZERRA, 1902, p.140).

Para a construção da igreja O terreno de doze braças para a Capela de Nossa Senhora dos Prazeres foi requerido por Francisco das Chagas e demarcado - pelo já conhecido arruador do Aracati, o chamado Braz Quintão - em 28 de junho de 1796, aforamento de nº 370, no alinhamento da Rua do Piolho na altura da Igreja do Bomfim localizada na Rua do Pelourinho. (JUCÁ NETO, 2007, p. 369)

Figura 20 – Capela de Nossa Senhora dos Prazeres.



Fonte: Acervo de Netinho Ponciano, *Sd.*

Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres só foi terminada em 1844, e teve o patrocínio da Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres dos Homens Pardos Livres, sendo seus estatutos validados por Dom Pedro II.

Após toda a retrospectiva, foi o nosso interesse trazer a historiografia de Aracati de modo muito sucinto, de modo a termos uma perspectiva do modelo espacial de ocupação da cidade desde os seus primeiros bandeirantes. Assim, ficamos com esse desenho de Jucá Neto, que foi de suma importância para a demonstração visual desse segundo capítulo com o seu fechamento:

A vila do Aracati alcança o início do século XIX com mais de trezentas casas aforadas, com três edifícios religiosos, a Matriz, a Capela de Nossa Senhora do Bomfim e Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, e um terreno de doze braças demarcado para a Capela de Nossa Senhora dos Prazeres. A Igreja Matriz achava-se na extremidade norte da vila, e, portanto, em sua área mais valorizada. As demais igrejas encontravam-se em seu extremo sul; a do Bomfim na Rua do Pelourinho e as outras duas, na rua do Rosário, doadas pelos moradores da vila. (JUCÁ NETO, 2007, p. 369)

Figura 21 – Traçado cartográfico de Aracati



FONTE: JUCÁ NETO (2007, p.371)

Dentro desse contexto histórico, passaremos nos próximos capítulos demonstrando a grande importância das Irmandades na história do Aracati e durante o período colonial e, principalmente, no imperial. Por mais que estivessem ligadas às instituições religiosas, as Irmandades também tinham uma função social, auxiliando a sociedade em diversos aspectos, como na assistência aos enfermos, aos pobres e aos escravizados.

3 DAS IRMANDADES

A Idade Média europeia foi o palco da produção de diversos elementos fundantes das Irmandades. Os marcos temporais rígidos impostos para se delimitar e categorizar determinados períodos da história, são formas didáticas de compreender esses elementos. Para os defensores de enquadramentos temporais específicos, o fim da Idade Média deu-se tão somente no século XV com a tomada da cidade de Constantinopla pelos turcos. Em sentido contrário, a análise dos períodos e acontecimentos anteriores e posteriores ao medievo, por si só, não trazem o condão de certeza da quebra de um paradigma pretérito, bem como a construção de um novo. Nesse sentido, Le Goff (2008) nos dá a resposta ao defender a ideia de uma Idade Média tardia que só viria a se encerrar após as Revoluções Industriais e com o advento da Revolução Francesa que irá perdurar até o século XVIII:

É preciso esperar o fim do século XVIII para que a ruptura se produza: a revolução industrial na Inglaterra, depois a Revolução Francesa nos domínios político, social e mental trancam com chave o fim do período medieval. A Idade Média se situa entre uma lenta mutação, que judiciosamente de algum tempo para cá se chama de ‘Antigüidade tardia’, denominação melhor do que Alta Idade Média (aquela que começa mais tarde, por volta dos séculos de VI a VIII), e uma revolução no fim do século XVIII. Entretanto, como a história conserva sempre uma parte de continuidade, fragmentos da Idade Média sobrevivem durante o século XIX (LE GOFF, 2008, p. 14–15).

As Irmandades fundadas no Brasil têm a gênese e a natureza dos institutos associativos laborais e religiosos medievais. É falso afirmar que houve uma Idade Média nos moldes europeus em solo brasileiro, o erro anacrônico é imperdoável, no entanto, é possível perceber a permanência de elementos do medievo tardio adaptadas e trabalhadas no Brasil dadas as especificidades singulares.

Nesse mesmo sentido, Boschi (1984) se filia a essa mesma corrente de pensamento, afirmando ter havido um florescimento de numerosas comunidades fraternas em Portugal, posto que, o interesse da elite portuguesa acerca das Irmandades era pouca. O assistencialismo e a ajuda social eram relegados a uma posição secundária. O Estado português empreendia esforços na manutenção dos próprios interesses e privilégios. O assistencialismo ficava por conta das associações de caridade e beneficentes de natureza religiosa, em contrapartida, a filantropia era

exercitada pelo laicato na forma de ajuda aos necessitados, desvalidos e enjeitados socialmente, o expoente de maior envergadura desse tipo de assistência são as Casas de Misericórdia.²²

Assim como Boschi (1984), os autores citados adiante a seu modo e entendimento, se dedicaram a categorizar os gêneros, nomenclaturas, áreas de atuação e competências dos diversos institutos. As Confrarias, as Corporações de ofício e as Guildas são espécies de instituições que contribuíram como bases fundamentais para as Irmandades. Essas predecessoras ganham espaço ainda na antiguidade e disseminam-se por toda a Europa:

A maioria dos autores reconhece que as confrarias em geral, e em particular as dos mesteres, constituíram uma das formas mais precoces de organização mesteiral, não só em Portugal como em várias regiões da Europa, onde é bem conhecido que muitas corporações ou guildas surgiram a partir de confrarias, embora nem sempre se verifique este sentido evolutivo (MELO, 2009, p. 414)

O ponto de divergência na historiografia se concentra entre o que é Irmandade e Confraria. Para Reis (1991), as Irmandades dividiam-se principalmente em confrarias e ordens terceiras, existentes em Portugal desde o século XIII e se dedicavam a realizar ações beneficentes para auxiliar os seus membros ou pessoas necessitadas que não faziam parte da organização. As confrarias e as ordens terceiras, embora seguissem ordens religiosas, eram principalmente formadas por pessoas leigas. Já as ordens terceiras estavam ligadas às ordens monásticas.

Scarano (1978), ao se referir às Irmandades confessionais brasileiras, afirma, serem elas mais ligadas ao modelo medieval, com finalidades religiosas e caritativas. Apesar do desaparecimento dessas associações, subsistiram nas Irmandades mineiras diversos objetivos e características semelhantes às antigas confrarias europeias, como os cultos, celebrações e atividades sociais.

O Papa Paulo III, convocou os prelados da Igreja Católica para um Concílio Ecumênico na cidade de Trento, visando restaurar a unidade da Igreja Católica, abalada pela

²² Caio César Boschi apresenta outra categoria que vem a ser a união ou filiação de uma confraria com uma ordem terceira, dando forma a uma *Arquiconfraria*. BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder: Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

reforma protestante, os seus trabalhos se deram entre os anos de 1545 e 1563 d.C. A nova legislação teve repercussão em todo o mundo católico e “passou a vigorar em Portugal em 1563, substituindo a legislação canônica portuguesa até então orientada pelas Ordenanças do Reino de D. Manoel” (CHAVES, 2016, p. 214). As Irmandades, conseqüentemente, dentro dessa nova ordem serão afetadas pelas diretrizes emanadas desse Concílio contra-reformador.

As Irmandades modernas introduzem novas práticas sociais nas fraternidades, mas mudanças no tocante aos assuntos espirituais também são notáveis. Ainda que os primeiros intentos de regulação e controle das agremiações por parte do papado tenham sido institucionalizados em 1604 mediante a constituição *Quaecumque*, uma série de orientações do Concílio de Trento definiu novas regras para o exercício da espiritualidade nas Irmandades. Destaca-se nesse sentido a promoção de novas devoções: às invocações da Virgem Maria, com particular atenção ao culto de Nossa Senhora do Rosário, ao Santíssimo Sacramento e às Almas do Purgatório. Apesar dos esforços, a introdução das devoções tridentinas não enfraqueceu o culto aos santos (SCHWARCZ; GOMES, 2018, p. 270).

O Concílio de Trento teve grande repercussão no mundo católico, em Portugal e nas suas colônias. A finalidade do concílio tridentino foi reagir à reforma protestante e combater conseqüentemente as heresias perpetradas pelo Calvinismo, o resultado foi a reafirmação dos dogmas católicos com o aumento do controle e a vigilância sobre os usos e costumes dos fiéis.

Os reis portugueses dispunham desde a primeira metade do século XVI de várias bulas papais que juntas davam à Coroa imenso poder, como as concessões cumuladas do padroado régio e o *munus* espiritual de Grão-mestre da Ordem de Cristo. As Bulas papais tiveram o efeito cumulativo de beneficiar os monarcas. Os portugueses e, posteriormente, outros monarcas europeus, receberam consentimento religioso para sua atitude de domínio que visava subjugar todas as raças que estivessem fora do âmbito da cristandade (BOXER, 1969).

As implementações das determinações do Concílio de Trento serão sentidas nas décadas seguintes, principalmente nas áreas de colonização. Em 1707 são editadas por D. Sebastião Monteiro da Vide as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, são ordenamentos jurídicos eclesiais que orientam a vida dos fiéis da comunidade cristã católica numa área geográfica específica, até então, a Igreja brasileira colonial serviu-se até o ano de 1676 das Constituições do Arcebispado de Lisboa, publicadas em 1588.

No intervalo, entre a conclusão do Concílio de Trento (1563) e a publicação das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707), serviram de orientação

canônico-pastoral à Igreja no Brasil Colônia as Constituições do Arcebispado de Lisboa, publicadas em 1588, posto que o Bispado da Bahia era sufragâneo ao Arcebispado de Lisboa até se tornar Sede Metropolitana e Primacial do Brasil, em 1676 (SANTOS, 2019, p. 4).

O Arcebispado da Bahia estava subordinado ao Arcebispado de Lisboa, isso significa que por três séculos o Brasil foi orientado por um ordenamento jurídico que não foi feito para o seu contexto e não dava conta das particularidades da comunidade de fiéis formada no ultramar português. As Constituições do Arcebispado de Lisboa foram feitas para traduzir as prescrições do Concílio de Trento no contexto europeu para responder à reforma protestante.

Dom Sebastião Monteiro da Vide havia sido militar e estudou direito canônico na Universidade de Coimbra, após algumas visitas pastorais, percebe o quão eram inadequadas as constituições vigentes ao contexto local e operacionalizará esta mudança com a convocação de um Sínodo para a elaboração das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.

Considerando nós, que as ditas Constituições de Lisboa se não podiam em muitas cousas accomodar a esta tão diversa Região, resultando dahi alguns abusos no culto Divino, administração da Justiça, vida e costumes de nossos subditos: e querendo satisfazer ao nosso Pastoral officio, e com opportunos remédios tão grandes damnos, fizemos, e ordenamos novas Constituições, e Regimento do nosso auditório e dos Officiaes de nossa justiça, por ser mui necessario para boa expedição dos negócios, e decisão das causas, que nelle se houverem de tratar, conferindo-as com pessoas doudas em sciencia, e versadas na pratica do foro, e governo Ecclesiastico: e foram propostas no Synodo Diocesano, que celebramos na nossa Sé Metropolitana, dando-lhe principio em dia do Espirito Santo 12 de Junho de 1707, e foram lidas aos Procuradores do nosso Reverendo cabido, e Clero para isso eleitos no dito Synodo, e por todos aceitas (VIDE, 1853, p. 21).

As Constituições Primeiras formaram um escopo de caráter tanto jurídico-religioso quanto moral, dando a amálgama para a gênese da formação da América portuguesa, fundida com o projeto catequético expansionista da cristandade europeia. Elas vigoraram no Brasil até o ano de 1899, todas as igrejas e Irmandades do Aracati foram construídas e instituídas durante a sua vigência, os estatutos respeitavam os seus comandos e prescrições.

3.1 O poder eclesiástico e o Padroado agindo sobre as Irmandades

Para além das normas de controle eclesiástico, vigorava no Brasil, durante o período colonial e Imperial, o padroado, um sistema no qual o Estado é responsável pela indicação dos bispos, pela administração dos bens da Igreja e pelo pagamento do clero.

[...] esta regra se limita nas igrejas, e benefícios que são do Padroado, e com todas as deste Arcebispado, e mais conquistas o sejam por pertencerem à Ordem e Cavalaria de nosso Senhor Jesus Cristo, de que Sua Majestade é Grão Mestre, e perpetuo Administrador não incumbe aos Ordinários Ultramarinos, mais que a colação, e confirmação dos clérigos que Sua Majestade apresenta (VIDE, 1853, p. 210).

De um lado, a Igreja buscava manter a sua autonomia e independência, enquanto o Estado tentava controlar as suas atividades e interferir na sua organização interna. O Rei propunha os nomes dos clérigos por provisões régias para que fossem confirmados pelos bispos e arcebispos, isso deixaria pouca margem de ação por parte destes para interferir no processo. Para regulamentar a existência de uma Irmandade, era necessário que os devotos de uma invocação se reunissem numa igreja e erguessem ali um altar para a adoração devocionário. Dado que possuem, ao mesmo tempo, características religiosas, temporais e jurídicas distintas, cada uma delas deveria elaborar o seu regulamento conhecido como Livro de Compromisso ou simplesmente Compromisso e isso estava contido no Título LX das Constituições Primeiras:

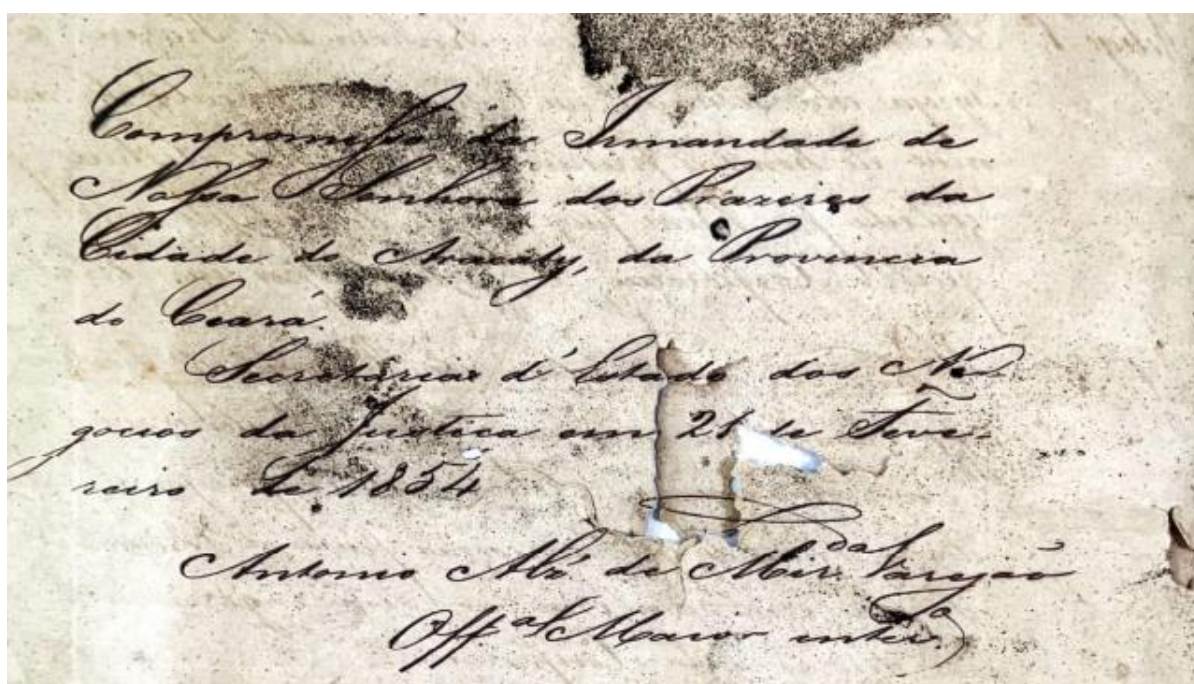
Por que as Confrarias devem ser instituidas para serviço de Deos nosso Senhor, honra, e veneração dos Santos, e se devem evitar nellas alguns abusos, e juramentos indiscretos, que os Confrades, ou Irmãos poem nos seus Estatutos, ou Compromissos, obrigando com elles a pensões onerosas, e talvez indecentes, de que Deos nosso Senhor, e os Santos não são servidos, convêm muito divertir estes inconvenientes. Por tanto mandamos, que das Confrarias deste nosso Arcebispado, que em sua criação forão erigidas por autoridade nossa, ou daqui em diante se quizerem erigir com a mesma autoridade, que as faz Ecclesiasticas, se remetão a Nós os Estatutos, e Compromissos, que quizerem de novo fazer, ou já estiverem feitos, para se emendarem alguns abusos, se nelles os houver, e se passar licença in scriptis, para poderem usar deles (VIDE, 1853, p. 304).

Esses regulamentos tinham como base um modelo padrão que orientava as celebrações festivas, as eleições, a arrecadação de doações, a entrada dos irmãos, a seleção dos

párocos e o funcionamento da mesa diretora. Em algumas ocasiões, as organizações fraternais reproduziam o modelo das congêneres ibéricas (REIS, 2009).

No Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres dos Homens Pardos de Aracati, datado de 21 de fevereiro de 1854, verificamos que ele se encontra cancelado pela autoridade monárquica na pessoa Antonio Alvazez de Miranda Varejaõ, Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, com selo do Imperador Dom Pedro II que confirma o compromisso.

Figura 22 – Verso do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres dos Homens Pardos de Aracati.



Fonte: Paróquia de Aracati. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres dos homens pardos de Aracati datado de 21 de fevereiro de 1854

Figura 23 – Anverso do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres dos Homens Pardos de Aracati



Fonte: Paróquia de Aracati. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres dos homens pardos de Aracati datado de 21 de fevereiro de 1854

Os compromissos também eram confirmados na forma de leis provinciais, como nos casos das seguintes Irmandades: Senhor Bom-Jesus do Bom Fim do Aracaty. Lei 671 de 4 de outubro de 1854; N. S. dos Rosário dos homens pretos do Aracaty. Lei 640 de 28 de dezembro de 1853; N. S. dos Prazeres dos homens pardos do Aracaty. Lei 639 de 28 de dezembro de 1853; N. S. da Soledade da capella da Caiçara, freguesia do Aracaty. Lei 1094 de 19 de dezembro de 186.

Quanto às alterações das cláusulas dos compromissos, elas passavam necessariamente pela análise e autorização do Bispo. Vejamos como foi o caso do pedido da Irmandade de N. S. dos Prazeres dos Homens Pardos do Aracaty para que se alterassem os artigos 45 e 77 do título I do compromisso formulado ao Bispo do Ceará:

O juis e mais membros da mesa regedora da Irmandade de nossa senhora dos prazeres dessa cidade de Aracaty atenta a pobresa da mesma Irmandade que não tem-----, humilde e reverentemente pedem a vossa excelência reverendíssima redução das oito missas por cada irmão defunto, conforme dispõe o artigo 45 do título 1º do nosso legítimo compromisso, para duas; e como também comutação módica, do modo que aprouver a vossa excelência, em lugar do offício geral pelos irmãos falecidos oito dias

A moldagem da sociedade na dinâmica do viver como confrades é estabelecida como o produto das manifestações de contato social, enquanto “os indivíduos estão ligados uns aos outros pela influência mútua que exercem entre si pela determinação recíproca que exercem uns sobre os outros” (SIMMEL, 2006, p. 17)

Outra demonstração de como se dava a relação do poder temporal monárquico, típico do padroado, sobre a Igreja Católica, foi a criação do Curado (e não de uma paróquia) de Aracati, que se deu pelo desmembramento da freguesia de São Bernardo, como explica Leal (1998):

Como a criação de paróquias era atribuição do Rei, por força do padroado,... e, como o Rei não se interessava pela criação de paróquias, cuja sustentação iria onerar o erário real com dotações, construção de matriz e cóngruas, e manutenção, por conta dos dízimos do Senhor, que os Reis arrecadavam, os Bispos para atenderem ao crescimento populacional e à assistência religiosa a inúmeras novas povoações, iam constituindo dentro das imensas freguesias, igrejas às quais davam um Cura, e que, por isso, se denominavam Curatos, criados a título precário e provisório, até que passassem a freguesias coladas (LEAL, 1998, p. 118).

Enquanto as capelas enfatizavam a presença e a atuação dos leigos, as paróquias evidenciavam a presença do Estado metropolitano através do padroado régio. As paróquias instituídas pela Coroa portuguesa, no âmbito do padroado, eram denominadas coladas e mantidas pela Coroa permanentemente (LONDOÑO, 1997).

3.2 O patrimônio

As Irmandades possuíam uma série de bens materiais, como imóveis, terrenos, móveis, objetos litúrgicos, obras de arte, roupas e alfaias litúrgicas, entre outros. Esses bens eram adquiridos com as doações dos fiéis e com as receitas iniciadas por meio de festas, doações, esmolas e outras atividades aprendidas pela Irmandade.

As Constituições Primeiras no seu Título, “como serão visitadas as confrarias, capellas, e hospitaes: e das contas, que se hão de tomar aos administradores”, no seu artigo 870 prescreve o seguinte:

Conforme os Sagrados Canones, (1) e Sagrado Concilio Tridentino, (2) a Nós, e a nossos Visitadores pertence fazer cumprir todas as disposições pias, ou sejam instituídas em ultimas vontades, ou em qualquer contrato entre vivos : e tambem visitar qualesquer Hospitais, Capellas, e Confrarias, ainda que sejam regidas, e governadas por leigos, isentas da jurisdição ordinaria, e immediatamente sujeitas a Sé Apostolica, salvo sendo da immediata protecção d'el-Rei nosso Senhor (VIDE, 1853, p. 305)

Com um grande patrimônio, as Irmandades construía e mantinham igrejas, capelas e outros edificios religiosos. Possuíam ainda terrenos, recebiam heranças e bens em testamento. As Irmandades frequentemente mantinham registros detalhados das suas atividades, incluindo estatutos, atas de reuniões, registros de doações. O controle dos visitantes, além de ser um “zelo” pelo patrimônio das Irmandades, também se traduziam como uma forma de vigilância sobre os seus bens.

Além dos bens materiais, as Irmandades também possuíam um patrimônio imaterial, que incluía conhecimentos, práticas e tradições religiosas transmitidas de geração para geração, onde:

(...) o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou quem não precisam mais estar presentes no conhecimento (KOSELECK, 2006, p. 310).

Para alguns, ser membro de uma ordem terceira ou Irmandade significava, além da possibilidade de praticar a religião, ter acesso à elite da sociedade branca e ao status social. Significa a obtenção de privilégios, graças e indulgências; significava, além do acesso aos bens celestiais, a facilidade de acesso aos bens materiais e o auxílio nas dificuldades (BOSCHI, 1986).

3.2.1 As primeiras capelas

O primeiro patrimônio das Irmandades se dava na forma de doações de terrenos, semoventes e casas que na forma de alugueres onde a renda era revertida para as Irmandades envidarem esforços na construção dos templos, assim aufeririam outras receitas para constituição do patrimônio das confrarias.

À medida que as fazendas de gado eram instaladas às margens do rio Jaguaribe durante a primeira metade do século XVIII, pequenos povoados eram fundados nas sesmarias onde as primeiras capelas eram erguidas.

Em alguns casos, após o erguimento das fazendas de gado, os sesmeiros requeriam permissão ao bispado de Pernambuco para construção de uma ermida, onde poderiam ouvir as missas celebradas por capelães. A permissão significava assistência religiosa. As ermidas eram construídas em terras doadas por um ou mais de um proprietário de terra, contribuindo para a formação do patrimônio eclesiástico na capitania cearense. Juntamente com a fixação dos boiadeiros, a Igreja reafirmava, assim, sua presença no território instalando-se nas terras oferecidas (JUCÁ NETO, 2012, p. 139).

Saber com certeza quando as primeiras Irmandades se instituíram no Brasil no modelo que por padrão se formatou, que seja, sob a administração de leigos, não é uma tarefa fácil, inicialmente funcionavam como instrumento de evangelização para depois se converterem em culto em torno de um santo patrono (CAMPOS, 1980).

As autoridades civis e eclesiásticas muitas vezes observavam as Irmandades com desconfiança, considerando-as uma fonte de perigo para a ordem estabelecida. Isso ocorria porque as Irmandades podiam se tornar um foco de resistência contra as intervenções das autoridades, reivindicando a independência da associação e a liberdade de ação relativamente ao poder instituído. A construção de um templo religioso próprio era uma das principais formas de alcançar uma relativa independência, uma vez que, a maioria dessas edificações foram delegadas pelo poder régio, pois permitia às Irmandades ter um espaço próprio para a realização das suas atividades e rituais. Além disso, a construção de um templo próprio confere maior *status* à Irmandade, aumentando a sua visibilidade e prestígio junto à comunidade local (SCARANO, 1978).

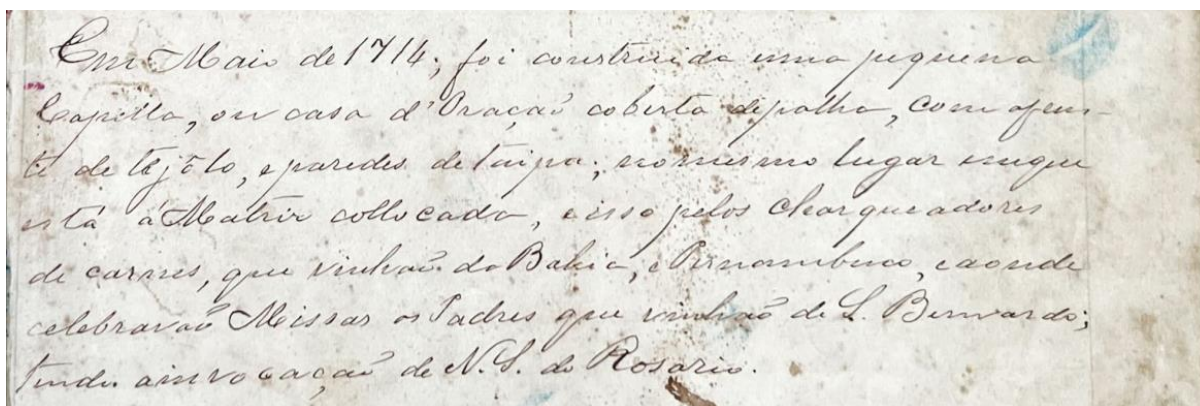
Ao menos três Igrejas do Aracati nasceram seguindo essa dinâmica, a primeira foi a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, que era apenas um simples oratório em 1714 até se tornar a Matriz da cidade; ela seria posteriormente administrada pela Irmandade do Santíssimo Sacramento, a mais influente na nobreza e da aristocracia local (STUDART FILHO, 1959).

A igreja Matriz de Aracati foi construída por ricos charqueadores vindos de Pernambuco e da Bahia. Pertencia à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Brancos. Inicialmente, em 1714, foi erguida uma capela com frente de tijolos,

as laterais de taipa e o telhado coberto de palha (STUDART FILHO, 1959, p. 304–307)

Studart Filho (1959) nos apresenta um aspecto significativo da organização religiosa e social da época. A vinculação da igreja a uma Irmandade específica não apenas destaca sua importância na comunidade local, mas também indica a presença de hierarquias e dinâmicas sociais na própria Igreja e em sua relação com a sociedade circundante. A descrição da construção, fornece detalhes importantes sobre sua estrutura física original. Esses detalhes arquitetônicos não apenas enriquecem nossa compreensão da história da igreja.

Figura 25 – Breves apontamentos sobre a história da Matriz, oferecido à Irmandade do S.S Sacramento por Luiz Cândido Chaves. Agosto de 1865. P.1



Fonte: Paróquia de Aracati.

Numa sequência de reformas e melhoramentos em virtude de pragas e enchentes, a capela foi demolida em 1745 e tendo o padre licenciado Jose Lopes Lima, de Russas, assumindo o “encargo de administrar o serviço de olaria, para o fabrico de tijolos e telhas” (SANTOS, 1917, p. 308) de modo a reerguer o templo.

Em consequência da inundação do Jaguaribe no anno de 1743, arruinou-se a capella de N. S. do Rosario, e foi reedificada pelo capitão-mor José Pimenta de Aguiar, que para isso alcançara licenç  do ordinario, pelo que o visitador Machado Freire, não tendo encontrado administrador que della houvesse de ter cuidado, por Provisão de 29 de julho de 1747, o instituiria administrador, ordenando-lhe que em tempo de um anno com as esmolas que podesse adquirir, mandasse fazer umas casas de pedra e cal em logar que podessem ser alugadas ou comprasse outros bens de raiz, que rendessem em cada anno 6\$000 rs. de patrimonio, e não se fazendo assim, o Revmo. Parocho,

depois de passado o anno, fizesse recolher à matriz as imagens e mais moveis e lhe fechassem a porta. (BEZERRA, 1902, p. 139).

A ordem dada pelo visitador, era de que o administrador realizasse esforços no prazo de um ano, coletassem esmolas de modo a se adquirir, mandar fazer umas casas ou obtivesse bens de raiz chegassem a render a quantia de 6\$000 rs., sob pena das imagens e os móveis serem recolhidos à matriz.

Outras três visitas aconteceram a mando da Diocese de Pernambuco, onde o Capitão-Mor José Pimenta, Administrador e Tesoureiro da Capela de Nossa Senhora do Rosário da Vila do Aracaty apresentou o livro das Contas da Receita e Despesa.

Sua primeira visitação deu-se em 23 de fevereiro de 1750, na ocasião, o Reverendo Senhor Doutor Visitador José de Aranda, levou “(...) o livro de receita e despesa, com suas contas, aceitas por justas e aprovadas, sendo então lavrado o respectivo termo devidamente assinado, depois de escrito pelo Secretario da Visita o padre José Pereira de Saa” (LEAL, 1998, p.24), com o seguinte balancete:

Quadro 1 – Livro de receitas e despesas em 23 de fevereiro de 1750

Resumo da prestação de contas:	
Receita	283\$390
Despesa	227\$390
Saldo, a favor da Irmandade	56\$000

Fonte: Leal, 1998, p.24

A segunda visitação, em 3 de julho de 1752, ainda sob a administração do mesmo Capitão-Mmor José pimenta, exercendo a mesma função de Administrador e Tesoureiro da Capela de Nossa Senhora do Rosário da Vila do Aracaty. As contas dessa vez foram auditadas pelo Frei Manuel de Jesus Maria que as julgou por justa e tomadas. Com balancete favorável à Irmandade:

Quadro 2 – Livro de receitas e despesas em 3 de julho de 1752

Resumo da prestação de contas:	
Saldo anterior, a favor da Irmandade	56\$000
Receita	106\$560
Sub-total	162\$560
Despesa	26\$760
Saldo a favor da Irmandade	135\$800

Fonte: Leal, 1998, p.28

Nessa série de visitas, onde o objetivo era somar um numerário suficiente para a construção da nova capela, uma última deu-se em 2 de abril de 1756 sob a inspeção do mesmo visitador da última auditoria, o Frei Manuel de Jesus Maria, que assim lavrou o termo de visita:

Aos dois dias do mês de abril de mil setecentos e cinquenta e seis anos estando em visita nesta freguesia das Russas o Muito Reverendo Senhor Doutor Visitador Frei Manuel de Jesus Maria, Religioso de Nossa Senhora do Monte do Carmo; sendo ahi apareceu o administrador e Tesoureiro da Capela de Nossa Senhora do Rosario do Porto dos Barcos, com o livro da receita e despesa da dita Irmandade, e achou ter recebido cento e noventa e três mil e setecentos e oitenta réis, e haver despendido vinte e hum mil e seiscentos, os quais abatidos, ficam liquidos cento e setenta e dois mil e cento e oitenta, os quais juntos com o que ficou liquido da visita passada, cento e trinta e cinco mil e oitocentos faz tudo a quantia de trezentos e sete mil e novecentos e oitenta os quais se aplicarão para dar principio a obra da nova Capela de que tanto se carece, neste lugar, como o administrador me representou, a grande impossibilidade que tinha, para poder assistir a dita obra atendendo ao muito que dela se carece, e o bem comum de todo o povo, nomeio e hei por nomeado, para administrador da dita obra, o Reverendo Licenciado José Lopes Lima, de cujo fervoroso zelo, espero lhe dê logo principio com os materiais, que ahi se acharem e fazendo conduzir a "cal" (2) e o mais que se carecer, em cuja administração obrará sem dependencia alguma de outrem e passará os bilhetes e letras, para se pagar aos "obreiros ou oleiros" (...) (LEAL, 1998, p.28)

Assim, então, findou o balancete que em saldo favorável à Irmandade pôde iniciar as obras de erguimento da nova capela, assim ficou o livro razão:

Quadro 3 – Livro de receitas e despesas em 2 de abril de 1756

Saldo anterior, a favor da Irmandade.	135\$800
Receita	193\$780
Sub-total	329\$580
Despesa	21\$600
Saldo a favor da Irmandade	307\$980

Fonte: LEAL, 1998, p. 30

Ao acompanharmos os saldos podemos constatar um aumento do caixa da Irmandade do Santíssimo Sacramento de 56\$000 em 1750 para 307\$980 em 1756, um aumento substancial que permitiu o aval do visitador para dar princípio à obra da nova capela, bem como a compra de materiais.

É em Benedito Santos que colhemos a maior quantidade de dados da formação patrimonial da capela de Nosso Senhor do Bonfim, construída no mesmo local onde havia um oratório que invocava o santo de mesmo nome, por Pedro de Almeida, em 1772 (25 anos após a criação da Vila), está localizada no trecho da Rua do Pelourinho (atual Rua Cel. Alexanzito)²³. No entanto, somente em 4 de agosto de 1774 foi dada a licença e a bênção da dita capela.

Certifico que ex-vi da licença supra benzi a capella do Senhor do Bomfim nesta Villa do Aracaty assim como me ordena a dita licença Passa na verdade e o juro em fé de Parucho Villa do Aracaty aosde mil setecentos setenta e quatro annos. Manuel da Fonseca Jayme cura de Russas, e para constar mandei copiar neste livro dita Licença e me assigno Russas 4 de Agosto de 1774 Manuel da Fonseca Jaime cura das Russas (SANTOS, 1917, p. 338)

A partir dos gastos realizados pela Irmandade do Senhor do bom fim é possível projetar o seu patrimônio. Por exemplo, quando das prestações de contas em 21 de julho de 1820 e 1 de março de 1844 ao provedor de capelas onde:

Foi despendida a quantia de 719\$945 réis com a compra de cal, madeiras, ferragens, tintas, painéis de ouro, carpinas, pedreiros, pintor e serventes, para o reparo da capella, ficando o patrimônio alcançado em 379\$805 réis. Ainda em consequencia de grande inundação do referido rio, que, no inverno de 1842, penetrou no interior da capella, causando-lhe damno, o seu administrador Alexandre Ferreira dos Santos Caminha despendeu com o respectivo concerto e retelhamento do tecto a importancia de 36\$720 réis, como se manifesta das contas prestadas em 1.º de Março de 1844 ao provedor de capellas dr. Manuel Soares da Silva Bezerra, que as homologou. (SANTOS, 1917, p. 339)

Ambos os gastos se fizeram necessários devido às cheias do rio Jaguaribe que causam inúmeros danos materiais e humanos quando das suas ocorrências sazonais e que na maioria das vezes são intercaladas por rigorosas secas.

²³ SANTOS, B. **A Capella do Senhor do Bomfim**. Revista do Instituto do Ceará - RIC, TOMO XXXI, 1917, p.336-353.

Das capelas das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e Nossa Senhora dos Prazeres dos Homens Pardos, pouco se sabe a respeito das suas construções. Sobre aquele templo, Antônio Bezerra escreveu as seguintes características:

[...] de construção simples e tinha o cunho de pobreza das demais igrejas do Estado. Esta foi construída primeiramente de taipa e nela rezavam os pretos nos domingos os seus terços, até que o capitão Feliciano Gomes da Silva e sua mulher Floriana Ferreira da Silva, em 1777, fizeram doação de umas casas de pedra e cal, sitas na rua do Piolho, para seu patrimônio, e requereram licença para erigir e benzer a capella que com o título de N. S. do Rosário pretendiam levantar á mesma senhora (BEZERRA, 1902, p. 140).

Os pedidos de aforamento para a edificação dos templos em Aracati, eram dirigidos ao Senado da Câmara, como na petição enviada pelo procurador para a construção da Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Aracati, no processo de doação dos terrenos e construção de uma olaria para a construção da Capela de Nossa senhora do Rosário dos Homens Pretos consta que:

O Capitão Feliciano Gomes da Silva, reconhecido como procurador de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, comunicou ao Senado da Câmara a ereção de uma casa de seis braças, sem a cobrança de qualquer foro, para o patrimônio da “igreja ou capela”, concedidas pelo próprio Senado juntamente com quatro braças para a construção do edifício religioso, de acordo com o aforamento de nº26. Também no dia 13 de abril de 1775, o procurador da mesma congregação, o alferes Jose Ribeiro Freire, alcançou uma licença do Senado da Vila para a edificação de uma olaria com forno com vistas à construção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, sem o pagamento de qualquer foro, segundo o aforamento de nº 87 (JUCÁ NETO, 2007, p. 369).

É de se fazer notar que as edificações religiosas e os seus bens possuíam imunidade tributária, o que lhes isentava do pagamento de foro, assim se deu também com a Capela Nossa Senhora dos Prazeres dos Homens Pardos que requereu em 28 de junho de 1796:

O terreno de doze braças para a Capela de Nossa Senhora dos Prazeres foi requerido por Francisco das Chagas e demarcado - pelo já conhecido arruador do Aracati, o chamado Braz Quintão - em 28 de junho de 1796, aforamento de nº 370, no alinhamento da Rua do Piolho na altura da Igreja do Bomfim localizada na Rua do Pelourinho (JUCÁ NETO, 2007, p. 369).

Ao entrar na Irmandade, o novo irmão consigna o pagamento de joia e anuidade, que uma das formas eficazes de arrecadação, já que somente poderia usufruir das benesses da Irmandade se estivesse com o seu pagamento em dia.

Para a Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres dos Homens Pardos o valor da joia é quatro mil réis, e de anualidade trezentos e vinte réis; para a Irmandade do Senhor do Bonfim, cada irmão dará de entrada a joia de cinco mil réis, tendo de idade até quarenta e cinco anos; e daí para cima oito mil reis, e de anualidade, quinhentos réis; para a entrada na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos a joia era de mil réis até quarenta e cinco anos, daí para cima quatro mil reis, a anuidade ficava em 160 réis. Aqui, consideramos apenas os irmãos sem cargo na mesa diretora, os seus valores são distintos dos demais, em geral, variam de joias mais caras e em casos específicos até mesmo isenção.

Figura 26 – Capa do Livro de Entrada da Irmandade do Santíssimo Sacramento aberto em abril de 1781



Fonte: Paróquia de Aracati.

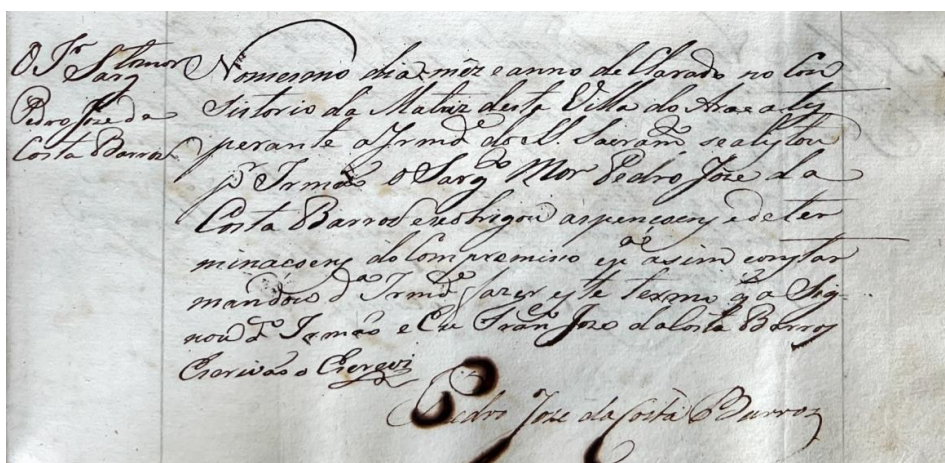
Figura 27 - Termo de abertura do Livro de Entrada da Irmandade do Santíssimo Sacramento aberto em abril de 1781



Fonte: Paróquia de Aracati.

Abaixo temos duas imagens de termo de adesão à Irmandade do Santíssimo Sacramento, no lado esquerdo podemos ver a assinatura do novo irmão, enquanto no corpo do termo consta: data, local, qualificação, no caso o Sargento-Mor Pedro Jose da costa Barros, dados do escrevão e novamente assinatura.

Figura 28 – Livro de Registro de Entrada de Irmãos na Irmandade do Santíssimo Sacramento de Aracati (1781-1840)



Fonte: APEC/C.A

Nessa outra entrada, o fato de ser uma pessoa abastarda, João Batista de Azevedo Coutinho de Montauray, teve o seu nome grafado em ouro.

Figura 29 – Livro de Registro de Entrada de Irmãos na Irmandade do Santíssimo Sacramento de Aracati (1781-1840)



Fonte: APEC/C.A

3.3 Da escrituração do patrimônio

Os livros de rendimentos e despesas dizem muito sobre a dinâmica financeira das Irmandades, nas despesas da Irmandade do Senhor do Bonfim de 1820, é possível se fazer uma verificação das despesas, desde materiais utilizados em construções e serviços como: ripas de carnaúbas, serviço de pedreiro e servente, bem como outras despesas que somadas totalizaram 21\$780. Já as receitas advinham das bolsas de esmolos, esmolos avulsas e rendimentos aproveitados ao patrimônio que somadas chegaram à importância de 122\$545:

Figura 30 – Livro de Rendimentos e Despesas da Irmandade de Nosso Senhor do Bonfim de 1820

Rendimentos e Despesas da Capela do Sr		1820
Receita da despesa		
Pro tipas de Carnaubas		54000
Quiramento		24700
Pedreiro e Servente p' hma parede		44880
16 libras de cera	Pro.	84000
Decima e foros do 2o		14200
	Alf. Lou. Barbosa	<u>214780</u>
Dello alcance um que foy a lapa		37255
pella das contas passadas		<u>201585</u>

Fonte: Paróquia do Aracati.

Figura 31 – Livro de Rendimentos e Despesas da Irmandade de Nosso Senhor do Bonfim de 1820

Terço do Bonfim festa do ano d. 1820	
Rendimento	
Jan. Cometa da festa de São Sebastião	5,335
Idem de Santa Cruz	3,850
Fev. Idem de Santa Cruz	6,520
Mar. Idem de Santa Cruz	2,400
Apr. Nas ouvidas tiradas	—
Maio Por João Lourenço	3,860
Junho Por Maria de Lemos Braga	6,510
Julho Por Bento José de Barros	5,055
Agosto Por Vicente de Barros	13,920
Set. Idem de	7,470
Out. Nas ouvidas tiradas	—
Nov. Por Vicente de Barros	13,260
Dez. Idem de	11,820
Idem de	15,970
Cometa da festa de São Simão	10,000
Cometa da festa de	3,915
Rendim. da fábrica	4960
Rendim. do patrimônio de São João	9,600
gasto a João Nepomuceno	—
Total 122,555	

Fonte: Paróquia do Aracati.

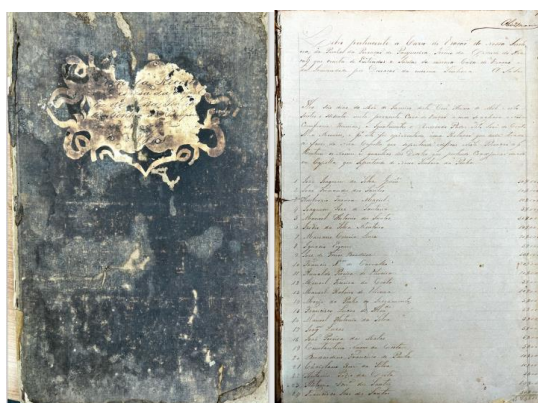
Figura 32 – Livro de Rendimentos e Despesas da Irmandade de Nosso Senhor do Bonfim de 1820



Fonte: Paróquia do Aracati.

Ainda cobre das receitas e despesas, a Irmandade de Nossa Senhora da Penha, localizada no distrito de Paripueira, que pertencia à Paróquia de Aracati, possui um livro de contas de receita e despesa com data de abertura no dia seis de janeiro de 1860 e com encerramento em primeiro de agosto de 1865. O livro demonstra pormenorizadamente a arrecadação de fundos para a construção da dita Capela da Senhora de mesmo nome, o saldo de arrecadação entre esmolos, animais e objetos obteve a expressiva soma de 894\$500 no período de cinco anos.

Figura 33 – Livro de Rendimentos e Despesas da Irmandade de Nossa Senhora da Penha (1860-1865)

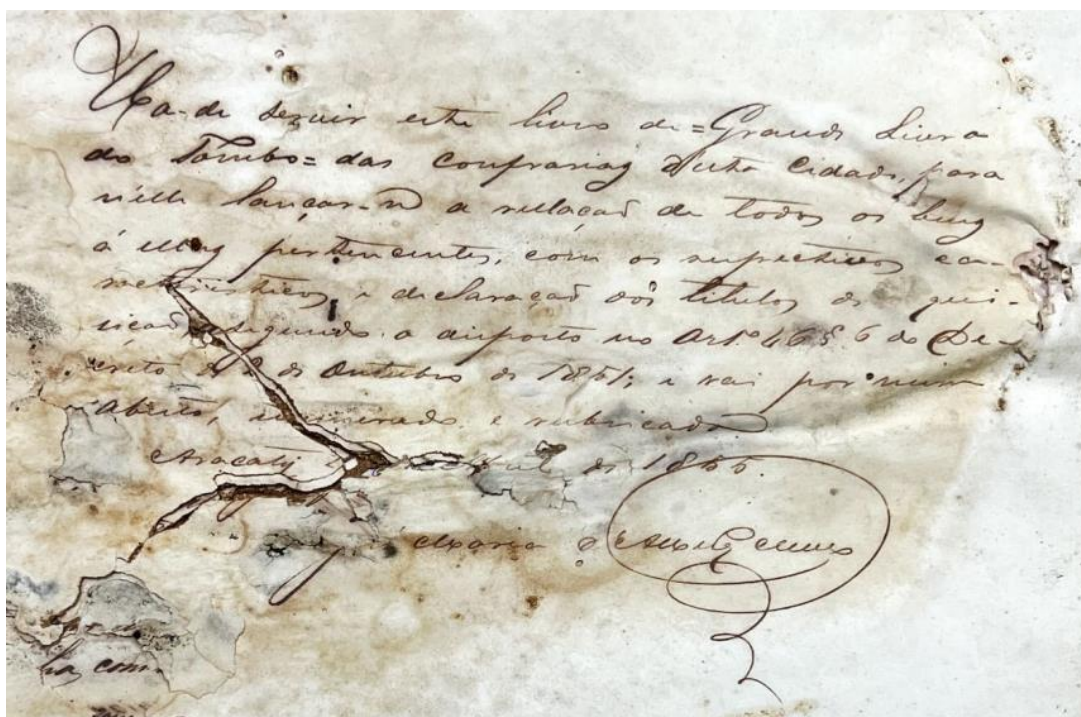


Fonte: Paróquia do Aracati.

Além das tradicionais esmolas, é peculiar nesse caso da Irmandade de Nossa Senhora da Penha a diversidade de bens arrecadados, como: 1 vacas, 13 garrotes, 1 vaca preta, frangos, esmola arrecada em conjunto por pescadores e bancos.

Outra forma de fiscalização das Irmandades pelo Estado, se fazia através da obrigatoriedade de se manterem um livro de tombo, onde as confrarias lançavam a relação de todos os bens pertencentes a cada uma delas por imposição do artigo 46, parágrafo 6.º do decreto de 2 de outubro de 1851, como se pode constatar na imagem o termo de abertura do livro de tombo da cidade de Aracati iniciado em 1850.

Figura 34 – Termo de abertura do Livro de Tombo da Cidade de Aracati (1850)

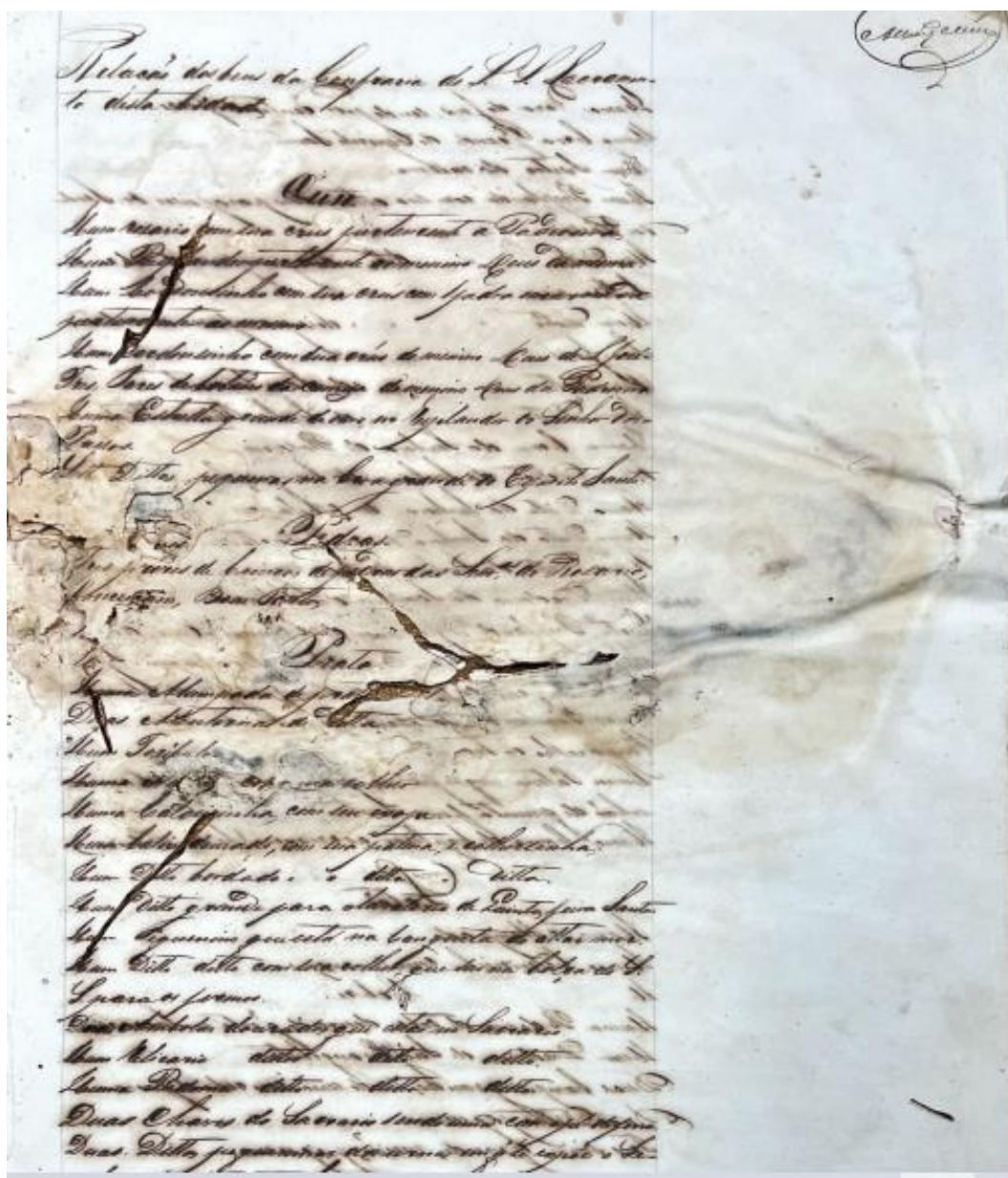


Fonte: Paróquia de Aracati.

No inventário do referido livro podemos encontrar os bens relacionados de quatro Irmandades, nos limitaremos a uma demonstração não exaustiva, logo em seguida a imagem da página que inicia o relatório de cada Irmandade. A primeira delas é a Irmandade do Santíssimo Sacramento que inicia o inventário citando as pedras preciosas em forma de brincos que ornaram a imagem de nossa senhora do Rosário, artigos de prata como um turíbulo, cálices dourados, paternas, âmbulas, véus, frontais, bandeiras e imagens como de Nossa Senhora da Soledade,

Bom Parto, Boa Viagem, São Francisco, São José, São Vicente dentre outros objetos que fazem parte do seu acervo.

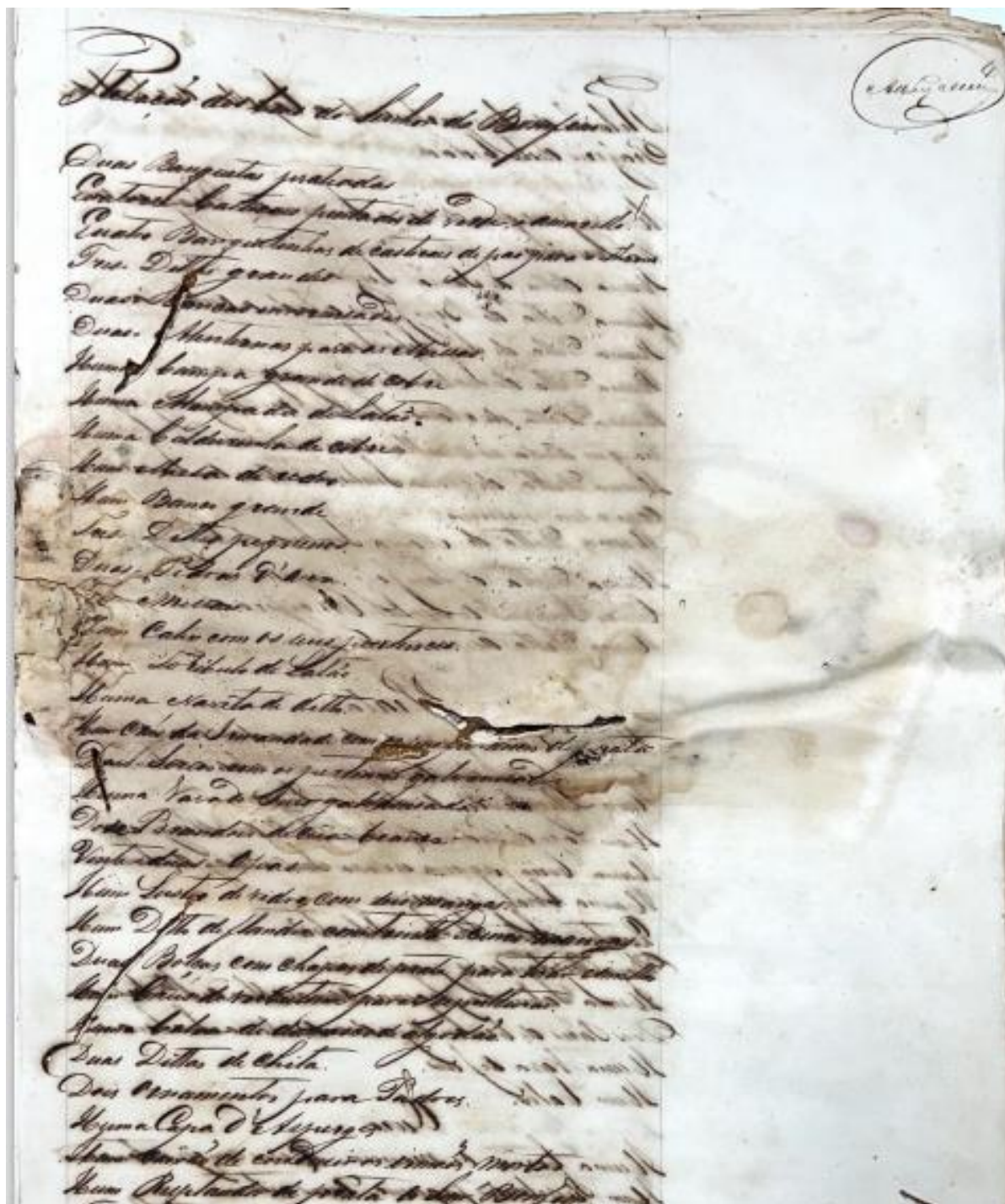
Figura 35 – Livro de Tombo da Irmandade do Santíssimo Sacramento



Fonte: Paróquia de Aracati.

A Irmandade do Senhor do Bonfim que relaciona os seus bens a iniciando com duas banquetas prateadas, objetos em cobre, como lâmpadas, caldeirinhas, turíbulo de latão, naveta de latão, opas, lustres de vidro, resplendor de prata e outros itens mais ou menos valiosos, devido ao estado da tinta no suporte tê-lo danificado, não foi possível elencar mais utensílios.

Figura 36 – Livro de Tombo da Irmandade do Nosso Senhor do Bonfim

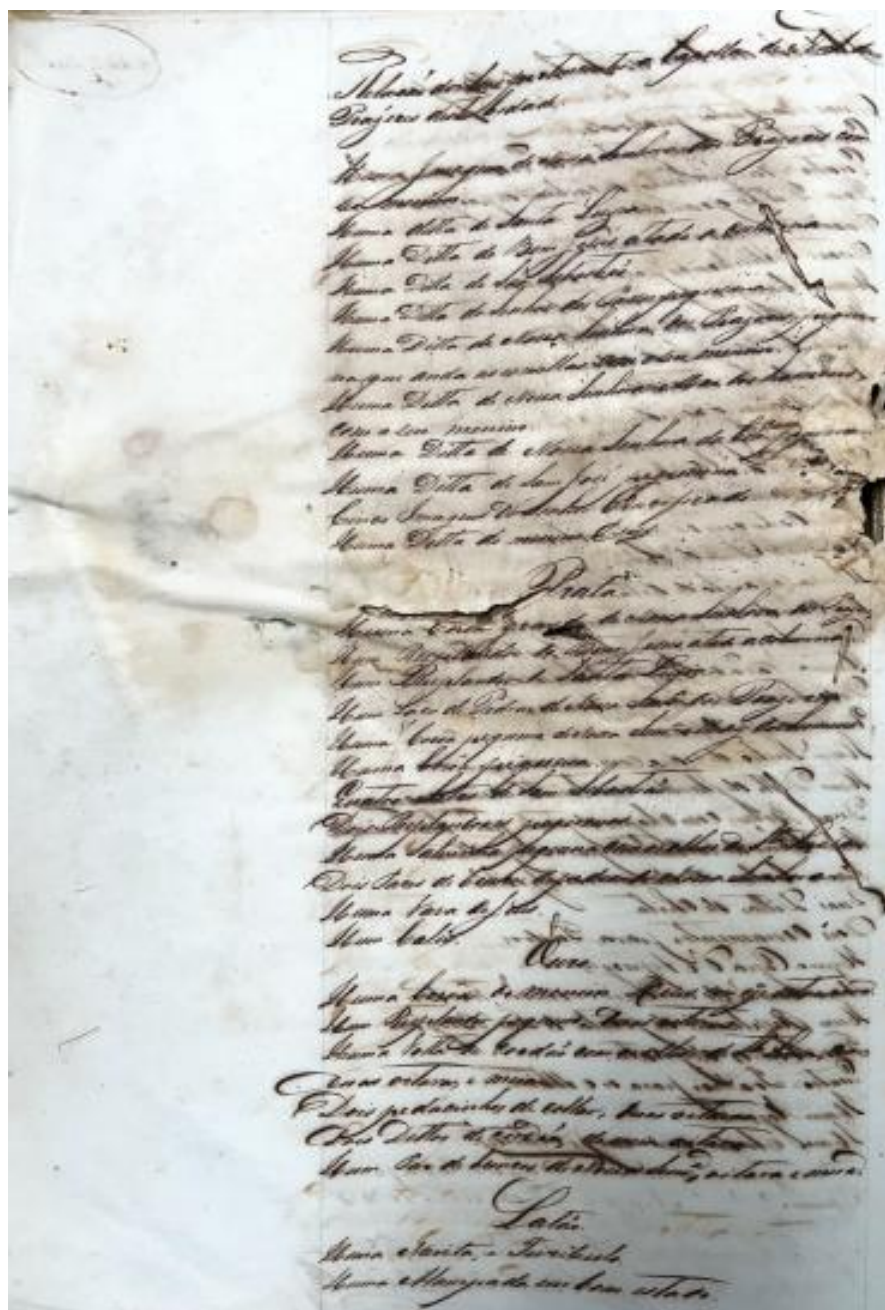


Fonte: Paróquia de Aracati.

A Capela da Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres declara possuir as imagens de Santa Luzia, São Sebastião, Bom Jesus, Senhor dos Passos, Senhora dos Prazeres, Nossa Senhora do Carmo, São José Menino Jesus e Senhor Crucificado. Os artigos de prata são assim

detalhados: uma coroa grande de Nossa Senhora dos Prazeres, resplendor do Bom Jesus, resplendor de Santa Luzia, uma coroa pequena de Nossa Senhora Mãe dos Homens, elenca ainda sobre demais artigos em prata. Em ouro, um brasão do menino Deus, um resplendor pequeno, par de brincos e demais itens. Quanto aos objetos de latão são catalogados uma naveta, um turíbulo, um sacrário, castiçais e demais objetos.

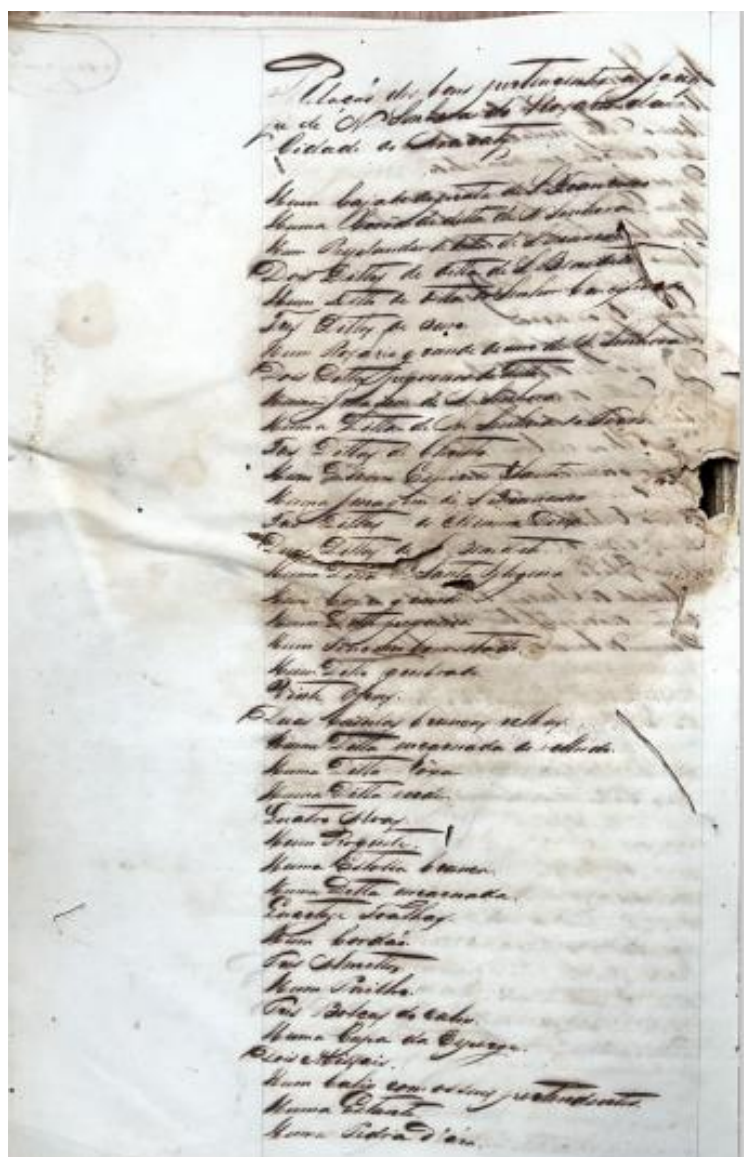
Figura 37 – Livro de Tombo da Irmandade do Nosso Senhora dos Prazeres



Fonte: Paróquia de Aracati.

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos traz um rico acervo no seu inventário, tais como um cajado de prata de São Francisco, um cordão de prata de Nossa Senhora, um resplendor de prata de São Benedito, um resplendor de prata de São Francisco, um resplendor de prata de Nosso Senhor Crucificado, três resplendores de ouro, um rosário grande de ouro de Nossa Senhora, dois rosários pequenos de ouro, uma imagem de Nossa Senhora, uma imagem do Nosso Senhor dos Passos, três imagens de Cristo, uma imagem de São Benedito, uma imagem de Santa Efigênia, um sino, vinte opas e demais vestimentas e utensílios litúrgicos.

Figura 38 – Livro de Tombo da Irmandade do Nosso Senhor do Bonfim



Fonte: Paróquia de Aracati

Outra maneira de aumentar o caixa, era por meio de súplicas aos nobres por doações, como aconteceu no caso em que a mesa regedora da confraria do Senhor do Bom Fim envia petição em 31 de dezembro, “à Sua Magestade a imperatriz do Brasil, Dona Theresa Christina Maria de Bourbon, para ocorrer às necessidades do culto, a excelsa e augusta soberana mandou a quantia de cem mil réis (...)” (SANTOS, 1917, p. 342).

Em suma, a análise da escrituração do patrimônio das Irmandades revela não apenas a complexidade de suas operações financeiras, mas também a diversidade de meios pelos quais buscavam sustentar suas atividades e empreendimentos religiosos. Dos registros detalhados das despesas e receitas às práticas de arrecadação de fundos, como doações e esmolas, cada aspecto reflete não apenas a gestão financeira, mas também a importância social e religiosa dessas instituições. Além disso, a obrigação de manter livros de tombo e a fiscalização estatal evidenciam a regulamentação e controle sobre suas atividades. Por fim, a busca por contribuições junto à nobreza demonstra a rede de apoio e influência que as Irmandades buscavam estabelecer para garantir sua continuidade e prosperidade.

4 OS SUJEITOS: VIDA E MORTE NAS IRMANDADES

Após a análise feita à luz dos compromissos e dos livros contábeis, bem como das diversas formas de financiamento das Irmandades, passamos ao enfrentamento dos elementos subjetivos, dos sujeitos inseridos nos espaços e fora das suas circunscrições com intuito finalístico do exercício das funções sociais e espirituais.

A sociedade, vista sob o espectro da Irmandade, se estabelece como o produto das manifestações de um contato social na justa medida que “os indivíduos estão ligados uns aos outros pela influência mútua que exercem entre si, pela determinação recíproca que exercem uns sobre os outros” (SIMMEL, 2006, p.17), nas interações dentro dessa estrutura hierárquica.

4.1 DOS REQUISITOS RACIAIS E SOCIAIS DE ADMISSÃO NAS IRMANDADES BRANCAS E NEGRA

Os quatro templos principais de Aracati eram, no passado, espaços de competência de quatro Irmandades religiosas que representavam um sentido religioso e institucional. Na igreja matriz, as Irmandades do Santíssimo Sacramento e de Nosso Senhor do Bonfim, reuniam-se os "Branços"; na de Nossa Senhora do Rosário, os "Homens Pretos"; e na de Nossa Senhora dos Prazeres, os "Pardos". Essas três Irmandades representavam certa estratificação existente à época, revelando assim como o mundo religioso estava orientado pelo aspecto social do período – o Estado imperial e a Igreja Católica. Bezerra, bem assinala esse estado de coisas:

No Ceará, as restrições das Irmandades de Brancos em relação à aceitação de pessoas de outro grupo sócio-racial eram de três tipos: as que excluía escravos, por conseguinte, as que só aceitavam homens livres; as que só admitiam Homens Brancos e as que privavam a entrada de Homens Pretos. No primeiro tipo a clivagem livre/escravo definia o estatuto social do participante. Já no segundo e terceiro, notadamente ampliando suas restrições, definia os membros pela cor branco/preto. (BEZERRA, 2009, p. 170)

As Irmandades na América portuguesa se organizavam de acordo com critérios étnicos. Eram divididas em unidades que abrigavam apenas indivíduos brancos, outras que visavam agregar negros e aquelas destinadas aos pardos (SCARANO, 1978). As Irmandades

religiosas refletiam a estrutura social da sociedade, as mais relevantes e com maior visibilidade eram compostas por indivíduos brancos de elevada posição social, como comerciantes, membros da nobreza local e proprietários de terras.

Irmandades apenas de Brancos, as de brancos e pretos. Outras de pardos. Algumas raras só de pretos, quer apenas de escravos ou destes e forros. As integradas por pardos e brancos, e aquelas que quase sempre incluindo pretos escravos, compunham-se de reis e rainhas, podendo desfilar e comemorar, em ocasião de atos mais solenes, com indumentos de flagrante imitação das vestes do poder régio. (CAMPOS, 1980a, p. 8).

As Irmandades compostas apenas por associados brancos, em regra, possuíam mais recursos financeiros e tempo disponíveis para o envolvimento em atividades religiosas e de caridade, em Aracati esses se encontravam filiados às Irmandades do Santíssimo Sacramento e Senhor do Bonfim.

No trabalho de Mara Regina do Nascimento, intitulado *Irmandades Leigas em Porto Alegre*, ao tratar da transferência das atribuições das câmaras para a Santa Casa de Misericórdia, em obediência à Lei Imperial de 1º de outubro de 1828, o *novel* normativo especifica que, as ações caritativas que envolvessem pobres, presos, enjeitados e órfãos passariam a ser tuteladas pelos que se ocupavam das atividades assistenciais, uma vez que, executar tais obras era um privilégio dado e disputado pelas Irmandades compostas exclusivamente pela elite branca (NASCIMENTO, 2006):

Diante deste quadro, a Irmandade da Misericórdia constituía-se da face mais pragmática da caridade. As Misericórdias tornaram-se o locus privilegiado na benevolência católica, praticada pela elite branca, letrada, possuidora de bens e de prestígio político. Somente esta instituição, desde os primeiros tempos de sua origem, mantinha a imagem de ser dirigida por homens de reconhecida lisura e probidade que, por suposto, viviam afastados daquilo que no imaginário da época aproximava-se dos maus costumes: ser de cor, não ser letrado e pertencer à camada pobre da sociedade. Pertencer à Mesa da Misericórdia representava o orgulho e o sentimento de superioridade étnica e social. As Mesas eram disputadas pelo prestígio que representavam, significando prova de integridade e capacidade, rivalizando em prestígio com um cargo nas Câmaras Municipais, como já dito. (NASCIMENTO, 2006, p. 89–90)

O perfil do candidato à integrante das Irmandades brancas permite-nos traçar um panorama da sociedade no período imperial, com suas divisões étnicas, raciais e profissionais, possibilitando estabelecer os papéis sociais de cada grupo social. Dessa forma, a admissão de

membros prestigiados era relevante, tanto para a Irmandade quanto para o candidato, vejamos então o artigo 1.º da Irmandade do Senhor do Bonfim de Aracati:

ART. 1. Tem ingresso na Irmandade do Senhor Bom-Jesus do Bom-Fim, todas as pessoas brancas de ambos os sexos que professarem a religião Catholica, tiverem boa conducta moral, e estiverem no gozo de sua liberdade. (ARQUIVO DA PARÓQUIA DE ARACATI)

É comum nesses estatutos, logo nos primeiros artigos, a exigência de dois requisitos de admissibilidade dos candidatos, quais sejam: o primeiro, por uma questão natural, é ser católico; já o segundo, é possuir uma boa conduta moral, como destacado no fragmento do compromisso supracitado da Irmandade do Senhor Bom-Jesus do Bomfim. Simmel (2006), tratando sobre costumes, direito e moralidade, pontifica que apesar de os regulamentos mais específicos, como os religiosos, morais, convencionais e jurídicos, ainda não se ramificaram nem se desligaram dela, uma vez que: a noção genérica da norma é a sua unidade original e não uma cópia dela em retrospectiva, de sorte que:

A moralidade nos interessa aqui apenas na medida em que resulta do comportamento do indivíduo em relação a outros indivíduos ou grupos, isto é, na medida em que tenha essencialmente o mesmo teor do costume e do direito. A moralidade se desenvolve no indivíduo através de um segundo sujeito que se confronta com ele no interior de si mesmo. Por meio da mesma divisão através da qual o eu diz a si mesmo "Eu sou" ;...,- como sujeito que se conhece e se confronta consigo mesmo enquanto objeto conhecido -- ele também diz a si mesmo "Eu devo". (SIMMEL, 2006, p. 102)

No mesmo artigo se estabelece a condicionante de que o candidato deveria encontrar-se no gozo da liberdade, que, por lógica associada, descredenciava o candidato que, mesmo sendo um liberto, a sua condição de pele parda ou preta o proibia de filiar-se à Irmandade.

Simmel (2006) sugere que a moralidade se desenvolve a partir da interação do eu com um "segundo sujeito" dentro de si, resultando na consciência do dever. A condicionante imposta aos candidatos que desejavam filiar-se à Irmandade (que o candidato deveria estar no gozo da liberdade), demonstra a influência das normas e estruturas sociais e culturais sobre seus critérios de admissão. A exclusão de candidatos libertos de filiar-se à Irmandade com base na cor da pele também ilustra a influência das normas sociais na formação da moralidade coletiva.

Assim como a Irmandade do Senhor Bom-Jesus do Bomfim, a do Santíssimo Sacramento tinha por objetivo selecionar as pessoas “mais distintas” da região da foz do Vale do Jaguaribe. Tomamos o compromisso da ISS de Fortaleza para estabelecer um paradigma:

Figura 39 - Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Fortaleza



Fonte: APEC/C.A

Ao ler o compromisso da ISS de Fortaleza, constata-se que se admitia um número ilimitado de pessoas brancas, ao serem professores da religião do Estado, possuírem de meios decentes de subsistência e que contassem com mais de vinte e um anos. Era comum, os compromissos restringirem o acesso aos condenados à prisão ou degredo, aos desrespeitosos, os imorais de reputação pública reprovável, aos desajustados, filhos-família (sem a aprovação de seus pais), alienados, escravos, valetudinários e desassisados (CAMPOS, 1980).

A ISS de Aracati admitia tão somente pessoas brancas. As tarefas e responsabilidades eram das mais diversas, tais como, a aquisição de bens, o pagamento de dívidas ou o patrocínio de procissões e festas. Infelizmente, até o momento final desse trabalho, não obtive contato com a íntegra do compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Aracati. Apreciei apenas o trecho final do compromisso que se encontra disponível no jornal *A*

Constituição de 7 de outubro de 1874, lá está o trecho que compreende do capítulo XI, artigo 19 que trata da guarda, e zelador da igreja até o artigo 54 com as considerações finais²⁴.

Ao fazer um estudo a respeito dos filantropos e fidalgos baianos, Russell-Wood (1981), pesquisando a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, identificou que era composta por homens brancos da elite local, sendo alguns deles, ao mesmo tempo, líderes políticos provenientes de uma "aristocracia da terra" e pecuaristas de gado. Ele assim os distinguia:

O primeiro era a aristocracia rural, cuja riqueza e prestígio viera do cultivo da cana-de-açúcar ou da criação de gado. (...) O segundo grupo pode ser denominado a 'haute bourgeoisie'. Seus representantes gozavam de muitos privilégios da aristocracia, mas faltava-lhes o prestígio social baseado na tradição da classe (RUSSELL-WOOD, 1981, p. 96)

Pesquisando as leis provinciais do Ceará e suas publicações, observei que, no artigo 2º do compromisso da Irmandade de Santa Quitéria, tal dispositivo trata objetivamente acerca de algumas condições *sui generis* quanto aos requisitos de entrada nessa instituição:

ART. 2. Podem ser admitidas nesta Irmandade todas as pessoas de ambos os sexos, não só desta, como de qualquer outra freguesia, contanto que possuam pagar as contribuições que lhes são impostas. Exceptuam-se, porém: 1º, os libertos ou sujeitos; 2º, os menores de doze anos, os filhos-famílias, e os maiores de cinquenta; 3º, os que carecerem de possibilidade ou meios de decente subsistência; 4º, os desasiados; 5º, os faltos de moral ou de conceito publico; 6º, os condemnados a prisão ou degredo, enquanto durarem os efeitos da sentença. (OLIVEIRA, 2009)²⁵

Como destacado acima, Santa Quitéria confere exceção à entrada de libertos e sujeitos. Para entender o encaixe do significado da palavra "sujeito", recorri ao dicionário de Antonio Moraes Silva, o qual foi a primeira sistematização moderna do léxico da língua portuguesa baseado Vocabulário Portuguez e Latino de 1712 de Rafael Bluteau.

²⁴ <http://memoria.bn.br/DOCREADER/235334/3513>.

²⁵ Leis provinciais: Estado e cidadania (1835-1861). Compilação das leis provinciais do Ceará – compreendendo os anos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso / Almir Leal de Oliveira, Ivone Cordeiro Barbosa, organizadores. – ed. Fac-similada. Fortaleza: INESP, 2009. P.434.

Figura 40 - Significado da palavra “sujeito”

SUJEITO, p. pass. irreg. de **SUJEITAR**; Reduzido á sujeição, subjugado, reduzido ao senhorio, domínio, mando, obediência. §. *Sujeito a algum damno, risco*; i. é, exposto, em estado de sofrer. (*obnoxius*). “ficava tão *sujeito* aos inimigos.” *Cron. J. III. P. 4. c. 52.* §. Docil, obediente, obsequioso, v. g. *cavallo sujeito*; *escravo sujeito*; *vontade sujeita á razão, á lei.* §. *Domado.* §. *He sujeito*; i. é, cativo, escravo.

Fonte: Dicionário Antonio Moraes Silva.

Por força da realidade semântica, sente-se, nesse caso, uma espécie de sujeição mais rígida, que reduz o escravizado a um ser ou coisa (*res*), obediente ao senhorio e lhe possuindo o domínio. O escravo sujeito submetia-se à razão e à lei, ora, pois, o sistema escravista se baseava num código de normas legais e consequentemente racional para o referido período, o que lhe dava legitimidade. Também se diz ser o sujeito: domado, cativo e escravo²⁶.

Por outro lado, a INSRP de Aracati congregava sujeitos pretos que, por sua condição social e econômica desfavoráveis, não possuíam as mesmas facilidades de amealhar financiamento e consequentemente levar à cabo de maneira despreocupada o desiderato das atribuições contidas no seu ordenamento compromissal.

Os compromissos, detalhavam as exigências para a admissão de novos irmãos. Para Reginaldo (2018), antes da era moderna, as regras eram baseadas na hierarquia do Antigo Regime, em relacionamentos profissionais ou de trabalho, gênero e origem nacional. Contudo, a inclusão de outros povos na Igreja católica trouxe novas regras para a participação nas Irmandades. Assim, destaca a autora a respeito das novas práticas:

O estatuto jurídico (escravo e liberto), a cor da pele (branco, preto, pardo, mulato), a origem geográfica genérica ou específica (portos de embarque, identidades étnicas e

²⁶ Os indivíduos escravizados eram considerados propriedade legal de seus escravizadores, tratados não como pessoas livres e autônomas, mas como mercadorias a serem compradas, vendidas e exploradas para o benefício econômico. No contexto jurídico, os escravizados eram frequentemente tratados como bens móveis, sujeitos às mesmas leis que regiam a propriedade material, como terra ou gado. Isso significava que os proprietários tinham o direito legal de controlar, usar e dispor de seus escravizados da maneira que julgassem apropriada, sem consideração pela autonomia ou bem-estar dos próprios escravizados. Essa concepção de escravizados como propriedade também permeava as normas sociais e culturais das sociedades escravagistas, reforçando a desumanização e a degradação dos escravizados.

"nações"), muitas vezes mesclados e sobrepostos aos antigos critérios de pertença, tomaram-se basilares na constituição das Irmandades ibéricas e americanas (REGINALDO, 2018, p. 271)

Campos (1980), aponta dois exemplos de condições de admissibilidade de novos membros por parte das Irmandades Negras. A primeira delas é a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da cidade de Sobral (Lei 643, de 2 de janeiro de 1854), a admissão: “Art. 10 – [...] se comporá de homens pretos de ambos os sexos, forros, e escravos, e também das pessoas de outras côres, e condições, que por simples devoção quizerem ter ingresso na Irmandade.” (CAMPOS, 1980, p. 46)

A compreensão é que nessas Irmandades existia uma ampla abertura para a aceitação de membros de ambos os sexos, forros, escravos e pessoas de outras cores. A única condição é a devoção à Senhora do Rosário. Segundo Rodrigues (2005), o motivo para esse tipo de abertura se devia a uma manobra para uma rápida acessão social:

O que à primeira vista pode nos parecer uma estratégia de resistência e enfrentamento, configura-se a meu ver como uma interessante artimanha dos negros na tentativa de preservar da melhor maneira possível aquele caminho que podia lhes oferecer uma rápida inserção social (RODRIGUES, 2005).

Desta feita, subsiste em Koselleck (2006), a mesma ambivalência numa perspectiva da experiência do passado, intrinsecamente ligada à expectativa, sempre aberta em face de uma infinidade de possibilidades temporais e à constante disputa por projetos de futuro. Há uma série de camadas de tempo em constante transformação e disputa, por estar intimamente ligada aos projetos futuros e à legitimação de ações do presente. Desse modo, cabe salientar que o "horizonte de expectativa" não significa a realização, mas sim, a indicação das mais múltiplas possibilidades de expectativas relativamente ao futuro, sejam elas realizadas ou não. Dessa forma, não há uma certeza relativamente às categorias, elas não estão condicionadas nem são estanques.

A segunda, é a Confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da cidade do Aracati (Lei 640, de 28 de dezembro de 1853). Essa não aceitava brancos e determinava que seu corpo de associados se desse tão somente por pessoas pretas, católicas romanas, de boa conduta moral e que:

ART. 1. Nesta Irmandade, instituída para promover o culto religioso de Jesus Christo

de sua mãe Maria Santíssima debaixo da invocação - Senhora do Rosário - , serão admitidas todas as pessoas pretas, que forem catholicas romanas, e apresentarem boa conducta moral. (OLIVEIRA, 2009)²⁷

Acredito que a composição da Irmandade, mesmo sendo formalmente creditada à entrada de pessoas pretas, prescindia da atuação de brancos e pardos, pelo menos quanto às atividades burocráticas, como podemos constatar do pedido de aforamento ocorrido em 13 de abril de 1775 para se erguer uma olaria para a construção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, tal pedido foi subscrito por seu procurador o alferes Jose Ribeiro Freire:

O alferes Jose Ribeiro Freire, alcançou uma licença do Senado da Vila para a edificação de uma olaria com forno com vistas à construção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, sem o pagamento de qualquer foro, segundo o aforamento de nº 87 (JUCÁ NETO, 2007, p. 369).

Ainda assim, a administração interna da Irmandade negra congregava uma diversidade de nações e grupos étnicos de escravizados trazidos do Continente africano para Aracati. Essa convivência, representava em si, um contínuo exercício que certamente levava à rivalidade desses grupos tanto na eleição da mesa regedora como no sufrágio para escolha do rei e da rainha.

Para Reginaldo (2018, p. 7), isso “não se tratou, entretanto, de simples transposição de referenciais identitários africanos para as Américas. Os arranjos podiam ser muito complexos e criativos, uma vez que imersos em realidades locais específicas”. Em sua tese, Chaves (2016, p. 165) afirma que, “Em relação à presença africana em Aracati e Russas, é patente na documentação analisada a alusão aos gentios da Guiné, gentio da Angola, da Costa e da Costa da Mina”. A partir da documentação obtida juntamente ao Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte, a autora constata que:

Em Aracati, de acordo com a documentação em análise, os nubentes provenientes da África ocidental - Guiné (20,1%), Costa (2,8%) e Costa da Mina (4,5%) - correspondem a 27,4% dos assentos de africanos. Os Guinés, propriamente ditos, foram os primeiros africanos a chegar. Os primeiros assentos de casamentos datam da década de 1740, antes mesmos da atuação da Companhia de Pernambuco e Paraíba, que tinha como um dos propósitos a intensificação do tráfico de africanos para Pernambuco e capitânias anexas. Do período de 1740 até o decênio de 1800, verifica-se a presença deles na freguesia. Os maiores índices dizem respeito à década de 1780, que contabilizou 20 dos 35 casos. Os

²⁷ Leis provinciais: Estado e cidadania (1835-1861). Compilação das leis provinciais do Ceará – compreendendo os annos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso / Almir Leal de Oliveira, Ivone Cordeiro Barbosa, organizadores. – ed. Fac-similada. Fortaleza: INESP, 2009. P.434.

denominados Costa da Mina se fazem presentes no período de 1770 a 1800 e os Costa nas décadas de 1770 a 1790 (CHAVES, 2016, p. 165–166).

A devoção à Senhora do Rosário por Irmandades negras datam dos séculos XII e XVIII, segundo Reginaldo (2018), “ergueram-se várias Irmandades de negros em diversas cidades do reino, a exemplo de Évora, Alcácer do Sal, Setúbal, Vila Viçosa, Grândola, Montemor-o-Novo, Estremoz e Elvas, no Alentejo” (p.5-6); indo além das fronteiras portuguesas, “em diferentes regiões do Império, essas Irmandades são reconhecidas, preferencialmente, por suas invocações favoritas: São Benedito e Nossa Senhora do Rosário”.

Para os negros, tanto os escravizados, como os libertos, tal significado de espaço possuía uma relevância apreciável pelo fato de haverem sido desterrados à força de seu território. Tais espaços, se cingiam como aglutinadores importantes na sociedade, dava uma certa coesão social consubstanciadas nas atividades caritativas e assistenciais, tanto de cunho material como transcendental aos confrades. Esses espaços associativos representavam uma resposta às dificuldades enfrentadas por uma população marginalizada, proporcionando um senso de identidade e solidariedade em uma sociedade dominada pela exploração racial.

As Irmandades de pessoas de cor do Brasil representaram uma proteção contra uma sociedade competitiva e dominada pelos brancos, não só para o negro trazido da África como escravo, como também para os negros e mulatos nascidos no Brasil, fossem escravos ou libertos. As Irmandades constituíam uma resposta associativa a uma necessidade coletiva e individual sentida pelos negros e mulatos da colônia. Esta necessidade pode ser discutida em três categorias: educação religiosa ou socorro espiritual, assistência médica e a busca de identidade. (RUSSELL-WOOD, 2005, p.193).

Nesse contexto, essas organizações religiosas e sociais aconteciam dentro desses agrupamentos solidários entre pessoas que dividiam valores e interesses comuns, dependendo de sua origem social e racial. Essas organizações religiosas e sociais proporcionavam uma plataforma para a união entre aqueles que enfrentavam desafios semelhantes e buscavam igualdade numa sociedade hierarquicamente racializada. Levando os membros das Irmandades a se perceberem como parte de um "corpo de Irmandade", unidos por objetivos e aspirações em comum.

Acima da inimizade de etnias distintas encontramos, contudo, a união trazida pela igualdade determinada pela mesma condição social. Vivendo os mesmos problemas, o homem de cor sentia-se formando um "corpo de Irmandade", ligado por interesses comuns. E, também, pelo desejo entre os desprotegidos da sorte de sobrepujarem ou

ao menos de se equipararem aos brancos na organização de festas e na construção de igrejas. Apesar de reunir elementos tão díspares do ponto de vista racial e cultural, o papel da confraria será preponderante na criação de um grupo aparentemente coeso (SCARANO, 1978, p. 109)

Um fato importante deu-se quanto à criação do curado de Aracati, a então vila, fazia parte da freguesia de Nossa Senhora do Rosário das Russas. Em 20 de junho de 1780 foi expedida de Olinda por Dom Thomaz da Encarnação Costa Lima, Bispo de Pernambuco, a provisão para a “[...] criar e erigir em novo Curato a Vila de Santa Cruz do Aracati, ficando este desmembrado de sua antiga freguesia de Nossa Senhora do Rosário das Russas [...]” (LEAL, 1998, p. 53).

A igreja do novo curado, elevada à condição de matriz, assim como a de Russas, também foi consagrada a Nossa Senhora do Rosário²⁸. A edificação não se encontrava em condições de receber esse status, pois ainda "não estava devidamente concluído, com suas paredes conservadas em preto", para suprir tal carência entre 1780 e 1785, "serviu provisoriamente de matriz a Capella de Nossa Senhora do Rosário, dos Pretos" (SANTOS, 1918, p. 310).

Caso idêntico aconteceu em Fortaleza, no ano de 1840, quando da visita do Bispo de Pernambuco realizada à cidade. Segundo o registro do Bispo, dia 18 do julho daquele ano, em seu diário da visita, constava que no:

Dia 18. Pelas 7 horas fui celebrar na capela, que serve de Matriz, assistindo o Presidente e muitas pessoas de ambos os sexos, e pelas dez fui a mesma Igreja em solene procissão debaixo do palio, acompanhado do clero, das Irmandades do Santíssimo Sacramento e de N.S. do Rosário, para abrir a visita em cujo ato concorreram mais de mil pessoas e cujo ofício foi cantado pelo visitador e outros padres (CAMPOS, 1992, p. 102).

De acordo com Rodrigues (2005), a capela do Rosário serviu de Matriz à cidade durante a visita, até que, em 1854, a Catedral, em processo de reconstrução, foi substituída. Por conta dessas e de outras manifestações religiosas do período, a Igreja do Rosário é apresentada como um instigante dilema, a começar pela sua localização geográfica.

²⁸ Outra observação que causa estranheza e confusão, é que, em nenhum documento a matriz é descrita como sendo Igreja do Rosario dos Brancos. Atualmente a circunscrição eclesiástica de Aracati é Paróquia Nossa Senhora do Rosário.

Ao fim e a cabo, as Irmandades ofereciam uma oportunidade de mobilidade social e de inclusão para aqueles que não faziam parte das elites dominantes. Esse associativismo funcionou como que um catalizador de união dos negros, mesmo que isso os levasse ao convívio de sujeitos de nações africanas distintas.

4.2 A IRMANDADE DOS PARDOS DE ARACATI: UM BREVE APANHADO DE SUA EXISTÊNCIA

Em Aracati, os pardos se reuniam sob a evocação de Nossa Senhora dos Prazeres. O norte e guia espiritual de uma Irmandade era a devoção e veneração a um determinado santo, chamado também de orago; esse servia de orientador e exemplo moral para a vida cristã dos seus afiliados. Segundo Nogueira (2010), os pardos associados financiaram a construção e deram objetos para a igreja, como uma imagem da santa que eles invocavam. Em 21 de outubro de 1800, Sebastião Simões Branquinho doou a imagem de Nossa Senhora dos Prazeres para o templo:

(...) pela cordial devoção que tem e Respeito a Santissima Virgem Maria com o titulo dos Prazeres mandara esculpir em madeira a Imagem da dita virgem Maria com o sobredito titulo cujo fetio lhe chegara a setenta e dous mil reis a fizera conduzir para esta villa com o intuito de a fazer colocar na Capela irigida[sic] nesta villa com o mesmo titulo pertencentes aos homens pardos (...)²⁹

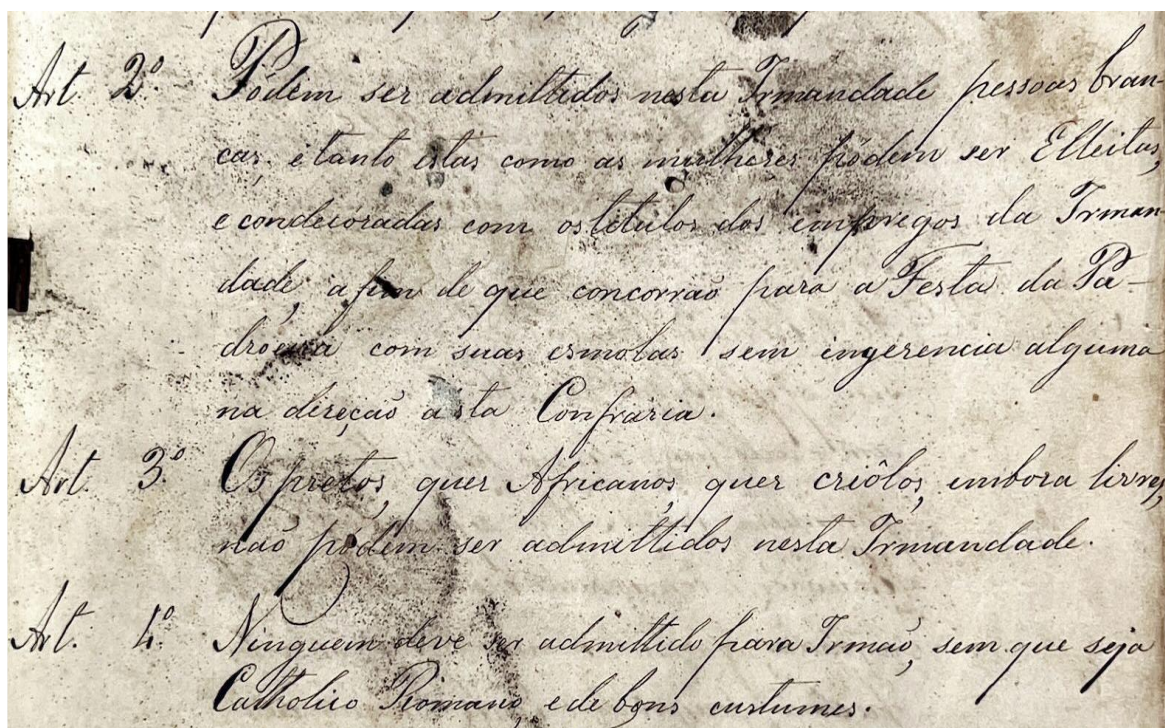
Essa Irmandade foi a que nos propiciou a maior quantidade de documentos em toda a pesquisa. Desde o seu primeiro compromisso escrito e consequente implementação de ações sequenciadas e bem-sucedida da política ultramontana na cidade de Aracati. O compromisso definia os atributos e características que deveriam ter seus membros.

Dois compromissos da Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres chegaram em nossas mãos, no entanto, eles trazem uma certa divergência temporal. O compromisso encaminhado pelo padre José Antunes de Oliveira, em nome da Irmandade e endereçado ao bispado na data de 21 de julho de 1853, conta com um total de 82 artigos, onde 52 deles tratam

²⁹ APEC- Fundo Câmaras: Cx. 12. Livro 32 (Livro de Notas do Tabelião de Aracati – 1799-1802) fl.49v.

dos destinatários da Irmandade, o processo eleitoral e da tomada de posse nos cargos. O segundo documento, referente a esse compromisso, trata da chancela e confirmação pela Secretaria de Estado e dos Negócios da Justiça do Império, em 21 fevereiro de 1854. Passamos à análise do compromisso enviado para submissão episcopal em 21 de julho de 1853:

Figura 41 - Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres



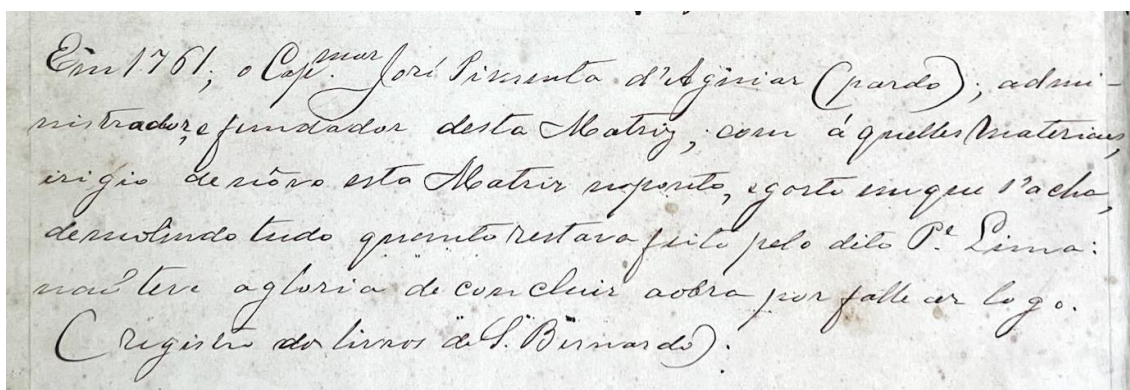
Fonte: Arquivo da Paróquia de Aracati

Observa-se, no artigo segundo do respectivo compromisso, que pessoas brancas e mulheres podiam ser admitidas, eleitas e condecoradas com os títulos dos empregos da Irmandade para concorrerem para a Festa da Padroeira com esmolas. No entanto, brancos e mulheres não poderiam ter gerência alguma na confraria, assim, por causa dessa separação “os pardos tinham suas próprias confrarias e devoções particulares [...] as Irmandades de pardos costumavam dividir-se segundo a condição jurídica (escrava ou livre) e posição social” (REGINALDO, 2018, p. 7).

No artigo terceiro do aludido compromisso, o regulamento é enfático quanto à exclusão dos pretos, quer africanos, quer criolos, mesmo que este se encontre no estado jurídico de detentores da sua plena liberdade. De praxe, também exigia os requisitos que o postulante fosse Católico Romano e que possuísse bons costumes.

Entretanto, podemos observar que havia a existência de possibilidades de trânsito racial entre as Irmandades. Na documentação em posse da paróquia de Aracati, datada de 1761, encontramos informações referentes ao Capitão-Mor José Pimenta d'Aguiar, fundador e administrador do que seria a moderna Igreja Matriz, constata-se que a sua condição racial de pardo é apresentada de forma inequívoca no documento grafado entre parênteses:

Figura 42 - Transito Racial de José Pimenta d' Aguiar



Fonte: Arquivo da Paróquia de Aracati.

José Pimenta d'Aguiar passou a fazer parte da Irmandade branca do santíssimo Sacramento, tendo sua entrada efetuada em 18 de abril de 1784 conforme livro de entrada:

Figura 43 - Entrada de José Pimenta d'Aguiar na Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres.



Fonte: Arquivo da Paróquia de Aracati.

Este dado chamou a atenção de Nogueira (2010). Por possuir uma das mais elevadas posições das Ordenanças da vila (cujo acesso era controlado pela Câmara), mesmo tendo uma

“mancha de sangue infecta”, o que poderia ser considerado um impedimento para o acesso a espaços e meios de nobilitação, José Pimenta foi considerado digno de tal honraria, dessa forma, algumas explicações podem ser utilizadas para melhor compreensão do quadro:

Entendemos que tal caso, em que um pardo conseguira acesso a espaços de poder, localmente tão importantes, como os postos de oficial da Câmara e das Ordenanças, associaria-se, neste caso, entre outros aspectos: ao destaque econômico e importância de Pimenta de Aguiar como homem de negócios na vila do Aracati; a realidade periférica da vila logo após sua criação, que contava com poucos indivíduos nela estabelecidos que fossem capazes de corresponder ao perfil ideal de uma “nobreza local”; bem como o perfil de atuação econômica deste sujeito, que não se restringia aos negócios de produção e comercialização das carnes secas, já que atuava também no setor produtivo, constituindo-se como um criador de gado, elemento que o associa à tradicional dimensão de nobreza, que tem como um de seus elementos mais representativos o cesso à terra. (NOGUEIRA, 2010, p. 236)

Ainda nessa seara, Bezerra (2010) conclui que as Irmandades não agrupavam as mesmas etnias, mas sim pessoas de condições sociais semelhantes para arcar com as esmolas e anuidades solicitadas por cada uma delas. A autora sustenta o argumento de haver encontrado pardos em Irmandades de brancos, negros em instituições de pardos, brancos e pardos em agremiações de negros e vice-versa. Em Pernambuco, no século XVIII, assim como no Ceará, grassavam restrições em termos de sexo, idade e, sobretudo, étnicas relativamente à admissão de irmãos nessas instituições; mas a retórica era, frequentemente, alterada quando estava diretamente ligado à entrada de recursos para a Irmandade e concluindo que:

As Irmandades de negros possibilitavam a convivência entre brancos e negros, as duas parcelas da sociedade faziam parte de um mesmo conjunto social, ou seja, os diversos grupos de Irmandades, respeitado por toda a comunidade. Obviamente as Irmandades de negros não tinham o mesmo prestígio que a de brancos, porém possuía seu lugar reservado na sociedade, e alguns casos poderiam se destacar mais que as instituições de brancos, caso estas fossem criadas após as Irmandades negras (ALVES, 2006, p. 31)

Encontramos mudanças significativas no segundo compromisso, publicado sob a lei provincial nº639 de 28 de novembro de 1853:

ART. 1. A Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres dos homens pardos da cidade do Aracaty será composta de indefinido numero de pessoas de toda e qualquer condição.
ART. 2. É privativa dos mesmos pardos toda administração da Irmandade, com exclusão dos brancos, pretos e pardos não livres, os quaes não poderão ocupar cargo algum da mesma Irmandade, salvo porém o de thesoureiro. (OLIVEIRA, 2009)

O artigo primeiro, que trata da organização, assinala que a composição se dará por um número indefinido de pessoas de toda e qualquer condição, já no artigo segundo, esclarece que a administração é de competência apenas dos pardos. A inovação entre o primeiro e este compromisso reside na universalização dos requisitos de ingresso à todas as condições raciais e de sujeição.

Segundo Marques (2008), no Ceará, algumas mesas regedoras tinham homens e mulheres brancos ocupando cargos como tesoureiro (como é o caso à exceção dada ao tesoureiro nesse particular) ou procurador. Embora não fosse uma forma de "paternalismo", isso dava-se por motivações pessoais e não se configurava como uma submissão dos negros, uma vez que a maioria destes irmãos era de origem livre. Além disso, os brancos ocupavam funções por "devoção" e não podiam votar ou ser votados, limitando a sua influência nos rumos da Irmandade.

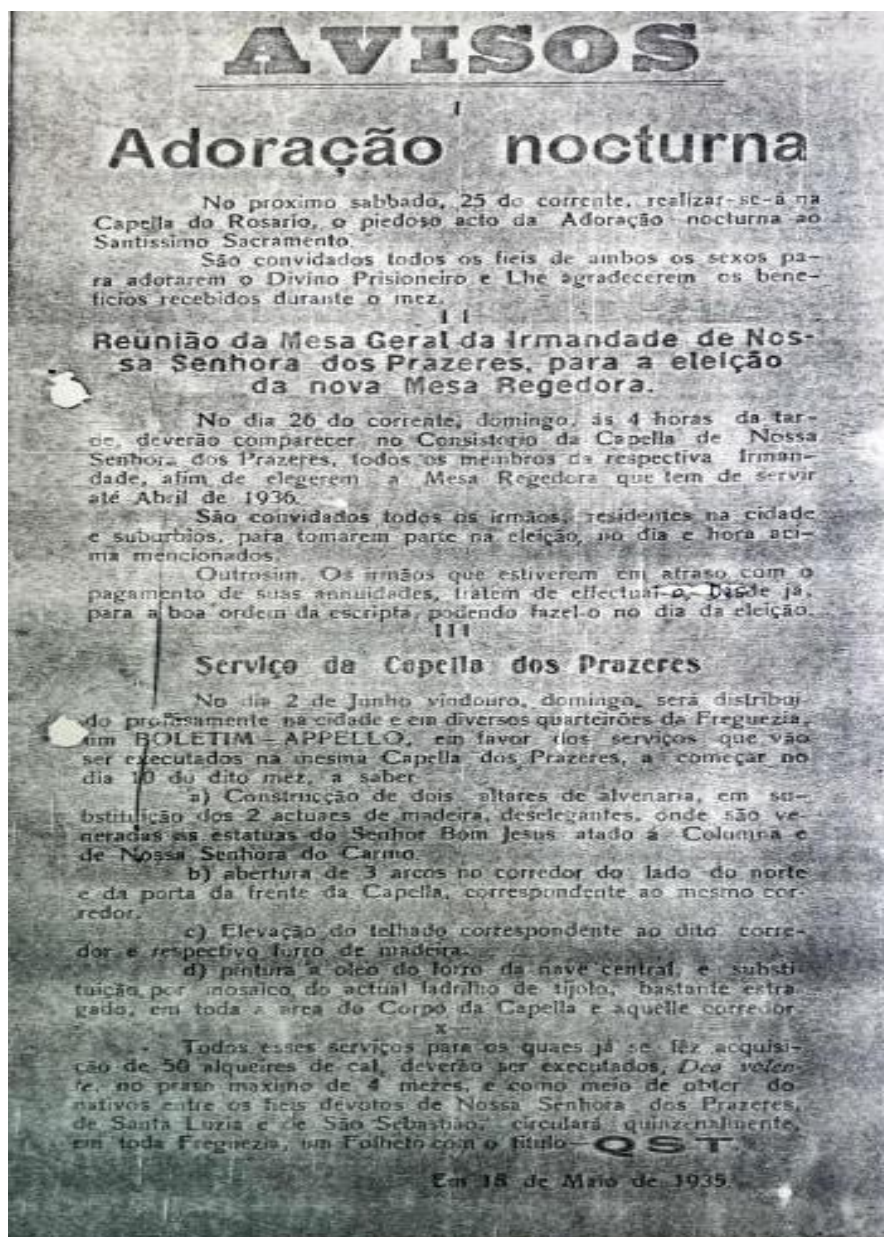
Em sentido contrário, Alves (2006) acredita que nas Irmandades do Rosário dos Homens Pretos no Brasil, apesar de serem compostas por homens pretos, ainda eram regidas por uma latente presença de homens brancos na mesma, ocupando funções de controle e gestão. Não obstante, as Irmandades não eram um lugar de alienação. Ao contrário disso, os negros que participavam delas eram combatentes e resistiam aos abusos cometidos pelos escravizadores e pelo clero tanto regular quanto secular.

Essa realidade teria continuidade no início do século XX. Em 28 de agosto de 1933, o juiz da Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres Epifânio Jiló escreve um folheto onde faz um apelo aos devotos de Santa Luzia e São Sebastião (Santos estes venerados na dita Capela) para que se organizem em benefício da Irmandade. No ofício, o juiz da Irmandade, lamenta a escassez de membros a ponto de queixar-se por acumular o cargo de tesoureiro, anteriormente ocupado por Bento Collares, falecido em 1921. Segundo Consta:

Tão reduzido é o numero de Irmãos actualmente, que não se pode fazer a escolha dos 18 membros de que se compõe a Mesa Regedora, o que é deveras lamentavel. D'ahi a imperiosa necessidade de recrutar novos Irmãos entre os fieis que professem a Religião Catholica Apostolica Romana, que sejam maiores de 21 annos, que disponham de recursos para pagar na entrada, a joia de reis, e depois 2\$000 reis em cada anno, pagamento esse que deverá ser feito na Dominga da Paschoa. (OLIVEIRA, 2009)

Ou como em 18 de maio de 1935, quando outro folheto informativo que circulava quinzenalmente na freguesia do Aracati de nome QST, convocava uma reunião da mesa geral da Irmandade de Nossa Senhora dos Prazeres para a eleição de uma nova mesa regedora no dia 26 daquele corrente ano:

Figura 44 - Convocação de Reunião -1935



Fonte: Arquivo da Paróquia de Aracati.

O informativo traz uma série de serviços a serem realizados na Capela dos Prazeres. Todo esse esforço construtivo tinha a intenção de que a capela passasse a funcionar como a

futura Matriz do Aracati. Outro folheto, datado de 27 de dezembro de 1938 e assinado por Antônio Felismino Filho, torna público todas as grandes benfeitorias realizadas na dita capela dos prazeres:

Figura 45 - Remodelação da Capela de Nossa Senhora dos Prazeres

A remodelação da Capella de Nossa Senhora dos Prazeres, a futura Matriz do Aracaty.

No Programma da Festa de São Sebastião, realizada em Janeiro do anno a expirar, fiz estampar uma noticia referente ao projecto de remodelação da Capella dos Prazeres, de minha autoria, e nestas linhas venho agora dizer algo a respeito.

Os serviços foram reiniciados a 10 de Agosto ultimo, sob a direcção do Sr. Epiphania Giló, juiz da Irmandade dos Prazeres, que, ao completar um mez de administração, leve de abandoná-la pela falta de numerario e em face do vulto dos serviços que eu desejava fossem levados, este anno, a effeito, a saber: a construção da Sacristia e Consistorio, construção de arcadas na Capella mór e retirada do enorme Coro, que tomava grande espaço.

Em face da resolução daquelle juiz, fui obrigado a assumir a direcção desses serviços, confiante sobretudo no auxilio da Divina Providencia, que faz fructificar toda intenção quando ella é justa e visa á gloria de Deus, como no caso em apreço.

Dentro de 3 1/2 mezes, apesar da crise que atravessamos, não obstante a pouca generosidade da parte daquelles mais favorecidos de bens de fortuna, os serviços não foram suspensos, embora exista no momento um deficit superior a 2:200\$000 reis, que, com o auxilio do Alto, será brevemente extinto, como tem sempre acontecido com empresas outras a que tenho mettido hombros.

Os serviços de mais difficil execução, estão, por assim dizer, promptos. A Sacristia com o seu porão e Consistorio já está recebendo a coberta, e as paredes internas vão ser revestidas na semana entrante. Contam-se alli 11 janellas e 10 portas, e estas com a sua varanda de ferro. Duas grandes portas foram abertas nos fundos da Capella e a poucos passos duas outras pequenas, nos fundos das Capellas de S. Geraldo e de S. João Bosco, tendo sido construidas duas escadas que dão entrada para a nova Sacristia.

A Capella-mor com o seu primeiro e segundo pisos, onde se contam 8 degrãos, já tem a sua arcada central e duas transversaes, alem de outros pequenos arcos.

A arco da Capella-mor, que era de 34 metros quadrados, ficou agora com 113, e a sua largura com 9 metros lineares, em vez de 4 1/2. Estão sendo preparadas duas grades para guarnecer a Capella-mor e a futura Capella de S. João Bosco.

Conta agora a Capella dos Prazeres, com 21 grandes arcadas, inclusive 4 construidas, ha tempos, na Capella de S. Geraldo.

O enorme coro com a sua grande trave, já desapareceu, e nas paredes lateraes foram feitos 2 arcos fingidos. Tambem foi retirado o coro da Capella de S. Geraldo.

Outros serviços foram levados a effeito, como seja o alicerce para o jardim, e externamente foi o plainado o terreno ao redor da Capella e alterada uma antiga logoa nos fundos da Capella, cujo lamagal na estação invernoza embarçava o transito publico.

Quando assumi a direcção, não havia em caixa um só real! Desde então, até hoje, ascendem a 7:347\$300 os donativos recebidos, e nada mais!

E' preciso consignar que do Presepio, que vem funcionando com a promessa de reverter o saldo em beneficio da remodelação dos Prazeres, até agora não houve entrada de nenhuma importancia, se bem que ha fundadas esperanças de que, no final das festas do Senhor do Bomfim e de S. Sebastião, será de valor apreciavel o beneficio em favor dos Prazeres. Vamos aguardar o resultado.

Quanto á despesa, apenas registro agora a effectuada com o pagamento a pedreiros e serventes, que se eleva, até 24 do corrente, a 4:891\$000 reis. De igual valor, é mais ou menos, a despesa com ferragens, tijolos, areia, madeiras, transportes de canoabas, caibros, preparo de balaustres de madeira e cimento, portas, janellas, etc., accusando no momento um deficit superior a 2:200\$000.

Por conta da proxima Festa, vai ser montado provisoriamente um altar e ao mesmo tempo instalado um modesto sacristia, em substituição do antigo, que não é uma habitação digna do Deus Vivo.

Terminada a Festa, tralarei, em primeiro lugar, de forrar e mosaicar a Capella destinada a S. João Bosco, o santo de minha predilecção; fazer aquisição duma bella imagem e instituir o seu culto, a 16 de Agosto do anno vindouro, quando passa o 124º. anniversario do nascimento daquelle que foi o mais extraordinario homem de seu tempo. Farei então a propaganda da Vida e virtudes do benemerito Santo, que nasceu e viveu pobre, foi sapateiro, alfaiate, carpinteiro, etc. Era amigo dos operarios e dos meninos. Estudou e lutou para ser Padre, até que o conseguiu.

Foi elle o fundador da Obra Salesiana, hoje conhecida, acreditada e propagada em todo o mundo, e tendo como padroeira Nossa Senhora Auxiliadora, cujo culto institui na Capella do Rosario a 24 de Maio de 1905.

Deitando o ponto final, aviso ao povo catholico que se acha exposto um grande cofre, que á noite será illuminado, e onde os fieis poderão depositar suas esmolas em favor da remodelação da Capella dos Prazeres, o velusto templo que, depois de effectuados os melhoramentos projectados, será o mais bello e magestoso de toda a zona Jaguaribana.

Aracaty, 27 de Dezembro de 1938.
Antônio Felismino Filho

Fonte: Arquivo da Paróquia de Aracati.

Todas essas modificações acabaram por descaracterizar arquitetonicamente a igreja, trazendo um prejuízo para o patrimônio histórico da cidade, uma vez que:

A referida igreja, ao longo do tempo, foi perdendo as características originais. Algumas mudanças na sua arquitetura foram bastante significativas, dentre estas, aquela realizada pelo senhor Antônio Felismino Filho. O mesmo reformou a “Capela de Nossa Senhora dos Prazeres, abrindo os imponentes arcos que lá se vêem e que modificaram inteiramente o feio estilo colonial da referida Capela, que hoje é um dos principais templos da cidade”. Nela mandou erguer um altar em honra de Dom Bosco, cuja imagem foi ali exposta á veneração dos fiéis. A reforma teria ocorrido no início do século XX (BARBOSA, 2012, p. 37).

O resultado foi menos auspicioso para a Irmandade parda, após diversas tentativas de se fazer renascer a confraria, uma carta enviada pela Diocese de Limoeiro pode ser considerada a pá de cal no destino da Irmandade e de seu templo. A correspondência foi enviada em 04 de novembro de 1952 aos senhores João Rodrigues Santiago e Mario Hipólito de Santano. De maneira muito diplomática, o remetente da carta, que acreditamos ser o Bispo de Limoeiro, afirma que acatará sugestão do Reverendíssimo padre Valerio para que fosse entregue a Igreja dos Prazeres às irmãs Salesianas pelo motivo da Irmandade praticamente não mais existir, conforme se pode ver com a íntegra da carta abaixo:

Figura 46 - Carta enviada pela Diocese de Limoeiro do Norte, em 04 de novembro 1954

Limoeiro do Norte 4 de Novembro de 1952

Amigos Senhores João Rodrigues Santiago e Mário
Hipólito de Santana

Meus cumprimentos

Acuso em meu poder o Relatorio, ou exposição a respeito
da Irmandade de N. S. dos Brases desta cidade enviada por
v. S.^{as}

Quando atendi as sugestões do Be^{mo} P. Valério para entrega da
Igreja do Brases às Salesianas, de ver que não existia praticamen-
te a Irmandade, como me afirmem, fui eu o advogado da Ir-
mandade mandando que se reunisse os poucos irmãos que
ainda existia, mesmo que não se reunissem. E, assim,
quando trosei a resolução de entregar a Igreja não tive
em mente, como não tenho, humilhar a Irmandade, nem
mesmo prejudicá-la. O meu interesse nem era mesmo benefi-
ciar às Salesianas, mas beneficiar o povo do Aracati, parti-
cularmente os pobres tudo fazendo para que as Salesianas
ficassem mais presa ao Aracati e continuassem a sua
obra benfazeja. Não fiz doação da Igreja, nem farei.
Apenas entrego o uso da Igreja a essa Ordem e com algu-
mas cláusulas como se vê do contrato. Espero, por tanto,
que não sejam no meu ato uma perseguição à Irmandade
e aceitem esta minha determinação de bom grado. Só desejo
o progresso espiritual desse terra. E há, já tenho que os
Srs. acatarão as determinações desceasanas com atenção
aboa vontade, o que muito me conforta pelo que
estou muito grato

No conteúdo da carta, o remetente diz ter advogado em prol da Irmandade, e que já mandara ouvir, se houvesse, os poucos irmãos que ainda existissem e mesmo que não se reunissem, pois, seu intento não era humilhar nem prejudicar a Irmandade.

A lógica da romanização (e uma delas era a transferência dos bens das Irmandades para congregações religiosas) fica patente quando o interlocutor afirma que o seu maior interesse, nem era o de beneficiar as salesianas e sim o povo do Aracati, principalmente os mais pobres e que a decisão se pautava em tudo fazer para as Irmãs salesianas ficarem mais presas ao Aracati e continuassem sua obra benfazeja.

Sobre as ações dos prelados para controlar a atuação do laicato nas igrejas das Irmandades leigas, Cristiano Amarante da Silva (2016) assim sintetiza o tema:

Como podemos ver as Irmandades do Rosário e de São Benedito, tiveram uma grande contribuição na formação e resistência do povo negro presentes no Brasil Colônia e Imperial, ação dos irmão marcaram a vida daqueles escravos e não escravos que estavam ligados as Irmandades, seus altares e símbolos ainda hoje marcam a cultura e espiritualidade do povo brasileiro em cada canto do Brasil contemplamos esse jeito diferente de praticar a fé resistindo a toda opressão e perseguição sofridas com o intuito de ferir a tradição presente no interior das Irmandades. Apesar de todo processo de romanização introduzido no Brasil império através de ações dos prelados que como forma de podar a atuação do laicato nas igrejas praticada nas Irmandades e confrarias passam a perseguir e desativar as Irmandades, entregando muitas vezes seus bens para tutela dos párocos ou até mesmo eliminando templos como ocorreu em João Pessoa onde as igrejas das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Nossa Senhora dos Homens Pardos e do Mercedários são demolidas no início do século XX, restando apenas algumas imagens e termos de compromisso, perdendo-se assim as atas que tão grandiosa contribuição trariam para compreensão da forma de vida das Irmandades dos Homens Pretos na Paraíba do Norte (SILVA, 2016, p. 66).

Ao finalizar, o administrador eclesiástico garante não ter dado em doação a igreja, mas tão somente, a entrega para o uso da ordem salesiana conforme contrato firmado de entrega. Encerra reafirmando que seu ato não é de perseguição à Irmandade e que aceitem a determinação de bom grado.

Figura 47 - Torre direita da igreja dos Prazeres com escola Salesiana à direita



Fonte: Acervo do autor. 2023.

4.3 OS ELEMENTOS EXTERIORES DE REPRESENTAÇÃO

Havia uma divisão e estratificação dos habitantes da cidade, tanto étnico-racial quanto ao lugar a ser ocupado dentro desses institutos. As Irmandades atuavam de modo sistêmico a manter as coisas dentro de seus limites. Em Aracati, essas formas estruturantes, estão presentes de forma endógena e exógena no tecido social. As representações na sociedade a partir das Irmandades eram materializadas de através de procissões, celebração de datas religiosas marcadamente relacionadas ao calendário festivo, cortejos fúnebres, coroação do rei e da rainha na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, dentre outras representações.

A celebração do orago (santo regente da Irmandade) era a data mais importante da Irmandade, servia de marco temporal para os acontecimentos burocráticos e políticos mais relevantes da confraria, como a eleição do juiz.

A data máxima do calendário das Irmandades era a festa do santo de devoção, quando irmãos e irmãs saíam das confrarias aparatados com suas vestes de gala, capas, tochas, bandeiras, andores, cruzes e insígnias em pomposas procissões, seguidas de danças e banquetes (REIS, 1991, p. 61).

Na Irmandade branca do Senhor do Bonfim, o compromisso prescrevia que o pleito eleitoral para a escolha do juiz deveria acontecer na “segunda dominga” do mês de janeiro; na “primeira dominga”, depois da festa do Senhor do Bonfim, a mesa geral da Irmandade deveria se reunir no consistório da igreja já sob a presidência do novo juiz para eleição da nova mesa para mandato de um ano; ato contínuo, na “dominga” imediata a eleição da nova mesa regedora, o juiz e mais mesários darão Posse a nova mesa.

Nas Irmandades de Nossa Senhora do Rosário, dos Pretos e dos Prazeres, a dinâmica eleitoral funcionava de maneira similar a dos brancos do Bomfim, observando-se as datas prescritas em seus estatutos. Na Irmandade preta o dia era 6 de janeiro, depois da Festa de Nossa Senhora do Rosário, dada em posse solene como de costume, na Irmandade dos pardos a eleição acontecia na primeira oitava da Páscoa.

Trabalhar para a festa do santo da Irmandade era o objetivo perseguido durante todo o ano, “Cada Irmandade elegia o dia de seu patriarca para promover procissão em que desfilavam, em andores previamente enfeitados, a imagem do santo de sua devoção, e outras que compunham os demais altares” (CAMPOS, 1980, p. 25), a festividade era o apogeu da confraria e tudo deveria ser executado conforme os regramentos do estatuto.

Tudo indica que os preparativos para as procissões envolviam às vezes gastos consideráveis. E se davam disputas entre as Irmandades que as promoviam, cada qual desejosa de melhor exhibir-se com seus fachos, estandartes, luminárias especiais e indumentos apropriados para esses momentos solenes, despertando o protesto – nem sempre raro – de confrades discordantes do modo como o faziam os seus presidentes... ou responsáveis (CAMPOS, 1980, p. 24).

É notório o cuidado com a estética, os símbolos e os paramentos usados nessas ocasiões. Na INSRP, prescreve o seguinte em seu artigo quarto:

Art. 4º os irmãos usarão geralmente em todos os actos, tanto festivos como funebres, de opas brancas, distinguindo-se os que ocuparem lugares na mesa por uma chapa de prata, em que estará esculpida a imagem de Nossa Senhora do Rosario, pendente de

uma fita. O irmão juiz, além da mesma chapa, usará de uma Vara de prata ou prateada. (OLIVEIRA, 2009)

A utilização destes distintivos era comum a todas as Irmandades, diferenciando-se as cores das opas, a cor da fita e da imagem a ser ostentada. No caso, a Irmandade do Senhor do Bonfim as opas e fitas eram cores roxas.

Os preparativos para as procissões envolviam gastos consideráveis, pois entre as Irmandades havia disputa. Cada uma desejava exibir estandartes, luminárias especiais, entre outros elementos, para impressionar os que assistiam ao momento e também conseguir mais adesões de confrades. Consequentemente, para isto, era cobrado de cada confrade o pagamento de anuidade e a tiragem de esmolas pelas ruas da cidade nos domingos e dias santos. Aquele que se negava a tal obrigação sem justa causa pagaria multa. (PEREIRA, 2015, p. 45)

As procissões eram uma forma de manifestação pública de devoção religiosa, bem como uma oportunidade para a comunidade se reunir, celebrar e ostentar. Os conflitos entre diferentes grupos religiosos, ou entre as Irmandades e outras instituições da sociedade também poderiam acontecer nessas ocasiões. Nesse sentido, conforme Simmel (2006): “O fato de estarem os indivíduos uns ao lado dos outros, consequentemente exteriores uns aos outros, não impede a unidade social de serem constituídos; a união espiritual dos homens triunfa sobre sua separação no espaço.” (p. 50).

Constava nos estatutos a ritualística, o lugar onde cada um deveria se posicionar consoante as suas funções, de modo a demonstrar a forma e a natureza da Irmandade como projeção explícita de uma representação “homogênea”. O ordenamento do desfile destacava a importância e o status do irmão dependendo do seu lugar ocupado. A passagem por determinados locais e os itinerários eram escolhidos a dar a maior visibilidade possível. Em Simmel (2006), essas tratativas poderiam estar ligadas ao conceito de “jogo social”, sendo que o seu “sentido mais profundo, o duplo sentido de ‘jogo social’ é que o jogo não só é praticado em uma sociedade (como seu meio exterior), mas que, com ele, as pessoas ‘jogam’ realmente ‘sociedade’”:

A expressão “jogo social” é significativa no seu sentido mais profundo, para o qual já chamei a atenção. Todas as formas de interação ou de socição entre os homens — o desejo de sobrepujar, de trocar, a formação de partidos, o desejo de arrancar alguma coisa do outro, os azares de encontros e separações acidentais, a mutação entre

inimizade e cooperação, o domínio por meio de artifícios e a revanche — na seriedade do real, tudo isso está imbuído de conteúdos intencionais (SIMMEL, 2006, p. 174).

Podemos verificar tais posições tomando o estatuto do Senhor do Bomfim, que traz uma riqueza de detalhes dos lugares a serem ocupados em mesa, na igreja, nas procissões e enterramentos. O lugar está prescrito no capítulo VI - Das obrigações da mesa e dos mesários, entre os artigos 16 ao 29:

Art. 17. Ao juiz compete:

§ 5. Nas funções festivas e funebres da Irmandade presidir da parte do Evangelho, junto à grade da Capella-mór, e nas procissões e enterramentos no fim da Irmandade e no meio das alas.

Art. 18. Ao secretario compete:

§ 4. Em mesa ter lugar à direita do juiz, e nos actos festivos e funebres da igreja ser o primeiro da parte da Epistola, defronte do juiz: nas procissões e nos enterramentos o ultimo da ala direita.

Art. 19. Ao thesoureiro compete:

§ 7. Ter lugar em mesa à esquerda do procurador geral; nas procissões e enterramentos levar a Cruz.

Art. 21. Compete ao procurador das alfaías:

§ 3. Ter lugar em mesa à esquerda do juiz, na igreja à sua direita, e nas procissões e enterramentos o último da ala esquerda.

Art. 22. Compete ao procurador:

§ 2. Cumprir todas as deliberações da mesa, fazendo entrega todos os mezes do que arrecadar, ao thesoureiro; nas procissões e enterramentos à direita delles

Art. 24. Aos definidores compete:

§ 2. Nas reuniões da mesa, e actos festivos e fúnebres da igreja, estar à direita e esquerda dos procuradores, e nas procissões e enterramentos à direita delles.

Art. 25. São obrigados os membros da mesa a assistir nas novenas, à festa do Senhor Jesus do Bonfim, e bem assim a outros quaesquer actos que fizer solenizar a Irmandade. (OLIVEIRA, 2009)

Outra demonstração pública se dá dentro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, em medidas similares às suas congêneres em Aracati. No seu estatuto, ao referenciar acerca das festividades, o artigo 27 explicita que no dia 26 de dezembro de todos os anos será festejada Nossa Senhora do Rosário, padroeira da Capela, e para esse fim a mesa regedora autorizará ao tesoureiro para fazer as despesas necessárias, e só poderá ser transferida para outro dia em Extrema necessidade. Consoante o artigo 36, todos os anos deveriam ser eleitos um rei, e uma rainha para os festejos.

Janaina Santos Bezerra (2010), trabalha, em diálogo com Michael Foucault, as relações de poder não se encontram em nenhum ponto específico da estrutura social, onde o poder reside no binômio poder/resistência. A partir dessa perspectiva podemos discutir e

identificar as práticas de poder que originaram as estratégias de resistência construídas e seguidas das diversas formas de representações culturais e religiosas presentes nessas celebrações, assim, Bezerra (2010) buscou “através de uma análise interpretativa da festa, discutir e identificar as práticas de poder que originaram as estratégias de resistência construídas a partir das diversas formas de representações culturais e religiosas presentes nessas festividades” (p. 31).

A luta pela liberdade era um objetivo a ser alcançado pela população escravizada, quando não possível, a sua mitigação também era uma das formas de resistência por meio de negociações. Para Marques (2008), havia aqueles tidos como “libertadores” que concediam cartas de alforria em cerimônias abolicionistas e cívicas. No entanto, muitos dos escravizados trabalhavam para adquirir a sua liberdade, mas também para realizar festas que se transformavam em espaços onde os negros (cativos e livres) se reuniam, praticavam uma cultura afro-brasileira, estabeleciam contatos com os outros atores sociais, ocupavam espaços na cidade e, sobretudo, mantinham-se como sujeitos capazes de fazer história.

Quanto a forma de aquisição da liberdade por meio da compra de alforria, destaco um documento coletado do Arquivo Público do Estado do Ceará, constante do livro de notas de Aracati, aberto em março de 1852. Identificamos a alforria da preta Maria, que como constante no assentamento do dia 27 de outubro de 1852, seus possuidores declararam que a sua idade, pouco mais, ou pouco menos de 60 anos, ela foi-lhes cabida por herança de Theobaldo da Costa Nogueira, falecido no mesmo ano³⁰. Os herdeiros da preta Maria receberam o valor de 200.000 Réis das mãos da dita escravizada como condição de alforriá-la. Apresentamos a íntegra do documento abaixo:

³⁰ APEC, CX 8, ano 1852, processo 1, inventariado: Theobaldo da Costa Nogueira, inventariante D. Francisca Rufina Nogueira ou Francisca Nogueira Brasil.

O mesmo livro servia para atestar contratos como: compra e venda de imóveis, arrendamentos e hipotecas. Em suma, o escravizado como nesse caso se equipara a um negócio jurídico de direito real ou direito das coisas. Por fim, o documento atesta que preta Maria estava de fato e de direito forra daquele dia para sempre.

Não nos foi possível acessar às fontes diretas de como se davam as festas de negros no Aracati, o que fizemos foi nos socorrermos da historiografia e da documentação das Irmandades coirmãs de Fortaleza e demais espalhadas pelo interior do Ceará e do Brasil. O caso da preta Maria não era a regra dentre os meios de aquisição da liberdade. Por não conseguirem a alforria como determinava as normas legais vigentes, muitos negros fugiam ou recorriam ao suicídio.

Quando a opção não era nenhuma das anteriores, restava a resistência e a negociação. As celebrações festivas tornavam-se uma forma de resistência e um impulso para a liberdade. “Nos festejos e batuques, os cativos expressavam e compartilhavam vários aspectos dos fragmentos da liberdade que lhes era possível ainda no cativeiro. Eram momentos em que eles pertenciam a sua comunidade” (CARVALHO, 2001, p. 253).

Nas celebrações das confrarias negras, os elementos sagrados e profanos são frequentemente confrontados e, às vezes, entrelaçados. Além de procissões e celebrações, a festa também era composta por muita comida e cerimônias bem-organizadas, que em muitos casos não estavam regulamentadas nos compromissos, dessa forma, reis e rainhas negros eram coroados com as respectivas insígnias reais (REIS, 1991, p. 62).

Atenuava-lhes sua dura condição de existência as possibilidades de lazer e conagração social (realizar batuques e sambas, quando podiam descontraírem-se, ver os amigos, beber, etc.), a participação em Irmandades e festas religiosas (que ajudavam a desenvolver laços de solidariedade), o estabelecimento de relações pessoais e familiares (ter parceiros sexuais, constituir família, etc.), a permissão para circular por áreas próximas, a obtenção de recompensas materiais (direito de plantar e vender algum produto na vila, receber algumas cabeças de gado, roupas, etc.) e as promessas de alforria (a conquista da liberdade) (FARIAS, 2015, p. 236).

As congadas são celebrações de coroação que envolve uma batalha entre o Rei do Congo e invasores (BEZERRA, 2014). Essas coroações recuperam fragmentos da história do Congo, o qual foi o primeiro reino cristão na África. As novas identidades e representações que a comunidade negra criava para si no contexto das Irmandades não desconsideravam o seu

passado histórico, embora estivesse totalmente preso ao presente. Pois, de acordo com Pollak (1992): “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros” (p. 204). Assim, os escravizados não desconsideravam suas vivências na África e muito menos as circunstâncias em que se depararam no Brasil, de modo que:

A dança e a música se tornaram uma diferença em meio as Irmandades dos Homens Pretos, a identidade se tornou identificada e revelada no ritmo e alegorias que faziam parte de suas expressões. Apesar de toda força da contrarreforma as raízes plantadas na Mãe África não foram eliminadas, de forma corajosa resistiu através dos tempos cruzando os oceanos (SILVA, 2016, p. 87).

Esses festejos serviam para aliviar as tensões das relações sociais entre livres e escravizados, pois que, “era necessário impedir levantes coletivos dos negros, fossem escravizados africanos, crioulos, libertos ou livres. O fantasma da revolta do Haiti e, anteriormente, dos negros de Palmares, deixou os brancos assustados” (FUNES; RODRIGUES; RIBARD, 2020, p. 133). Era necessário impedir que os negros se rebelassem em grupos e pressionassem as autoridades e seus escravizadores.

4.4 O MORRER NAS IRMANDADES E OS ENTERRAMENTO

As mortes e os enterramentos nos tempos coloniais e imperiais no Brasil, e antes mesmo de seguir as normas dos estatutos das Irmandades, por hierarquia normativa, devia-se respeitar, precipuamente, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia de 1707, ordenamentos jurídicos e eclesiásticos que orientavam a vida da comunidade católica e que previa uma longa lista de recomendações a respeito do trato com os mortos. Dom Sebastião Monteiro foi o responsável por compilar tais Constituições Primeiras que vigoravam no dito período.

As constituições primeiras, em seu “Título XLV: DOS ENTERRAMENTOS, EXEQUIAS, E SUFFRAGIOS DOS DEFUNTOS. COMO OS DEFUNTOS HÃO DE SER ENCOMMENDADOS PELO SEU PAROCHO ANTES QUE VÃO A ENTERRAR”, prescreve que: “Conforme a direito, nem-um defunto póde ser enterrado sem primeiro ser

encomendado (1) pelo seu Parocho, ou outro Sacerdote de seu mandado” (VIDE, 1853, pp. 287–288).

Embora as Constituições Primeiras tratem dos diversos ritos fúnebres, enterros e testamentos, o direito canônico não faz menção a esses tópicos. A ausência é uma consequência das alterações ocorridas ao longo do tempo. No século XVIII, o cenário histórico era de colônias governadas pelo padroado régio, sem a presença direta da Santa Sé, e nas quais a incerteza e a pobreza da maioria da população justificavam a necessidade de ajuda mútua tanto durante a vida quanto na morte. A assistência financeira (pensões e crédito) e espiritual (acompanhamento de enterros, missas e sufrágios) prestada pelos irmãos associados era uma forma de caridade praticada por eles (COUTO, 2022).

Um dos membros-chave quanto aos enterros, sufrágios e missas era a pessoa do sacristão. Dentre outras das suas funções, o sacristão atuava como sineiro nas Irmandades do Aracati, sendo o responsável pelos repiques. O código embutido nos toques noticiava o falecimento, a qualidade do defunto e a execução das exéquias. No estatuto do Senhor do Bomfim, no artigo 27 § 6, competia ao sacristão:

Dar por cada irmão ou irmã que falecer, logo que tiver aviso, três signaes; três mais quando sahir da igreja a Irmandade para carregar o corpo, e três quando fôr sepultado nesta igreja, ou em outra qualquer, sem pagamento algum, assim também pelos filhos legítimos menores até dez anos, cinco pequenos repiques, e no caso de que por algum irmão se faça officio, dar cinco dobres do costume. (OLIVEIRA, 2009)

Na Irmandade de NSPHP, a tarefa do sacristão era semelhante à da Irmandade anterior, assim prescreve o artigo 12 em seus “§ 3º ter cuidado de abrir e fechar as sepulturas” e “§ 6º arrecadar todos os emolumentos pertencentes à fábrica, e entrega-los mensalmente ao procurador, com uma relação que demonstre os actos fúnebres, que tiveram lugar naquele mez”. Para a Irmandade de NSRHP, a atividade do sacristão é mais detalhada quanto aos repiques dos sinos, conforme consta no artigo 24 do seu compromisso, que:

(...) Por cada irmão ou irmã que fallecer dará o mesmo sacristão, logo que tiver aviso, tres signaes, outros tantos quando a Irmandade sahir da igreja para carregar o corpo, e quatro quando fôr sepultado na mesma Capella ou em outra qualquer sem que disto tenha direito de exigir paga alguma. Tambem pelos filhos dos irmãos, quer legitimos quer naturaes, menores de sete anos, dará cinco pequenos repiques; se porém se fizer officio pelo irmão fallecido dará cinco dobres. Dos dobres e repiques que der no sino grande por ordem do thesoureiro pelos que não forem irmãos, nem filhos destes, terá

metade da taxa marcada pela mesa. Toda a cêra que algum acto funebre se puzer em roda do corpo, sepultura e altares ficará pertencendo à Irmandade. (OLIVEIRA, 2009)

Nessa mesma Irmandade Campos (1980), é lembrado que a disciplina entre os pretos era uma das mais rígidas, sendo vedada a participação de estranhos no exercício funcional de seus ofícios. O artigo 25 do estatuto da Irmandade explicita: “Nenhum sacristão, a não ser desta Irmandade, poderá ter nella ingerencia alguma, quer nos actos festivos quer funebres, e todos os emolumentos que se houver de perceber pertencerão à Irmandade, designando a mesa quais os que tambem pertencerão ao sacristão.”

O comparecimento aos ritos de enterramento era dever obrigatório aos membros das Irmandades de Aracati. Após o aviso da morte de um irmão, dado através das badaladas, cabia aos irmãos da INSPHP, conforme o artigo 21 (p.396), que: “Todos são obrigados a acompanhar o enterro do irmão falecido, quando fôrem avisados pelo procurador, ou se fizer aviso pelo sino”. Complementa ainda com o artigo 14 (p.395) que: “logo que houver falecido algum irmão, a Irmandade com o capellão e esquife o irá acompanhar até à sepultura, e em suffragio à sua alma rezerá cada irmão um Rosario ou duas corôas”.

As Irmandades, quando avisadas da morte de um irmão, por omissão ou negligência, e por não acompanharem o enterro, será obrigada a indenizar a família, conforme prescritos nos seguintes termos do artigo 31 (p.403) da INSRHP:

Quando a Irmandade fôr avisada para acompanhar a horas marcadas o enterro de qualquer irmão que tenha falecido, e deixar de o fazer por negligencia ou omissão, terá o marido, mulher, pai, filho, ou irmão falecido direito de exigir da mesma Irmandade sua entrada e annuaes que houver pago o irmão falecido, podendo o mesmo fazer judicialmente quando aquella se recusar a restituí-los. (OLIVEIRA, 2009)

O dispositivo do estatuto da ISBF se assemelha ao anterior com algumas adaptações:

Art. 34 Fallecendo qualquer irmão, e sendo avisada a Irmandade antes do enterro cinco horas,,esta por negligencia, ou omissão não comparecer, para acompanhar o irmão falecido, na fórmula do art. 22, terá a mulher marido, pai, ou irmão do finado direito de exigir da Irmandade a entrada e annuaes que houver pago o irmão finado. (OLIVEIRA, 2009, p.502)

As igrejas não eram dotadas de bancos ou cadeiras; para acomodar as pessoas, estas levavam cadeiras e genuflexórios para as cerimônias de casamento, batizados e velórios. Os frequentadores das igrejas rezavam e assistiam às missas em pé. Em caso de cansaço, sentavam-se no chão, ou sobre as sepulturas (REIS, 1991). O piso das igrejas era denominado campo santo e “Todo espaço sagrado implica uma hierofania, uma irrupção do sagrado que tem como resultado destacar um território do meio cósmico que o envolve e o torna qualitativamente diferente (...)” (ELIADE, 1992, p. 20). Ali se dava o enterramento do defunto, era a garantia de salvação eterna, pois:

O costume funerário de sepultar os mortos nas igrejas até meados do século XIX – em alguns casos perdura até a segunda metade do século – envolvia a crença na vida após a morte. Ser enterrado na igreja era garantia da salvação eterna. Além disso, o local da sepultura tinha implicações para a garantia da salvaguarda da alma no além-túmulo, quanto mais próximo do altar e dos santos de devoção mais tranquilo seria o passamento da alma para a vida eterna. (FRANÇA, 2018, p. 42)

No templo havia lugares certos para cada irmão, considerando sua qualidade, posição social, econômica e cargo exercido na Irmandade. Dentro do possível, esse posicionamento era cuidadosamente planejado, já que no passado as pessoas se preparavam diligentemente para a morte. A boa morte significava que o fim não chegaria de surpresa para o indivíduo, permitindo-lhe prestar contas aos que ficavam e instruí-los sobre como dispor de seu cadáver, alma e bens terrenos (REIS, 1991, p. 92). Sobre isso:

(...) Dois fatores acabam sendo marcantes nessa diferenciação: o primeiro, trata-se do tipo de mortalha usada para envolver o defunto; o segundo, é o local do sepultamento, podendo este ser das “grades acima” ou “das grades para baixo”, se referindo ao espaço que separava o corpo da igreja do altar. (ARAÚJO, 2021, p. 104)

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia traziam uma extensa lista de recomendações a respeito dos ritos mortuários, como a inserção de itens sobre os enterramentos entre as recomendações mais importantes dos estatutos das Irmandades. Os compromissos concernentes às Irmandades de Aracati seguem no mesmo sentido. Quanto ao falecimento de irmãos mais abastados, vejamos os artigos que tratam do compromisso da INPHP, o mais detalhista nesse aspecto:

Art. 17. o juiz, escrivão, thesoureiro e bemfeitores tem direito a sepultarem-se, de grades acima, gratis, e os demais irmãos, de grades abaixo, também gratis; os que não fôrem irmãos pagaráo pela taxa marcada na tabella aprovada por lei.

Art 24. Fundador da igreja dos prazeres, Francisco das Chagas Chora, tem uma sepultura para si e para seus descendentes no Cruzeiro da mesma igreja, e se lhe mandará dizer tres missas no anniversário de sua morte, às quaes estarão presentes todos os irmãos em lembrança dos grandes serviços que o mesmo fundador prestou ao culto de Nossa Senhora dos Prazeres.

Art. 25. A disposição do artigo antecedente tem inteira applicação a João Pereira da Silva Guimarães, pelos mesmos motivos alegados. (OLIVEIRA, 2009, p.396 e 397)

A INSRHP traz no seu compromisso algumas distinções, principalmente no que diz respeito aos sufrágios dos irmãos falecidos que, porventura, estivessem em estado de indigência e não pudesse contribuir com as ceras em seu funeral. Além disso, os irmãos e suas mulheres possuiriam sepultura gratuita conforme os seguintes artigos:

Art. 28. O irmão juiz que fallecer terá uma missa de corpo presente, e quando esta não posso ser dita pela falta de sacerdotes, será dita no seu oitavario, e mais quatro que lhes competem como a todos os irmãos.

Art. 29. Terão sepultura gratis todos os irmãos e suas mulheres, as quaes ficão consideradas irmãs, e terão metade dos suffragios que pertencerem a seus maridos. Aquellas porém que se fizerem irmãs, pagando a competente entrada e annuaes, terão a mesmas missas que são concedidas a seus maridos.

Art. 30. Os irmãos e irmãs falecidos, que forem sepultados na Capella, Contribuirão a necessária cera para os altares e cereais da Cruz, a qual ficará pertencente à Irmandade, como foi dito no fim do art. 24, e aquelle irmão que por sua indigencia não puder contribuir com a cêra, será esta fornecida pela Irmandade. (OLIVEIRA, 2009)

Sobre as Exéquias dos irmãos da INSBF, podemos constatar que há um misto das conformidades das Irmandades anteriores relativamente aos enterramentos de irmãos mais abastados e indigentes. Examinemos os artigos de que trata o compromisso:

Art. 31. O irmão juiz, que em exercicio fallecer, terá uma missa de corpo presente, e quando esta não possa ser dita por falta de sacerdote, poder-se-ha mandar dizer dentro do oratorio, bem como mais dez, cujo suffragio será tambem o de todos os irmãos.

Art. 32. A cera que por morte de algum irmão se puzer no altar do Senhor Bom Jesus, e bem assim as quatro 4 vélas velas que servirem para o cirio, fica pertencendo a esta Irmandade, com a condição de contribuir com ella gratis para os enterros dos irmãos pobres.

Art. 33. Nas primeiras sextas-feiras de cada mez, será dita uma missa na mesma capella em intenção de todos os irmãos vivos, pela esmola do costume. (OLIVEIRA, 2009)

Como podemos verificar, toda a estrutura de manutenção e realização dos enterramentos possuía um grande custo, principalmente no que diz respeito às ceras. Vale salientar que as velas eram feitas pela própria Irmandade, que tanto podia ser bancada pela família do irmão, ou em razão oposta, quando o defunto e sua família não podiam suportar tal

despesa, essa era garantida pela Irmandade. Em muitas Irmandades, havia até mesmo uma restrição de pessoas que pudessem ser estorvo para o grupo:

Pode-se observar que para a admissão de irmão, em quase todas as confrarias persistiam restrições aos valetudinários. Pessoas debilitadas, passíveis de oferecerem estorvo e prejudicar as economias da Irmandade, não interessavam recrutadas. Por trás do objetivo da devoção religiosa, havia, nem sempre disfarçado, o interesse na escolha de pessoas abonadas para postos de relevância. (CAMPOS, 1980, p. 48).

Um exemplo disso está no art.7º da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Acaracú que diz: “Sempre se terá em vista que a escolha do juiz recaia em pessoa das mais abastadas da Irmandade. A falta de fortuna necessária dará direito ao eleito recusar tão honroso cargo” (CAMPOS, 1980, p. 48). Fica explícito que a hierarquia social organizada pelas confrarias era a que predominava nos funerais.

4.4.1 Dos enterramentos extramuros

A discussão sobre a higiene foi um fator relevante para a implantação de um programa de defesa da saúde pública, visando atuar diretamente no que é considerado o foco da doença, de modo a inibir ou aumentá-la. Quatro igrejas no Aracati efetuavam seus enterramentos de porta para dentro, e isso foi justamente apontado como um perigo para a saúde, uma vez que emitem gases que ressoam num ambiente de grande movimentação, dado que:

O tema higiene foi um elemento importante para a medicina tentar implantar o seu programa de defesa da saúde pública em busca de uma ação direta no que é considerado o foco da doença como forma de impedir ou controlar sua manifestação. Os cemitérios no interior das igrejas foram apontados como um “perigo” a saúde por conter emanções pútridas no ambiente de intensa movimentação de pessoas.(FRANÇA, 2018, p. 22)

Havia também os que não concordavam com essa premissa. O movimento-chave dos que se rebelavam ocorreu na Bahia e, conforme Reis (1991), “O episódio, que ficou conhecido como Cemiterada, ocorreu em 25 de outubro de 1836. No dia seguinte entraria em vigor uma lei proibindo o tradicional costume de enterros nas igrejas e concedendo a uma companhia privada o monopólio dos enterros em Salvador por trinta anos.” (p.13). Os

manifestantes seguiram então para a praça do palácio, onde se localizava a Câmara Municipal, foram então os:

Os confrades lá chegaram com pompa, vestindo seus hábitos e capas, carregando cruzeiros e as coloridas bandeiras que identificavam cada Irmandade. Segundo relato do presidente da província da Bahia na época, Francisco de Sousa Paraíso, "todas, ou quase todas as Irmandades se apresentaram em corpo com suas insígnias ante o Palácio do Governo". Uma verdadeira procissão religiosa, que tirou a legitimidade do uso da força contra os participantes: "difícil cousa seria empregar a força contra homens revestidos de opas e munidos de cruzeiros alçadas", justificou-se posteriormente o chefe de polícia, Francisco de Sousa Martins, defendendo-se da acusação de inércia. (REIS, 1991, p. 14–15)

Aracati possui uma peculiaridade quanto ao aspecto sanitário desde o século XVIII, devido às oficinas de charque que traziam grande imundície à cidade, trazendo incomodo e gerando infestações de moscas:³¹

(...)porquanto hera bem notório que a matansa dos gados nas sobreditas officinas dentro da vila geravão todos os anos hum morbo pestilento, fétido, e imundícias, que não só duravão o tempo das matansas, mas também pello discurso de todo o anno porque cada vez que xovia se renovava, e parecia coiza incompativel com o bem público conservarem se as taes officinas que só fazião cômodo particular aos donos delas para haver mais hum ano de peste, e de incômodos, (...). (APECE, 1758)

Outro evento de ordem natural eram as enchentes do Rio Jaguaribe, que de tempos em tempos inundava a cidade, fazendo-se infiltrar nos pisos das igrejas revisitando os restos mortais:

Figura 49 – Enchentes do Rio Jaguaribe



³¹ Auto de Audiência Geral que mandou fazer o Doutor Ouvidor geral e corregedor da Comarca 301 José da Costa Dias Barros nesta villa do Aracati este presente anno de 1781". In: Livro de Audiência da Câmara Municipal do Aracati aberto em 26 de Novembro de 1758. APECE.

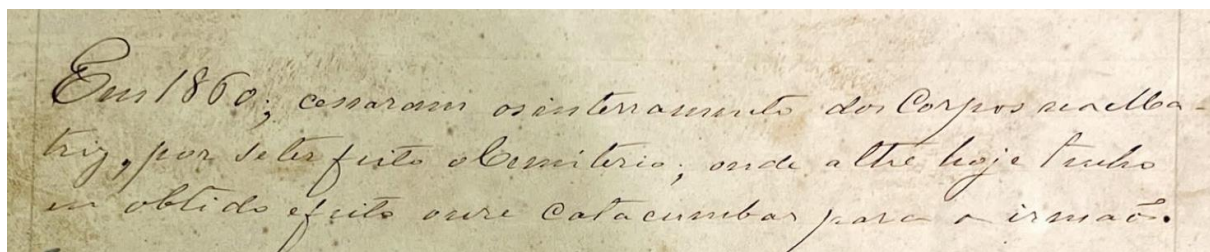
Fonte: Cemitério São Pedro. Cheia de 1950. Aracati-CE

Em Aracati, a prática de enterrar os mortos nas igrejas perdurou até a década de 1830. Segundo Barbosa (2004), “em 1837, aprovado o Código de Posturas da Câmara Municipal de Aracati, os sepultamentos foram proibidos dentro das igrejas” (p.115). A Lei de Código (Nº. 76) prescrevia o seguinte em seu código (Nº. 76) que:

"Logo que hajão cemitérios, nenhum cadáver será enterrado dentro das igrejas, sacristias, ou quaesquer outros lugares no recinto das mesmas, sob pena de seus administradores pagarem vinte mil réis de multa ou vinte dias de prisão e os sacristães sofrerão dez dias de prisão por cada infração ". (FERREIRA NETO, 2003, pp. 365–368)³²

Pela documentação da paróquia de Aracati, em seu documento - Breves apontamentos sobre a história da Matriz, oferecida a Irmandade do S.S. por Luis Candido Ferreira Chaves – somente em 1860 cessaram os enterramentos dos corpos na Matriz de Aracati:

Figura 50 – Encerramento dos enterramentos



Fonte: Arquivo da Paróquia de Aracati.

O fim desses sepultamentos na Igreja Matriz se deu com a construção do cemitério. Desta feita, a Irmandade passou a administrar catacumbas para o enterramento dos irmãos naquele cemitério. As Irmandades sentiram que a fonte de renda da cultura funerária, que lhes era monopólio, seria abalada. É sabido que:

As Irmandades não trabalhavam de graça por seus membros. Estes as sustentavam por meio de jóias de entrada, anuidades, esmolas coletadas periodicamente, loterias, rendas de propriedades e legados em testamento. Os recursos auferidos dessas várias fontes eram gastos nas obrigações para com os irmãos e em caridade pública; na construção, reforma e manutenção de suas igrejas, asilos, hospitais e cemitérios; na

³² Citado por FERREIRA NETO, 2003, p.365-368

compra de objetos do culto, como imagens, roupas, bandeiras, insígnias; na folha de pagamento de capelães, sacristãos, funcionários; e, não pouco, nas despesas com as festas anuais. (JOSE REIS, 2009, P.59)

Isso pode ser verificado conforme a contabilidade abaixo, que descreve as receitas da ISS no ano de 1919:

Figura 51 – Receitas da Irmandade do Santíssimo Sacramento

Joias	Remissões	Dobres	Donativos	Imóveis	Catacumbas	Total
						38230
				350000		609180
20000		23000			70000	753000
	100000	100000	4700			229000
	100000	60000	5000		100000	503700
		20000	8000		130000	547300
20000	200000	61000	20000		112000	767300
		9000	6500		130000	253000
20000	180000				130000	593000
20000	280000	183000	44200	350000	670000	1655800

Fonte: Arquivo da Paróquia de Aracati.

As joias renderam 60.000 Réis, as remissões 280.000 Réis, os dobres dos sinos e aluguéis de opas 183.000 Réis, os donativos 44.200 Réis, os imóveis 350.00 Réis e, por fim, as catacumbas renderam à Irmandade do Santíssimo Sacramento o valor significativo de 670.000 Réis.

As evidências por meio de lápides e indicações que apontam os lugares de enterramento foram se perdendo durante o decurso do tempo. As igrejas foram sendo reformadas e ganharam pisos e ladrilhos, o que retirou qualquer vestígio de enterramentos no chão. Sobraram então os indicativos nas paredes. Desde já, podemos adiantar que nas igrejas das INSRHP e NSPHP não restaram indicações de enterramentos. Isso não quer dizer que eles não existiram. Através do trabalho de ARAÚJO (2021), podemos constatar, mediante sua compilação de registros de mortes relacionados aos escravizados que faleceram entre 1780 e 1800, conforme os livros 12 e 13 dos óbitos no Aracati. Foram analisados 1496 registros e, dentre eles, selecionamos 219 de negros. A partir desse esforço, montou-se a tabela abaixo:

Tabela 1- Locais de sepultamento de escravizados e forros no Aracati no século XVIII

<u>Condição Social</u>	Local de Sepultamento		
	Igreja matriz	Rosários dos Homens Pretos	Outros locais ou Ilegível
Escravizados	146	27	24
Forros	12	10	1
Total	158	37	25

Fonte: Livros 12 e 13 dos óbitos do Aracati. Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte.

Fonte: Araújo, 2021, p. 107

Decodificando a tabela acima, excluindo-se outros locais ou registros ilegíveis, foram enterrados na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos 27 escravizados e 10 forros, totalizando um número de 37 pessoas. Na Igreja Matriz, templo administrado pela Irmandade do Santíssimo Sacramento, consta que foram enterrados 146 escravizados e 12 forros, chegando ao somatório de 158 indivíduos. Tais números nos trazem a reflexão sobre a mobilidade e a intercessão entre os sujeitos das duas Irmandades, diametralmente opostas nos quesitos sociais, econômicos e raciais, já que:

Havia um custo pelo sepultamento e pelo sacramento, mas considerando o total da documentação investigada, é possível afirmar que a maior parte dos senhores buscava pagar os custos pelo falecimento de seus escravizados com o básico garantido: hábito branco de algodão e sacramentos. O que vemos é uma mistura da percepção do sujeito cativo enquanto mercadoria, com as noções paternalistas e cristãs. Se por um lado alguns senhores podem achar desnecessário o gasto a mais nesses ritos finais, a grande maioria parece considerar central garantir o básico para os ritos finais desses trabalhadores.(ARAÚJO, 2021, p. 98)

Os desvalidos não tinham campo santo, pois não eram membros de Irmandades para terem um enterro digno onde pudessem ter a ritualística e homenagens dedicadas em seu nome. Seus despojos eram enterrados em covas rasas e que “cemitério público foi benzido em 31 de janeiro de 1860. Infelizmente pouco se sabe sobre o local onde eram realizados os enterros dos

indivíduos de classes menos favorecidas antes da construção do cemitério”(BARBOSA, 2004, p. 116). Para o memorialista aracatiense, senhor José Antero Pereira Filho:³³

(...)antes da construção do cemitério São Pedro, a população pobre era enterrada no local denominado de “Casa da Misericórdia” e situava-se onde foi construída a fábrica Santa Tereza. Quando foram construir a fábrica (no século XIX) encontraram restos (ossadas) dos cadáveres. A frente do cemitério ficava para a atual rua Cel. Pompeu (antiga rua do Rosário) com 50 m de frente; os fundos com 100 m ficavam para a atual rua Cel Alexandrino (antiga Rua Direita)” (BARBOSA, 2004, p. 116–117).

Para Barbosa (2004), não só os desvalidos das posses eram apartados das divinas providências quando da morte, sendo o Império brasileiro um estado confessional católico, os que professavam religiões distintas eram sepultados em cemitérios próprios de suas comunidades; acontece que Aracati não tinha essa opção para os fiéis de outra fé que não fosse a Católica. Em 1856, morreu o médico inglês Christovão Leycester Malet, acometido por febre-amarela e que provavelmente professava a fé anglicana. Por ser uma pessoa prestigiada na sociedade e principalmente por acudiu muitas das vítimas da mesma doença que o levou à morte, decidiram então por sepultá-lo à margem do calçadão do lado nascente da Igreja Matriz.

Figura 52 – Museu da Igreja Matriz de Aracati



Fonte: Objeto pertencente ao acervo do museu da igreja Matriz de Aracati. Acervo do autor, 2023.

33 ANTERO PEREIRA FILHO, nascido no Aracati em 30 de novembro de 1946. Em 1976 graduou-se em Ciências Econômicas pela URRN-RN. Atuou à frente do Instituto do Museu Jaguaribano como presidente, função que exerceu em duas diretorias (1976 1979/1982-1985). Foi secretário na gestão do prefeito Abelardo Gurgel Costa Lima Filho (1992-1996) período em que assumiu a pasta da Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo e Cultura. Escreveu as seguintes obras Assim me Contaram. (1ª Edição 1996 e 2ª Edição 2015); Histórias de Assombração do Aracati. Publicação do autor. (1ª Edição 2006 e 2ª Edição 2016); Ponte Presidente Juscelino Kubitschek. (2009); A Maçonaria em Aracati (1920-1949). (2010); Fatos e Acontecimentos Marcantes da História do Aracati; Aracati era assim e Notícias do Povo Aracatiense.

A igreja com maior riqueza de detalhes quanto aos registros dos enterrados, tanto nas paredes quanto no cemitério, é a da INSBF. E nada mais expressivo do que o orago de devoção da Irmandade seja o Senhor do Bonfim, pois:

Dessa forma, ser membro de uma associação leiga sob a invocação do Cristo crucificado (Bom Jesus), de Nossa Senhora da Boa Morte ou de São Miguel e Almas era uma garantia desse amparo diante da proximidade da morte, do enterro cristão em solo consagrado e da continuidade dos sufrágios (orações e missas) pela salvação da alma. (COUTO, 2022, p. 40)

Na parede, encontramos uma lápide com o nome da Excelentíssima Senhora Dona Miquilina Francisca Severá Caminha, onde jazem seus restos mortais. Seu falecimento deu-se em 21 de maio de 1855.

Figura 53 – Lápide de Dona Miquilina Francisca Severá Caminha



Fonte: Acervo do autor, 2023.

Após mortos, era costume encomendar missas pagas pela alma do defunto e “(...) embora variando em intensidade, toda morte tem algo de caótico para quem fica. Morte é

desordem e, por mais esperada e até desejada que seja representa ruptura com o cotidiano" (REIS, 1991, p.138). Sempre no final das lápides havia as seguintes siglas: P.N. A.M., era um pedido para quem passasse, rezasse um pai nosso e uma ave Maria.

Seu cemitério nos fundos da igreja é uma obra de arte e deve ter demandado muitos recursos aos irmãos ali enterrados, sendo em sua maioria feitos de mármore e com esculturas de fino acabamento:

Figura 54 – Cemitério da INSBF



Fonte: Acervo do autor, 2023.

Para concluir, deparei-me com uma situação que chamou a atenção na igreja da INSRHP, ela possui um mesmo espaço nos seus fundos que poderia muito bem corresponder a um cemitério nos moldes da igreja da ISBF, acontece que não existe nenhum túmulo ou lápide

que demonstre que ali exista alguém sepultado. No entanto, existe um mausoléu onde ficaram por algum tempo os restos mortais do Monsenhor Bruno, a família retirou os despojos daquele lugar ficando o descampado e o mausoléu abandonados como segue na seguinte imagem dos fundos da Igreja do Bomfim e do Rosário do Pretos.

Figura 55 – Fundos das igrejas que abrigavam as INSBF e INSRHP



Fonte: Acervo do autor, 2023.

Em suma, a análise detalhada dos ritos funerários nas Irmandades do Aracati revela não apenas a complexidade dessas práticas, mas também a sua importância como instituições de apoio mútuo e solidariedade social. Através dos séculos, essas organizações desempenharam um papel crucial na garantia de enterros dignos e na prestação de assistência espiritual aos seus membros. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, com os estatutos das Irmandades, forneceram um arcabouço normativo que orientava os procedimentos a serem seguidos em caso de falecimento de um irmão ou irmã. No entanto, a transição dos enterros de dentro das igrejas para cemitérios extramuros, como evidenciado pela proibição dos sepultamentos nas igrejas pelo Código de Posturas da Câmara Municipal de Aracati em 1837, marcou uma mudança significativa nas práticas funerárias e na concepção de higiene pública. Apesar das mudanças ao longo do tempo e das incertezas associadas à preservação dos vestígios

históricos, a pesquisa sobre os enterramentos nas Irmandades do Aracati continua a fornecer *insights* valiosos sobre a vida e a morte nas sociedades coloniais e imperiais do Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, buscamos discutir sobre as intrincadas experiências das Irmandades do Aracati e as dinâmicas sociais do século XIX, que revela conclusões significativas sobre o papel dessas organizações religiosas na vida dos habitantes da região, especialmente dos trabalhadores escravizados. Através da análise minuciosa das fontes primárias, pudemos compreender a importância das Irmandades como espaços de convivência, solidariedade e resistência frente às adversidades sociais e econômicas da época.

Uma das principais conclusões é a essencialidade das Irmandades na estruturação social e espacial de Aracati durante o século XIX. Essas organizações influenciaram não apenas as relações sociais, mas também a própria configuração física da cidade colonial, moldando as dinâmicas de poder e segregação na região. Além disso, as Irmandades desempenharam um papel crucial na manutenção da ordem social, promovendo representações – sacralização do social - por meio de procissões, celebrações religiosas e coroações, marcando eventos importantes na comunidade e refletindo a relevância das práticas religiosas no cotidiano local.

A influência da topografia urbana e da arquitetura das igrejas na segregação social, econômica e racial em Aracati também se destacou em nossa pesquisa. A distribuição estratégica desses espaços refletia as hierarquias e relações de poder presentes na sociedade, evidenciando as dinâmicas de exclusão e inclusão que permeavam a vida urbana. Destacamos a participação ativa das Irmandades negras na vida social e religiosa da comunidade, ressaltando sua contribuição para a construção da identidade local e a resistência cultural frente às pressões externas.

A pesquisa multidisciplinar realizada em nossa dissertação ampliou nossa compreensão das relações sociais, econômicas e religiosas no contexto das Irmandades do Aracati. Ao explorar práticas funerárias, trajetórias individuais e espaços de festejos religiosos, pudemos captar nuances importantes das experiências dos habitantes da região.

Ao investigar as experiências dos trabalhadores escravizados e pobres na região do Baixo Jaguaribe, especialmente no Aracati, pudemos, também, enriquecer nosso entendimento das relações sociais numa sociedade escravagista. Identificamos as formas que os escravizados,

vislumbrando as complexas negociações, os conflitos, as sociabilidades e os afetos que permearam suas vidas na região do Baixo Jaguaribe, com foco especial no Aracati.

Através da análise de inventários post-mortem, registros de óbito, memórias e documentos administrativos do Aracati, foi possível aprofundar nosso conhecimento sobre as dinâmicas de trabalho, a presença dos escravizados nos plantéis e nas oficinas de charque, assim como sobre os tipos de trabalho realizados e os impactos na saúde dos trabalhadores. Além disso, investigamos aspectos importantes das experiências de nascimento, vida e morte dos escravizados, explorando seus perfis a partir de registros eclesiais.

Os registros de óbito revelaram informações cruciais sobre as experiências dos escravizados e as estratégias das famílias em busca de autonomia e liberdade para seus filhos. A análise desses registros também nos permitiu compreender a importância das irmandades como espaços de solidariedade e resistência. Ao examinar os espaços dos festejos religiosos, reconhecemos não apenas sua função na promoção da doutrina cristã, mas também como locais de troca de experiências, formação de laços e momentos de resistência.

Por fim, compreendemos as Irmandades religiosas como instituições aglutinadoras de poder, e espaço de socialização entre os diferentes agentes integrantes. Compor uma irmandade, pode ser entendido como fundamental para a fazer-se pertencente ao espaço e as dinâmicas sociais, aproximando-se do sagrado. Representava, em uma sociedade marcada pela exploração e a extração espacial, um espaço de flexibilização, possibilitado pela oferta de estratégias de contornar as estruturas vigentes.

REFERÊNCIAS

ABREU, C. de. **1853-1924. Capítulos de história colonial: 1500-1800** / J. Capistrano de Abreu. -- Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ABREU, M. A. de.. A apropriação do território no Brasil colonial. **Cidades**, v. 8, n. 14, p. 539-568, 2011.

ALBUQUERQUE JR, D. M. O Tecelão dos Tempos: o historiador como artesão das temporalidades. **Revista eletrônica Boletim do Tempo**, v. 4, 2009.

ALMEIDA, S. C. **Entre a terra e o céu: irmandades leigas em Pernambuco (séculos XVIII–XIX)**. 2019. Disponível em: <https://repository.ufrpe.br/handle/123456789/2549>

ALVES, N. F. B. **Irmãos de Cor e de Fé: irmandades negras na Parahyba do século XIX**. 2006. Dissertação (Mestrado em História). UFPB, João Pessoa: 2006.

ARAÚJO, D. C. **Trajetórias e experiências de escravizados no Baixo Jaguaribe-Aracati-Ceará no século XVIII**. Orientador: Eurípedes Antônio Funes. 2021. 175 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/57607>

BARBOSA, M. E. Os agentes modeladores da cidade de Aracati-CE no período colonial. **GeoTextos**, [S. l.], v. 7, n. 2, 2012. DOI: 10.9771/1984-5537geo.v7i2.5642. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/5642>. Acesso em: 13 jul. 2022.

BEZERRA, A. **A cidade do Aracaty**. Almanach do Ceará, 1902.

BEZERRA, A. **Algumas origens do Ceará**. Instituto do Ceará, 1918.

BEZERRA, A. S. **A confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Quixeramobim (Ceará - Brasil) identidades e sociabilidades**. Fortaleza: UFC, 2009.

BEZERRA, A. S. As irmandades de nossa senhora do rosário dos homens pretos no brasil: identidade e diferença cultural. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 51, 2014.

BEZERRA, J. S. **Pardos na cor & impuros no sangue**: etnia, sociabilidades e lutas por inclusão social no espaço urbano pernambucano do XVIII. 2010.

BOSCHI, C. C. O Assistencialismo na Capitania do Ouro. **Revista de História**, v. 0, n. 116, p. 25, 7 jun. 1984.

BOSCHI, C. C. **Os Leigos e o Poder. Irmandades Leigas e Política colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Ática, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

BOXER, C. R. **O Império Colonial Português: 1415-1825**. São Paulo: Martins Fontes, 1969.

CAMPOS, E. **A Fortaleza Provincial Rural e Urbana**. Fortaleza: SECULT, 1992.

CAMPOS, E. **As Irmandades religiosas do Ceará provincial: (apontamentos para sua história)**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1980.

CARVALHO, M. J. M. DE. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001.

CARVALHO, R. F. Nas jurisdições do império: espaço e poder na capitania do Ceará no século XVII. **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, v. 27, 2013.

CHAVES, E. O. **População e família mestiça nas freguesias de Aracati e Russas-Ceará 1720/1820**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-AHJLAS/1/tese_elisgard_nia_de_oliveira_chaves.pdf

COSTA, E. V.. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: Grijalbo, 1977.

COUTO, E. S. O laicato entre as Constituições e o Código. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 15, n. 44, p. 31–49, 2022.

COUTO, J. **As tentativas portuguesas de colonização do Maranhão e o projecto da França equinocial**. A união ibérica e o mundo atlântico, p. 171-194, 1997.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Cultura Afrocearense. In: CUNHA JÚNIOR, Henrique; SILVA, Joselina da; NUNES, Cícera [organizadores]. **Artefatos da Cultura negra no Ceará** – Fortaleza: Edições UFC, 2011. 283 p.

ELIADE, M. **O sagrado e o profano**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FARIAS, A. DE. **História do Ceará**. 7. ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015.

FERNANDES, T. M. **História das organizações negras e da educação das relações étnico-raciais em Maranguape e no Ceará**. 2023. 211 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2023) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2023. Disponível em: <<http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=112885>> Acesso em: 1 mar. 2024.

FERREIRA NETO, C. **Estudos de história jaguaribana: documentos, notas e ensaios diversos para história do baixo e médio Jaguaribe**. Fortaleza: Premius, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universtiária, 2008.

FRANÇA, L. F. DA. **A casa de Deos se tem tornado um foco de podridão e peste!": a emergência dos cemitérios públicos no Ceará em meio aos jogos de poder entre igreja-estado-medicina nos anos de 1850**. [s.l.] Universidade Federal de Campina Grande, 2018.

FUNES, E. A.; RODRIGUES, E. F. S.; RIBARD, F. (EDS.). **Histórias de Negros no Ceará**. [s.l.] Editora Fi, 2020.

FUNES, E. Negros no Ceará. In: SOUSA, Simone de; GONÇALVES, Adelaide et al. **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

GIRÃO, R. **Pequena História do Ceará**. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1962.

GIRÃO, V. C. **As oficinas ou charqueadas no Ceará**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.

JUCÁ NETO, C. R. **A urbanização do Ceará setecentista**: As vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati. Salvador: UFBA, 2007.

JUCÁ NETO, C. R. Os primórdios da organização do espaço territorial e da vila cearense: algumas notas. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. v. 20, p. 133–163, 2012.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2006.

LE GOFF, J. **Uma longa Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

LEAL, H. I. C. **Igreja de Nossa Senhora do Rosário**. Fortaleza: Minerva, 1998.

LONDOÑO, F. T. **Paróquia e Comunidade no Brasil**: perspectiva histórica. [s.l.] Paulus, 1997.

MARQUES, J. P. A invisibilidade do negro na história do Ceará e os desafios da Lei 10.639/2003. **POIÊSES – Revista do Programa de Pós-Graduação em educação – Mestrado – Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul**. Tubarão, v. 7, n. 12, p. 347-366. Jun./ Dez. 2013.

MELLO, E. C. de. **A Fronda dos Mazombos – Nobres contra mascates**: Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MELO, F. S. **O negócio de Pernambuco: financiamento, comércio e transporte na segunda metade do século XVIII**. Dissertação de Mestrado – faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MOREIRA, P. R. S.; PACHECO, H. M.; HAACK, M. C. **Irmandade de Nossa Senhora do Rozario e São Benedito dos Pretos da Caxoeira (do Sul RS), (in) visibilidade negra, devoção, memória e as artes da resistência**. 1. ed. São Leopoldo - RS: Oikos, 2020. v. 1. 360p. Disponível em:

<https://oikoseditora.com.br/files/Irmandade%20de%20Nossa%20Senhora%20do%20Rozario%20-%20e-book.pdf>

NASCIMENTO, M. R. Do. **Irmandades leigas em Porto Alegre: práticas funerárias e experiência urbana, séculos XVIII-XIX**. 2006.

NASCIMENTO, Maria Yasmim Rodrigues do. **Invenção da liberdade: o Instituto Histórico do Ceará e o discurso racial no I centenário da abolição (1894)**. Dissertação –Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em História e Letras do Centro de Humanidades da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central da Universidade Estadual doCeará, Quixadá/CE, 2018.

NOBRE, G. S. **As oficinas de carnes do Ceará – Uma Solução Local para uma Pecuária em Crise**. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1977.

NOGUEIRA, G. P. **Fazer-se nobre nas fimbrias do império: práticas de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1804)**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

PINHEIRO, F. J. Relações interétnicas no espaço cearense: uma história marcada pelo conflito. In: **Trajetos**. Revista do Programa de Pós-graduação em História Social e do Departamento de História da Universidade Federal do Ceara. – v. 1, n. 1 (nov. 2001). – Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2001. pp. 145 – 153.

PITA, Sebastião da Rocha et al. *Historia da America Portuguesa, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até de mil e setecentos e vinte e quatro*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real. 1730. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4714>

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Revista estudos históricos**, v. 5, n.10, p. 200–215, 1992.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. Editora Companhia das Letras, 2011.

PUNTONI, P. **A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720**.São Paulo: Hucitec, 2002.

REGINALDO, L. Irmandades. In: Lilia Moritz Schwarcz; Flávio dos Santos Gomes (dir.), **Dicionário da escravidão e liberdade**. 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

REIS FILHO, N. G. **Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)**. Livraria Pioneira Editora. Editora Universidade de São Paulo, São Paulo, 1968.

REIS, J. J. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, C. **No tempo das irmandades - Cultura identidade e resistência nas irmandades religiosas do Ceará (1864 -1900)**.. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

ROLIM, L. C. et al. **Tempo das carnes no Siará Grande: dinâmica social, produção e comércio de carnes secas na Vila de Santa Cruz do Aracati (c. 1690-c. 1802)**. 2012.

RUSSELL-WOOD. A. J. R. **Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755**. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

SALLES, F. T. de. **Associações religiosas no ciclo do ouro**. Belo Horizonte, UFMG/Centro de Estudos Mineiros, 1963.

SALVADOR, F. V. **História do Brasil: 1500-1627**. Fundação Darcy Ribeiro. 2014.
Disponível em: historia-do-brasil-1500-1627.pdf (fundar.org.br)

SANTOS, B. **A Capella do Senhor do Bomfim erecta no Aracaty**. Revista do Instituto do Ceará - RIC, TOMO LXXIII. 1917.

SANTOS, B. **A Capella do Senhor do Bomfim erecta no Aracaty**. Revista do Instituto do Ceará- RIC, TOMO XXXI, 1917, p.336-353. Disponível em:
<https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1917/1917-ACapelladoSenhordoBonfimerectaemAracaty.pdf>

SANTOS, B. **A Capella do Senhor do Bomfim**. Revista do Instituto do Ceará - RIC, TOMO XXXI, 1917, p.336-353.

SANTOS, B. A. **Memórias da Matriz de Aracaty**. Revista do Instituto do Ceará - RIC, v. TOMO XXXII, p. 308–322, 1918.

SANTOS, D. P. **Critérios para produção de arte sacra imaginária no Brasil colonial, a partir das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. •periodicos.ufmg.br, v. 11, p. 444–460, 2019.

SCARANO, J. **Devoção e escravidão**: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). – São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. S. **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. 3. ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018.

SILVA, J. B. da. A Cidade Contemporânea no Ceará. In: SOUSA, Simone de; GONÇALVES, Adelaide et al. **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

SILVA, M. J. D. **Moderno-espiritualismo e Espaço Público Republicano-maçons, espíritas e teosofistas no Ceará**. 2009.

SILVA, P. A. de O. **História da Escravidão no Ceará**: das origens à extinção. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002.

SILVA, R. A. **Uma arqueologia das Casas Fortes**: organização militar, território e guerra na Capitania do Rio Grande-Século XVII. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19165>

SILVA, Meryelle Macedo da. **Patrimônio arquitetônico afrocretense: implicações educativas**. Dissertação apresentada ao Curso de mestrado Profissional em Educação do Programa de pós-Graduação em Educação da Universidade Regional do Cariri – URCA. Crato/CE, 2019.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia**. [s.l.] Zahar. Edição do Kindle, 2006.

SOBRINHO, José Hilário Ferreira. **“Catarina minha nega, teu sinhó ta te querendo vende, Pero Rio de Janeiro, Pero nunca mais tevê, Amaru Mambirá”: o Ceará no tráfico interprovincial 1850-1881**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

SOUZA, R. N. R. de. **Irmandade e festa: rosário dos pretos de Sobral (1854-1884)**. Fortaleza: Edições NUDOC, 2006.

SOUZA, S. de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

STUDART FILHO, C. Matriz de Aracati. **Revista do Instituto do Ceará - RIC**, TOMO LXXIII, 1959.

STUDART FILHO, C. Vias de comunicação do Ceará colonial. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**. Fortaleza, v. LI, p 18. 1937.

STUDART, G. **Notas para a história do Ceará**. Lisboa: Typographia do Recreio, 1892.

TAVARES, M. D. **Irmandades, Igreja e devoção no sul do Império do Brasil**. Editora Oikos, 2008.

VASCONCELOS, P. de A. Os Agentes Modeladores das Cidades Brasileiras no Período Colonial. In: CASTRO, Iná et al. (orgs.). **Explorações Geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

VIDE, D. S. M. DA. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. São Paulo: NA TYPOGRAPHIA, 1853.